

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

AMANDA SANTOS MACHADO

JUVENTUDE, RECONHECIMENTO E JUSTIÇA SOCIAL NAS AGENDAS DE  
POLÍTICAS PÚBLICAS DO BRASIL

PORTO ALEGRE  
2011

Amanda Santos Machado

Juventude, Reconhecimento e Justiça Social nas Agendas de Políticas Públicas do Brasil

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Jussara Reis Prá.

Porto Alegre  
2011

Amanda Santos Machado

Juventude, Reconhecimento e Justiça Social. Estudo sobre Agendas e Políticas Públicas do  
Brasil

Dissertação apresentada como requisito parcial para  
a obtenção do título de Mestre em Ciência Política,  
pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência  
Política da Universidade Federal do Rio Grande do  
Sul.

Aprovado em 30 de março, de 2011.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Jussara Reis Prá (orientadora) - PPGCP/UFRGS

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Lígia Mori Madeira - PPGCP/UFRGS

---

Prof. Dr. Alfredo Alejandro Gugliano - PPGCP /UFRGS

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Tânia Steren dos Santos - PPG Sociologia/UFRGS

## AGRADECIMENTOS

*Ao concluir esta etapa de trabalho, gostaria de dedicar algumas palavras àqueles companheiros de jornada que contribuíram com mais uma realização pessoal e profissional.*

*À Professora Jussara Reis Prá pela aprendizagem que me proporcionou e pela dedicação e carinho nas aulas, no cotidiano de trabalho e na orientação da dissertação.*

*À equipe do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre as Mulheres pelo aprimoramento teórico e humano vivenciado coletivamente.*

*À Universidade Federal do Rio Grande do Sul e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política; aos professores, pelo conhecimento adquirido, e aos colegas de curso que tornaram esta caminhada mais agradável.*

*Aos meus pais Judite e Mario Daniel, pela base do que sou e pelo apoio incondicional a todas as minhas decisões.*

*Às minhas madrinhas, aos padrinhos e demais tias, tios, primas e primos pela partilha de vida. Especialmente à prima Jamille pelas palavras de incentivo e pela compreensão quando estive ausente do convívio, em função dos compromissos acadêmicos.*

*Aos amigos José Henrique, Lucas, Ana Paula, Sílvio, Yara, Max, Renata, Rodrigo, Cláudia e Leonardo pelo estímulo e pelos melhores momentos de descontração.*

*A todas as mulheres que, direta ou indiretamente, romperam barreiras e trabalharam arduamente para que hoje tenhamos mais possibilidades, em todos os sentidos.*

*O conceito de juventude refere-se à fase de vida situada entre a infância e a idade adulta. Trata-se, portanto, de uma etapa de aquisição das habilidades sociais, atribuições de deveres e responsabilidades e afirmação da identidade. As escolhas realizadas nessa fase de vida têm forte influência no futuro, como fator de ampliação ou limitação da vida adulta. Apesar de ter por base marcos etários e biológicos, a definição da população jovem é indissociável do contexto sociocultural, político e econômico (UNFPA, 2010).*

## RESUMO

### JUVENTUDE, RECONHECIMENTO E JUSTIÇA SOCIAL NAS AGENDAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS DO BRASIL

O trabalho nomeia a juventude como objeto de estudo, identificando convenções, acordos e tratados internacionais como marcos multiplicadores de uma nova concepção de jovem, a de sujeito de direitos. No Brasil, o impacto político de tais instrumentos é a criação da Secretaria Nacional da Juventude, em 2005, e de organismos afins em esferas estaduais e municipais. Nesse universo, órgãos como Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) respondem por agendas de políticas públicas com a intervenção de atores governamentais e da sociedade civil. Déficits de agendas públicas em focar o jovem como sujeito de direitos e de justiça social direcionaram a pesquisa ao Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE) a fim de identificar alcances e limites de conteúdos de expansão de cidadania e reconhecimento dos direitos humanos, no período 2005-2010. Assim, é objetivo do estudo refletir sobre o conteúdo da agenda das políticas públicas de juventude, seus pressupostos e o impacto de formatos políticos do passado, visando contribuir com reflexões sobre políticas públicas e estimular a análise política sobre o tema. Igualmente, estima-se trazer elementos para subsidiar programas e projetos direcionados à juventude. Nesses termos, qualifica-se a presente pesquisa pela possibilidade desta gerar informações que contribuam para aprimorar programas e projetos, agregando elementos para ampliar os debates atuais sobre medidas de redistribuição de poder e as perspectivas de análise da ciência política acerca da juventude. O referencial teórico do trabalho centra-se nos debates acerca de juventude e de política públicas e na teoria do reconhecimento associado-a aos debates sobre cidadania, cultura política e direitos humanos para avaliar as especificidades das agendas das políticas públicas de juventude no Brasil. O estudo adota uma abordagem qualitativa, de cunho exploratório, orientada pela análise de conteúdo e pela técnica de *análise categorial*. O material empírico do trabalho é composto por dados oficiais e de pesquisa, estudos acadêmicos e documentos de referência internacionais, aos quais se somam avaliações sobre juventude de organizações governamentais e não-governamentais, nacionais e regionais. Especial atenção é dedicada ao exame e análise de conteúdos veiculados em *sites* e *blogs* de organizações governamentais e da sociedade civil que atuam no âmbito do CONJUVE. O exame dos conteúdos revela a baixa institucionalização do Conselho, poucas ações e programas de reconhecimento e a falta de diagnósticos para avaliar as políticas em andamento, o que se mostra como impedimento à construção e ampliação da cidadania entre as e os jovens. Por fim, o registro de déficits no reconhecimento das e dos jovens como sujeitos de direitos indica o imperativo de romper com estereótipos sobre a condição juvenil e de afirmar a diversidade para o fortalecimento das agendas das políticas públicas de juventude.

**Palavras-chave:** Juventude. Justiça social. Cidadania. Direitos Humanos. Agenda Pública. Políticas públicas.

## ABSTRACT

### YOUTH, RECOGNITION AND SOCIAL JUSTICE IN PUBLIC POLICIES AGENDA IN BRASIL

This paper nominates the young as objects of study and identifies international agreements, treaties and conventions as multipliers of the new concept of youth as a subject of rights. In Brazil, the political impact of these instruments is the creation of the National Youth Secretariat, in 2005, and similar organizations in state and municipal spheres. In this space, agencies such as the National Youth Council (CONJUVE) are responsible for public policy agendas with the assistance of governmental and civil. Deficits of the public agenda to focus on the young subject of rights and social justice directs this research to the National Youth Council (CONJUVE) to identify content and limits of expansion of citizenship and recognition of human rights for the 2005-2010 period. Such, this study reflects on the content of the agenda of youth public policies, their assumptions and the impact of past political formats, aiming to contribute to discussions on public policies and encourage political analysis on the topic. Similarly, it is estimated to introduce elements to support programs and projects directed at youth. This qualifies this research on the possibility of it generate information to improve programs and projects with elements to extend the current debates on measures to redistribute power and analytical perspectives of political science about youth. The theoretical work focuses on youth and debates about public policy and the theory of recognition associated with it to debates about citizenship, political culture and human rights to evaluate the specifics of public policy agendas for youth in Brazil. The study adopts an exploratory qualitative approach, guided by the techniques of content analysis and categorical. The empirical work consists of official data and research academic and international reference documents, which are added to the assessments of youth in government and non-governmental organizations, national and regional. Special attention is devoted to the examination and analysis of the contents published on websites and blogs of governmental and civil society working within the CONJUVE. The examination of the contents reveals the low institutionalization of the Council, few actions and recognition programs and the lack of diagnostics for evaluating policies in progress, what is shown as an impediment to the construction and expansion of citizenship among young people. Finally, the registry to the deficits in the recognition of young people and as subjects of rights indicates the need to eliminate stereotypes about the condition of youth and affirm their diversity and to consolidate of public policy agendas for youth in Brazil.

Keywords: Youth. Social justice. Citizenship. Human Rights. Public Agenda. Public policies.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CEMJ: Centro de Estudos e Memória da Juventude  
CONAJE: Confederação Nacional de Jovens Empresários  
CONJUVE: Conselho Nacional de Juventude  
IBASE: Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas  
MPes: Médias e Pequenas Empresas  
OIJ: Organização Ibero-Americana de Juventude  
ONU: Organização das Nações Unidas  
PEC: Proposta de Emenda Parlamentar  
PJ: Pastoral da Juventude  
PPJs: Políticas Públicas de Juventude  
PL: Projeto de Lei  
SNJ: Secretaria Nacional de Juventude  
UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2 REFERENCIAIS TEÓRICOS .....</b>	<b>14</b>
2.1 OS ESTUDOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS .....	14
2.2 CIDADANIA, CULTURA POLÍTICA E DIREITOS HUMANOS .....	20
2.3 A TEORIA DO RECONHECIMENTO.....	25
<b>3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE .....</b>	<b>32</b>
3.1 A JUVENTUDE COMO CATEGORIA ANALÍTICA .....	32
3.2 MARCOS POLÍTICOS DE OUTRAS GERAÇÕES JOVENS .....	37
3.3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE E OS DIREITOS HUMANOS .....	42
3.4 MARCOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS PARA A JUVENTUDE .....	44
3.5 O CASO BRASILEIRO .....	49
<b>4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>53</b>
<b>5 O CONTEÚDO DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS DE JUVENTUDE NOS SITES</b>	<b>63</b>
5.1 CIDADANIA NA INTERRELAÇÃO DOS DIREITOS .....	64
5.2 DIREITOS HUMANOS E RECONHECIMENTO .....	70
5.3 A (DES) ESSENCIALIZAÇÃO DA JUVENTUDE .....	87
5.4 POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE: UM DEBATE INSTITUCIONAL E CULTURAL	94
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>119</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>125</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>134</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho nomeia a juventude como objeto de estudo, identificando convenções, acordos e tratados internacionais como marcos multiplicadores de uma nova concepção de jovem, a de sujeito de direitos. No Brasil, um dos impactos de instrumentos dessa ordem é a criação da Secretaria Nacional da Juventude, em 2005, e de organismos afins, em esferas estaduais e municipais. Nesse universo, órgãos como Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) respondem por agendas de políticas públicas com a intervenção de atores governamentais e da sociedade civil. Somam-se a estes, além de organizações de e para a juventude, movimentos sociais, entidades sindicais e organizações não-governamentais, entre outros. A eles se associam organismos de pesquisa interessados em produzir diagnósticos sobre a realidade juvenil e intervir nos desdobramentos das políticas públicas para o público em questão. Consoante aos organismos institucionais para a juventude entende-se, para fins de estudo, que a eficácia de sua atuação é tributária tanto da continuidade de ações e programas de garantia e reconhecimento de direitos, quanto da realização de estudos e pesquisas para sua avaliação. A par disso, entende-se que se ações direcionadas à construção e ampliação da cidadania entre os jovens forem efetivas, é possível situar este público como sujeito político de referência na construção e sedimentação do processo democrático brasileiro.

Ocorre que a realidade juvenil ainda é pouco examinada pela análise política, e os jovens considerados secundários quanto à participação social, ao envolvimento político e ao seu potencial na transmissão da cultura política de uma sociedade. Como salienta Rossana Reguillo (2003) ainda se faz necessário superar algumas lacunas identificadas em estudos de juventude, entre elas a de associar as análises culturais à abordagem política. Perspectiva que considera com potencial de apreender comportamentos e atitudes, assim como de averiguar as causas da ineficiência estatal em incidir nos problemas vivenciados pelas gerações mais jovens. Tal constatação, segundo a autora, não significa que as instituições políticas sejam antagônicas às culturas juvenis, mas que a insuficiência de investigações pautadas por essa conexão dificulta transcender o paradoxo sujeito *versus* estrutura, ou seja, jovem e Estado. Diante do quadro esboçado e da escassez de abordagens sobre o tema, acompanhar a recente

configuração das Políticas Públicas de Juventude (PPJ), como propõe esta dissertação, é oportuno e imperativo à área das ciências sociais e, em especial, da ciência política<sup>1</sup>.

Enfocar a juventude e a agenda pública brasileira traz à tona o debate sobre segmento social que representa um desafio quantitativo e qualitativo à formulação das políticas públicas no país. Segundo dados censitários do IBGE, de 2010, em um contingente de 190,7 milhões de pessoas (190.732.694) a coorte com idade de 15 a 29 anos representava mais de 51,1 milhões (51.116.261), o correspondente a 26,8% dos habitantes do país. Esses valores denotam o peso e a importância desse grupo no cenário nacional. Resultados de estudos e pesquisas, por sua vez, reiteram o quadro de desigualdades sociais de parcelas significativas desta população, a exemplo da precariedade no acesso à educação e ao mercado de trabalho; da gravidez precoce ou da morte materna entre as jovens; da violência urbana, que atinge jovens do sexo masculino em grande proporção. Ao mesmo tempo, o imperativo de tornar a juventude centro de atenção em países periféricos acompanha mobilizações e debates nacionais e internacionais em defesa da cidadania e dos direitos humanos das e dos jovens e da criação de institucionalidades para esta população, a qual se concretiza em meados do último decênio (BALARDINI, 1999, NOVAES, VITAL, 2005, TELES, 2008, JACCOUD et al, 2009, PNUD, 2009).

Déficits de agendas públicas em focar o jovem sujeito de direitos e os pressupostos de justiça social direcionaram a pesquisa ao Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE) a fim de identificar alcances e limites de conteúdos de expansão de cidadania e reconhecimento dos direitos humanos, no período 2005-2010. Dessa perspectiva, o referencial teórico da dissertação centra-se nos debates acerca de juventude (BALARDINI, 1999; ABAD, 2002; NOVAES e VITAL, 2005, CORREA, 2008, PNUD, 2009) e de política públicas (RUA, 1998; SOUZA, 2006; DYE, 2009) e, principalmente, nas dinâmicas condicionadas pela cultura política (NAZARRI, 2006; PRÁ, 2006). Nesse marco, estudos acerca do reconhecimento de direitos de minorias (FRASER, 2007a; 2009), associados aos debates sobre direitos humanos e cidadania (JELIM, 1994; 1996), recebem relevo nesta dissertação para avaliar as especificidades da agenda das políticas públicas de juventude no Brasil.

---

<sup>1</sup> Segundo Marília Sposito (2009, p 13), de um total de 1293 teses e dissertações examinadas, no período de 1999 a 2006, a educação congrega o maior número de estudos sobre Juventude (68,29%), as Ciências Sociais é a segunda área nessa produção (21, 57%), enquanto o Serviço Social ocupa o terceiro lugar (10,13%). Não obstante, na subdivisão das Ciências Sociais, em Sociologia, Antropologia e Ciência Política, a primeira é a que mais se dedica ao tema (58,42%), a segunda é a Antropologia (38,35%). Já a Ciência Política apresenta uma produção irrisória, ou seja, 3,22% dos trabalhos dessa área versam sobre juventude.

A vista disso, o objetivo central deste estudo é refletir sobre o conteúdo da agenda das políticas públicas de juventude, seus pressupostos e o impacto de formatos políticos do passado, visando contribuir com reflexões sobre políticas públicas e estimular a análise política sobre o tema. Igualmente, estima-se trazer elementos para subsidiar programas e projetos direcionados à juventude. Especificamente, objetiva-se: 1) identificar marcos de referências das conferências sobre juventude e temas afins, bem como acordos, protocolos e planos de ação delas derivados; 2) classificar o uso de termos associados aos conceitos de cidadania, direitos humanos, juventude e políticas públicas entre as organizações da juventude e seus atores; 3) avaliar o conteúdo (significado) destes termos e os contextos em que são empregados e; 4) dimensionar os avanços e entraves na agenda da política nacional de juventude na promoção da cidadania juvenil, direcionando a atenção ao programa nacional de inclusão de jovens: educação, qualificação e ação comunitária (Projovem).

A natureza do objeto direcionou o estudo empírico para uma abordagem qualitativa, de cunho exploratório, diante da necessidade de conhecer melhor os pressupostos políticos em vigor a partir da institucionalização das PPJs e verificar o impacto de práticas políticas herdadas de períodos anteriores. Isso porque são recentes, na história política do Brasil, as iniciativas para consolidar políticas públicas de juventude pautadas pelas noções de cidadania e direitos humanos, bem como as de dar visibilidade aos grupos que as constituem. O material empírico do trabalho é composto por dados oficiais e de pesquisa, estudos acadêmicos e documentos de referência internacionais, aos quais se somam avaliações sobre juventude de organizações governamentais e não-governamentais, nacionais e regionais. Especial atenção é dedicada ao exame e análise de conteúdos veiculados em *sites* e *blogs* de organizações governamentais e da sociedade civil que atuam no âmbito das políticas públicas de juventude no Brasil em nível federal, incluindo o CONJUVE e instituições a ele vinculadas. Para tanto, a coleta e o tratamento do material empírico orientaram-se pela análise de conteúdo na modalidade de *análise categorial* (BARDIN, 1977), adiante detalhadas.

A dissertação está estruturada em quatro capítulos. O primeiro direciona-se ao exame de questões relacionadas às políticas públicas, cultura política e cidadania, a fim de destacar a importância de abordagens dessa natureza para a análise das políticas de juventude. No mesmo segmento, aborda-se a teoria do reconhecimento (YOUNG, 2006; FRASER, 2007a), buscando elementos da justiça social para fundamentar a reflexão sobre a perspectiva da juventude como sujeito de direitos. O segundo capítulo apresenta um panorama dos enfoques adotados nos estudos sobre juventude, para, então, estabelecer a conexão entre direitos

humanos e políticas públicas de juventude. Para tanto, referenciam-se planos, conferências e acordos internacionais e a sua incidência no contexto brasileiro. Os procedimentos metodológicos adotados na elaboração do trabalho são definidos no terceiro capítulo. Nele são delimitadas as unidades de codificação (palavras e frases) e contexto, além das categorias sistematizadas a partir dos conceitos adotados no quadro teórico da dissertação e dos indicadores utilizados para dimensionar o conteúdo das mensagens. Soma-se a isso, caracterização dos *sites* e *blogs* selecionados para o estudo empírico. O quarto capítulo reporta-se aos conteúdos de cidadania e de direitos humanos presentes nas políticas públicas a orientar a atuação da Secretaria Nacional da Juventude e de organizações da sociedade civil que representam as demandas da juventude organizada naquele órgão. Os direitos humanos são dimensionados a partir das noções de identidade, reconhecimento de direitos e nas perspectivas de gênero, raça/etnia, geracional entre os jovens, bem como nos marcos internacionais voltados a esse público. Nas considerações finais, comentam-se as possibilidades e entraves das agendas da Política Nacional de Juventude à luz dos referenciais teóricos e empíricos do trabalho. Enumeradas as etapas de desenvolvimento desta dissertação, a seção que segue é dedicada ao exame dos aportes teóricos utilizados no estudo.

## 2 REFERENCIAIS TEÓRICOS

### 2.1 OS ESTUDOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

No contexto da relação Estado e Sociedade, as políticas públicas têm o encargo básico de propiciar o desenvolvimento econômico e o bem-estar social. Tendo em vista sociedades como a brasileira, com acentuadas diferenciações sociais, Maria das Graças Rua (1998, p.231) define política pública como “um conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos quanto a bens públicos”.

Celina Souza (2006, p.17) traz outros elementos a essa definição, identificando, nas principais concepções de política pública, a distinção entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz; a diversidade de atores e níveis de decisão governamentais, participantes formais e informais; ações de natureza abrangente e não limitadas a leis e a regras; uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados; iniciativas de impactos no curto prazo e no longo prazo; processos subsequentes após sua decisão e proposição, implicando, também, implementação, execução e avaliação. Em síntese, a partir dessa diversidade de enfoques, a política é entendida como um processo de decisão e ação, em torno de problemas postos a um governo, por atores sociais ou pelos próprios agentes do Estado. Tais observações requerem uma apreciação dos debates sobre políticas públicas como disciplina acadêmica.

Entre as classificações de políticas públicas recorrentemente acessadas por pesquisadores para analisar processos de decisão política, encontra-se a menção aos seus aspectos distributivos, regulatórios, redistributivos e constitutivos (FREY, 2000). Celina Souza (2006, p. 9), por seu turno, utiliza as seguintes definições: políticas *distributivas* envolvem “decisões tomadas pelo governo, que desconsideram a questão dos recursos limitados, gerando impactos mais individuais do que universais, ao privilegiar certos grupos sociais ou regiões, em detrimento do todo”; as *regulatórias* são “mais visíveis ao público, envolvendo burocracia, políticos e grupos de interesse”; as *redistributivas* têm um maior potencial transformador por atingir um “maior número de pessoas e impõe perdas concretas e no curto prazo para certos grupos sociais, e ganhos incertos e futuro para outros; são, em geral, as políticas sociais universais, o sistema tributário, o sistema previdenciário e são as de

mais difícil encaminhamento”; e as *constitutivas*, “lidam com procedimentos”. Outros elementos comuns são os termos *Policies* – programa de ação governamental – e *politics* – luta pelo poder e a busca de acordos de governabilidade (ABAD, 2002, p.118).

Outra forma de conceber as políticas públicas refere-se a modelos de análise que se vinculam a definições prévias da dinâmica do sistema político. Primeiramente, David Easton (1970) adaptou a teoria dos sistemas de Talcott Parsons à ciência política e criou um quadro geral de aplicação universal para análise de todo tipo de sistema político (JAGUARIBE, 1975; DYE, 2009). Por isso, aquele autor inspirou o delineamento de inúmeros outros esquemas interpretativos de políticas públicas. David Easton compreende o sistema político pelos momentos de *inputs*, demandas e apoios do meio ambiente intra e extra societal, o qual agrega os sistemas ecológico, biológico, de personalidade, social e da política internacional. As demandas e apoios são os insumos do sistema. A conversão das demandas denomina-se os *withinputs*. Trata-se do mecanismo de processamento das demandas e da devolução de produtos (*outputs*), soluções para a sociedade através de medidas políticas. Maria das Graças Rua (1998, p.233) identifica, nesse modelo, três tipos de demandas: as novas, as recorrentes – problemas não resolvidos ou mal resolvidos - e as demandas reprimidas.

A dinâmica ideal é que o sistema mantenha-se equilibrado, assim ele deve ser capaz de responder aos distúrbios originados externamente em outros sistemas ou às pressões resultantes da redução insumos de apoio, por exemplo, queda na arrecadação de impostos ou baixo comparecimento dos eleitores às urnas. Também o equilíbrio pode ser afetado pela dificuldade em converter demandas em produtos, pelo seu elevado volume ou grau de complexidade. Nesses casos, pode haver uma crise de governabilidade ou mesmo uma ruptura institucional (RUA, 1998).

A dinâmica descrita não reconhece todos os processos, debates, conflitos e atores envolvidos nas etapas de elaboração, implementação e avaliação do ciclo das políticas públicas, priorizando somente suas dimensões institucionais e sistêmicas. Consoante aos questionamentos mais comuns às abordagens centradas em procedimentos, como esclarece Celina Souza:

Críticos dessas definições, que superestimam aspectos racionais e procedimentais das políticas públicas, argumentam que elas ignoram a essência da política pública, isto é, o embate em torno de ideias e interesses. Pode-se também acrescentar que, por concentrarem o foco no papel dos governos, essas definições deixam de lado o seu aspecto conflituoso e os limites que cercam as decisões dos governos. Deixam também de fora

possibilidades de cooperação que podem ocorrer entre os governos e outras instituições e grupos sociais (SOUZA, 2005, p.25).

Os alcances e limites dessa interação permeiam a abordagem de Gabriel Almond e Sidney Verba, em *The Civic Culture* (1965), desde a perspectiva culturalista. Seguindo a interpretação sistêmica, Gabriel Almond e Sidney Verba elencam os apoios e as demandas ao sistema político como insumos dele propulsores. Estas agregando bens e serviços (salários ou educação); regulamentação de comportamentos (segurança pública); participação política (voto); comunicação, obtenção e formulação de informações e opiniões. Aqueles, voltados à manutenção do sistema, incluem pagamento de impostos; obediência às leis; comparecimento às urnas; respeito a autoridades e a símbolos oficiais. Nessa acepção, os sistemas políticos comportam aspectos funcionais e de conteúdo: os primeiros realçando a capacidade de conversão, manutenção e adaptação do sistema; os últimos, destacando estruturas, cultura e atores políticos.

O desempenho das funções de regulação da comunidade política, extração de impostos e serviços, distribuição de recursos, receptividade a demandas e a formulação de produtos (extrações, regulamentações, alocações e símbolos), permitem medir a capacidade de desenvolvimento do sistema. Processo no qual sobressai a tarefa de converter demandas em ações estatais, que vão desde a articulação e agregação de interesses, até a regulamentação e aplicação de normas ou políticas, chegando à etapa de comunicação. As sistematizações dos autores para classificar, dimensionar, comparar e avaliar sistemas políticos conferem importância a crenças, comportamentos, valores e atitudes, envolvendo orientações políticas de cunho cognitivo, afetivo e avaliativo. Classificação na qual a crença das pessoas no sistema político reflete a dimensão cognitiva; seus sentimentos, a afetiva; e suas opiniões e julgamentos a dimensão avaliativa.

Sem pretensão de extrapolar as avaliações de Gabriel Almond e Sidney Verba ou aprofundar aqui o debate sobre cultura política, adiante retomado, interessa reter do exposto que para além do conjunto de recursos e significados do termo para pensar o político, ele “supõe a própria definição dos indivíduos como atores políticos, a forma como as pessoas constroem sua visão do político e sua posição dentro dele” (DIÁZ, 2004, p.143). Destaca-se, nesse sentido, a impossibilidade de contemplar o tema das políticas públicas sem considerar a interação entre atores públicos, políticos e sociais ou sem analisar aspectos estruturais do processo e dos resultados políticos. No entanto, como adverte Thomas Dye:



Devemos ser cautelosos em nossa avaliação do impacto da estrutura sobre as políticas. Talvez descubramos que *tanto* a estrutura *quanto* as políticas são em grande parte determinadas por forças econômicas ou sociais, e os diferentes arranjos institucionais terão pouco impacto independente sobre as políticas, se as forças subjacentes permanecerem constantes (DYE, 2009, p. 103).

Com essa preocupação, Thomas Dye (2009) mapeia oito modelos de análise de políticas públicas, a saber: institucional, de processo, de grupos, de elite, racional, incremental, da teoria dos jogos, da opção política e o modelo sistêmico. Referindo-se a eles o autor esclarece que tais análises tratam fenômenos da política pública, embora não exclusivamente, haja vista voltarem-se a investigações de outros aspectos da política. Esclarece, também, que a natureza não competitiva de tais modelos impede de imputar maior poder explicativo a qualquer um deles. Nas palavras do autor, apesar de o caráter de abstração tornar o modelo uma “representação simplificada” da realidade, o fato é que: “Cada um focaliza um aspecto distinto da vida política e pode nos ajudar a entender coisas diferentes das políticas públicas” (DYE, 2009, p.100). A vista disso, no percurso teórico seguido nesta dissertação interessa referenciar a abordagem de Thomas Dye, como é feito a seguir.

O *modelo institucional* privilegia desenhos institucionais, estruturas e organizações governamentais. A abordagem dos *processos políticos* foca grupos de interesses, identifica problemas, agendas e o processo de formulação, legitimação, implementação e avaliação de políticas. A *teoria de grupos* pressupõe que a interação entre grupos determina a política, cabendo ao sistema político administrar conflitos, estabelecer regras, promover acordos para tornar a política pública oficial e garantir seu cumprimento. A influência e o equilíbrio entre grupos é o que permite a mudança ou a permanência de uma política. A *teoria das elites* limita as políticas públicas às preferências de camadas socioeconômicas superiores da sociedade, exigindo consenso quanto a valores básicos do sistema social, sua preservação e manutenção do *status quo* (DYE, 2009, p.110). A *política racional* prevê o máximo de ganho social para superar seus custos. Assim, valores societários ou propostas alternativas, por exemplo, devem ser avaliados por critérios de custo e benefício para serem contemplados. O *incrementalismo* modifica alguns aspectos de políticas vigentes ou oriundas de governos anteriores. A *teoria dos jogos* realça a dimensão racional de indivíduos, grupos ou governos nacionais em contextos de decisão competitivos; escolhas interdependentes são pensadas para maximizar ganhos pessoais e minimizar perdas. A *teoria da opção pública* entende que deliberações coletivas são movidas por interesses pessoais e que a decisão política permite

benefício recíproco. A intervenção do Estado deve suprir falhas do mercado, promover bens e serviços públicos e contornar problemas como poluição atmosférica e fluvial causada por empresas. O *modelo sistêmico* concebe “as políticas públicas como respostas de um sistema político às forças que o afetam a partir do meio ambiente” (DYE, 2009, p.124); etapas e componentes do sistema servem como ferramentas de análise.

A função dos modelos na pesquisa em políticas públicas, como sugere o autor, é ordenar e simplificar a realidade investigada, identificando os aspectos mais relevantes de determinado programa, ação ou política. Para tanto, eles necessitam condizer com a realidade, ter efetivas referências empíricas, comunicar algo significativo e expressar termos compartilhados por pesquisadores/as da área. Dito de outro modo, “devem sugerir relações do mundo real, que possam ser testadas e verificadas” (DYE, 2009, p. 127) por meio de hipóteses e proposições causais. Tendo isso em vista a exposição de Thomas Dye e de forma complementar ao descrito, enfoca-se a classificação de Celina Souza (2006), exposta no Quadro 1.

**Quadro 1 – Modelos de Políticas Públicas**

<b>Modelos</b>	<b>Conceitos</b>
1) <i>Garbage can ou “lata de lixo”</i>	Prima de diversas soluções e adota uma delas quando problemas aparecem.
2) <i>Múltiplas correntes</i>	Aplica entendimentos da “lata de lixo” para analisar a formação da agenda pública.
3) <i>Equilíbrio interrompido</i>	Comporta longos períodos de estabilidade, interrompidos por períodos de instabilidade que geram mudanças nas políticas anteriores.
4) <i>Novo gerencialismo público</i>	Visa eficiência via racionalidade, desregulamentação, privatização, reformas sociais e ajuste fiscal para reduzir riscos da ação coletiva e a disputa entre grupos. Credibilidade das ações públicas através de regras claras e da redução dos custos de transição.
5) <i>Neo-institucionalismo</i>	Ressalta instituições/regras na decisão, formulação e implementação de políticas públicas, visando gerar ação coletiva e distribuição de bens sociais.
6) <i>Incrementalismo</i>	Ajusta programas anteriores sem profundas mudanças.
7) <i>O ciclo da política pública</i>	Analisa definição de agenda, identificação de alternativas, seleção e avaliação de opções, implementação e avaliação.
8) <i>Coalizão de defesa</i>	Prioriza valores, crenças e ideias que formam os subsistemas da política pública que articulados a acontecimentos externos demarcam os constrangimentos e recursos de cada política.
9) <i>Arenas sociais</i>	Enfoca empreendedores políticos e chama atenção dos decisores e formuladores de políticas públicas para determinados problemas.
10) <i>Participativo</i>	Enfatiza espaços promotores de interlocução entre sociedade civil e Estado na formulação e acompanhamento de políticas públicas. Ex: Orçamento Participativo.

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de Celina Souza (2006).

O intuito de expor os modelos teóricos apresentados por Thomas Dye e Celina Souza é buscar elementos nas suas contribuições para a análise proposta neste estudo. Sendo assim, deliberadamente procedeu-se a um agrupamento de 1(um) a 6 (seis) e, de 7 (sete) a 10 (dez).

A intenção aqui é apenas salientar o que se poderia denominar de núcleo duro das políticas públicas, situado no primeiro grupo (1-6), reportando, ao segundo (7-10), uma perspectiva mais completa da política pública, ou seja, da realidade da política. Como enfatiza Maria das Graças Rua:

Desde a década de 1970, o estudo de políticas públicas indica haver algo como que um “elo perdido”, situado entre a tomada de decisão e a avaliação dos resultados: a implementação. Embora esta preocupação [...] seja relevante, na realidade, a separação entre a formulação, a decisão, a implementação e a avaliação de políticas públicas é um recurso mais importante para fins de análise do que um fato real do processo político (RUA, 1998, p.245).

Retornando a Celina Souza (2006), cumpre seguir a autora quando reitera os limites contidos em determinados modelos para analisar a realidade política de países como o Brasil e de outros da América Latina. Região pautada por cortes de natureza autoritária, por crises econômicas e pelo aumento das desigualdades sociais, a ponto de só recentemente terem presenciado o estímulo à articulação de políticas públicas voltadas a problemas relativos a distintos segmentos dessas sociedades. Juntamente com esse posicionamento, a inclusão social aparece como demanda das políticas públicas devido ao histórico dos déficits sociais no continente. Ao que se soma o empenho em desenvolver estratégias de incentivo à expansão da cidadania de segmentos dela marginalizados, caso a incluir a realidade de parte significativa da população juvenil.

Tal diagnóstico requer elementos de análise que auxiliem perceber as demandas da realidade juvenil, a articulação de diferentes atores para pautá-la na agenda política e o desenvolvimento da temática como uma política social. No presente trabalho não se pretende adotar um modelo específico para analisar a Política Nacional de Juventude, mas chamar atenção para aspectos que auxiliem numa compreensão mais ampla do fenômeno da política de juventude no Brasil. A dificuldade de determinar as tomadas de decisão, com base nos modelos mencionados conduz à necessidade de aprofundar os conhecimentos sobre a relação entre a cultura política e as políticas públicas, visando à reflexão sobre as potencialidades das políticas em contribuir na ampliação da cidadania e dos direitos humanos de segmentos excluídos.

## 2.2 CIDADANIA, CULTURA POLÍTICA E DIREITOS HUMANOS

Na confluência do debate sobre cidadania e direitos humanos, a abordagem da cultura política caracteriza-se por incorporar dimensões de valores, comportamentos e atitudes e o seu impacto no sistema político ao problema da construção democrática (ALMOND; VERBA, 1965; RENNÓ, 1998; BAQUERO, 2004). Especificamente, o enfoque parte do pressuposto de que para a efetivação de uma cultura democrática, as instituições políticas devem estar em congruência com crenças e valores da sociedade, o que conecta os níveis macro e micro da política (DÍAZ, 2004). O comportamento, a participação e o apoio das pessoas ao regime político estão, assim, relacionados à estabilidade democrática de um país.

A importância do tecido social para respaldar sistemas democráticos é enfocada por Gabriel Almond e Sidney Verba (1965) quando classificam os tipos de cultura política em paroquial, de sujeição e participativa. Os dois primeiros, expressando a apatia em relação aos fenômenos políticos e, o terceiro, a conjugação entre cidadania e participação enquanto fórmulas do exercício da cultura cívica e precondição da democracia. A vista disso, ao medirem “a capacidade e a disposição dos cidadãos em participar da política, Gabriel Almond e Sidney Verba mostram como pode-se identificar dois tipos de cultura política: a cultura ‘submissa’ e a cultura ‘cidadã’” (LAGOS, 2000, p.7). Em tal demarcação, esclarece Marta Lagos:

O que distingue principalmente a cultura “cidadã”, de acordo com Almond e Verba, é que o papel do sujeito (assim como o papel “paroquial”, que envolve o indivíduo em atividades não-políticas) está combinado com a participação ativa no processo político. A falta de participação política implica em influência política desigual. Os mais pobres e menos educados tendem a não tomar parte na política, e não têm muita influência. Em culturas políticas “submissas”, a maioria das pessoas apóia a elite governante e identificam-se mais com o regime autoritário. Nas democracias, em contraste, os cidadãos controlam a elite política e a elite tenta antecipar as conseqüências possíveis das ações dos cidadãos (LAGOS, 2000, p.8).

O equilíbrio desse processo aparece, então, como embasamento à configuração de uma cultura pública democrática e tem a ver com a confiança dos cidadãos em sua capacidade de influenciar decisões políticas. Como enuncia Marta Lagos, isso corresponde ao que Gabriel Almond e Sidney Verba nomearam de “competência subjetiva”, e que também pode ser lido como “eficácia política”. Em outras palavras, significa dizer que: “Quanto mais os cidadãos

acreditam que sua participação pode ter algum efeito, mais provavelmente tomarão parte nas questões públicas e responsabilizarão as elites” (LAGOS, 2000, p.8).

Consoante à concretização da cultura participativa em sociedades como a brasileira, a distância entre o discurso e a prática política revela o distanciamento dessa realidade. A evidência ilustra a ocorrência de fenômenos dessa ordem no que se denomina diferencial semântico consoante a respostas de pesquisas de opinião, ou seja, a inconsistência entre atitudes e comportamentos em relação à política. Comumente, entrevistados/as afirmam a importância de sua participação política e social, mas de fato não a exercitam; por razões que podem repousar tanto na falta de interesse político, de confiança ou de canais de participação, quanto na existência de um Estado centralizador. Nas culturas políticas participativas, há conhecimento e vivência junto às estruturas políticas, pois os sujeitos intervêm via mecanismos que levam suas demandas ao Estado, que as traduz em políticas públicas. Ou seja, a prática da cidadania se faz presente na sociedade.

A importância da dimensão dos valores à democracia é sustentada por Ronald Inglehart (1997), em *Modernização e Pós-modernização*, quando reflete sobre o impacto do desenvolvimento da cidadania na estabilidade do sistema político. Em sociedades marcadas por valores de sobrevivência, oriundos de carências materiais e contextos de precariedade e insegurança social, há fortes padrões de discriminação entre os seus segmentos e em relação aos grupos de fora. Em sociedades de países desenvolvidos, prevalecem valores de autoexpressão, haja vista terem seus problemas materiais já superados, o que dá espaço à emergência de movimentos sociais, a exemplo dos ambientalistas e feministas, e para o reconhecimento da diversidade e dos direitos das minorias. Tais valores são os da democracia e, em boa medida, estão relacionados ao desenvolvimento econômico. Nesse patamar, em uma situação ideal, um processo de redistribuição da riqueza é capaz de satisfazer precariedades materiais (acesso à saúde, moradia, educação, lazer, justiça, informação etc.). Em outras palavras, na visão de Ronald Inglehart, as mudanças econômicas, culturais e políticas ocorrem juntas, mas não de forma linear. A problemática central do autor são as tendências de se consagrar a pós-modernidade e os valores de autoexpressão, os quais configuram um sistema cultural possível de subsidiar um sistema político democrático.

A distinção entre os valores materiais e de autoexpressão oferece importantes elementos para entender as democracias latino-americanas, especialmente para o Brasil, em decorrência das acentuadas distâncias socioeconômicas entre ricos e pobres. Convivem, na mesma sociedade, diferentes setores; uns compartilhando de valores materiais e outros

gozando de uma realidade pós-material (estratos sociais mais ricos e bem educados). O objeto do presente trabalho representa bem esta ambiguidade, pois as institucionalidades estatais e da sociedade civil voltadas às políticas de juventude são típicas de países desenvolvidos (responder às demandas de minorias), embora com tendência à proliferação também na América Latina. Entretanto, particularmente nesta região, cumpre a tais institucionalidades suprir as carências de um dos setores mais vulnerável à exclusão social e política.

Outra contribuição de Ronald Inglehart ao debate sobre cultura política é a de enfocá-la como um sistema de atitudes, valores e conhecimentos compartilhado pela sociedade via processos de internalização, transmitidos de geração a geração. Tal abordagem é pertinente à natureza do objeto de estudo aqui empreendido. Partindo-se desta interpretação, encontra-se, nas políticas destinadas à juventude, um mecanismo eficaz para transmitir e consolidar valores de autoexpressão, se para tal finalidade estiverem orientadas. Contexto a ser apreendido, como expressa Márcio Brotto (2009, p.8), “a partir de experiências que permitam explorar a influencia da dimensão cultural nas relações democráticas e na oferta de serviços de proteção social a sociedade”. Nesses termos, pontua-se como ele “a relevância de análise do quadro brasileiro, cuja base de discussão atual sobre a democracia vincula-se, dentre outros aspectos, à incapacidade em dar concretude a políticas públicas eficientes e eficazes” (BROTTO, 2009, p.8).

Por outro ângulo, a leitura de Evelina Dagnino (1994) da cidadania brasileira no contexto dos movimentos sociais remete ao processo de redemocratização e à intensa atuação da sociedade civil. A autora reconhece as características sociais e econômicas desfavoráveis, principalmente a pobreza e o autoritarismo que permeiam as relações sociais e políticas no país. Contudo, enfatiza a cidadania como um espaço resultante dos conflitos vividos pela sociedade em um determinado momento histórico, pelo entendimento que a luta política sempre irá definir o conteúdo e significado da cidadania. Corroborando a abordagem culturalista da democracia, ela expressa que a participação dos cidadãos no espaço público, o acesso a direitos e a não violação dos direitos humanos, além de fundamentais à democratização das relações sociais, se refletem nas instituições políticas. A autora conclui que a noção de cidadania é a expressão do novo estatuto teórico e político assumido pela questão da democracia em todo o mundo e aparece como prática social para “acesso à cidade”, promovida por organismos e movimentos sociais.

Desta ótica, a cidadania representa um mecanismo capaz de promover a ruptura de práticas políticas tradicionais da sociedade brasileira, entre elas: o clientelismo, o coronelismo

e o autoritarismo, as quais, por sustentarem-se na desigualdade social, impediriam a consolidação de valores de auto-expressão e, como sublinha Ronald Inglehart, de se chegar a uma cultura e a um regime democrático. No caso brasileiro, a trajetória histórica do país, pautada por uma cultura política de cunho conservador e por práticas elitistas, de clientela e de centralismo decisório, requer seu descarte mediante a “defesa de uma democracia participativa e de uma cultura política garantidora de direitos sociais” (BROTTO, 2009, p.8).

A cidadania, assim, é um conceito polissêmico que abriga interpretações atinentes a distintos contextos históricos e sociais. A estrutura de cidadania exposta por um de seus expoentes, Thomas Humprey Marshall (1965), que a situa nos âmbitos civil, político e social, contextualiza o cidadão no estado nacional como detentor de direitos de diferentes naturezas e é permeada pela noção de igualdade. Para além desse entendimento, a cidadania é ampliada pela perspectiva de reconhecimento das diferenças e dos direitos humanos, ou seja, pela busca da superação das desigualdades existentes entre diversos grupos em uma mesma sociedade, visando promover as diferentes formas de pertencer à cidade. Caracterizando-se, então, pela abrangência dos direitos fundamentais dos cidadãos, incluindo os civis, políticos, sociais, econômicos e culturais, sendo eles interdependentes.

Especialmente sobre a cidadania juvenil, mas também aplicável a outros segmentos da sociedade, Rossana Reguillo (2003) investe nessa noção e traz elementos para refletir sobre a organização produtiva e simbólica da sociedade e o seu discurso político e jurídico, tendo em vista o fenômeno da internacionalização da cidadania entre a juventude. Para tanto, contrapõe os problemas de integração social deste grupo à construção e reconfiguração de um sujeito juvenil com possibilidade de diferenciar-se dos demais, paralelamente à disseminação das noções de cidadania sustentadas no direito à igualdade, ao reconhecimento e à justiça social.

Transpondo esta discussão para outros aspectos da realidade brasileira, Jussara Prá (2006, p.177) argumenta que “refletir sobre a questão dos direitos é uma forma de repensar problemas e tensões que afetam a ordem social e política, dificultando a tarefa de construir uma cultura pública democrática em sociedades periféricas”. No Brasil, os descasos históricos com a expansão das cidadanias civil, política, social e cultural, por conta de sucessivos governos autoritários ou de democracias frágeis, retardaram a presença da orientação de direitos humanos em agendas sociais e políticas.

Os direitos humanos passam a representar uma perspectiva de avanço entre grupos sociais débeis em sua cidadania, sobretudo com o advento da Constituição de 1988. Mesmo assim, como argumenta Jussara Prá, citando Robson Souza (2003), permanece a “lacuna entre

os direitos proclamados formalmente e a realidade vivida pela maioria da população, quando se tratam de políticas públicas” (PRÁ, 2006, p.186). Por isso, pode-se afirmar que a cidadania é reservada a uma elite, excluindo determinados segmentos por sua condição de raça/etnia, gênero, geração ou classe social (PANDOLFI, 1999).

Contudo, há setores da sociedade, em específico os representados em movimentos sociais que pautam suas demandas junto aos órgãos estatais e multilaterais, respaldados na perspectiva e em documentos de direitos humanos, de maneira a pressionar entes governamentais a cumprir acordos firmados em âmbito internacional. As reivindicações, em geral, são por modificações nas legislações e implementação de políticas públicas a fim de beneficiar e reconhecer direitos específicos a determinados grupos. Nesse sentido, como assevera José Augusto Alves (2005, p. 59):

[...] os documentos das conferências podem e devem ser utilizados, não como obstáculos fictícios, mas como instrumentos humanizadores do processo de globalização. Isso não será feito espontaneamente pelos governos: alguns porque, submetidos a variados tipos de pressão, não dispõem de força autônoma suficiente; outros porque, usufruindo de vantagens na situação vigente, simplesmente não a querem modificar. Quem os pode utilizar com convicção e sem constrangimentos de outra ordem na esfera internacional são as comunidades novas, simbólicas, “de objetivos”, de ONGs e acadêmicas, em particular os movimentos sociais abrangentes, ambientalistas, de direitos humanos, de mulheres e de trabalhadores.

Os aportes à cidadania gerados internacionalmente assumem relevo no chamado Ciclo Social da Organização das Nações Unidas (ONU), responsável por uma sequência de eventos que marcam os dois últimos decênios. Motivado destacadamente pelos movimentos negro, feminista e ambientalista e por conferências e resoluções para diferentes grupos humanos, este ciclo fomenta a discussão sobre direitos e diferenças em plano global. Os debates aí gerados questionam a ênfase no aspecto formal da igualdade de direitos em detrimento da igualdade real de direitos, oportunidades e responsabilidades (ARDILLON, 2002; NEGRÃO; PRÁ, 2004) e buscam instrumentos para enfrentar problemas sociais, desde um espaço universalizado de plataformas de ação (ALVES, 1996). A novidade histórica dos direitos humanos então gestados reside no fato de que “pela primeira vez na História, valores universalmente compartilhados e se afirmam com legitimidade na agenda internacional” (ALVES, 2005, p.58).

Assim sendo, mesmo que os direitos humanos apresentem um caráter liberal de defesa das liberdades individuais, alcançada plenamente por setores sociais historicamente privilegiados, a sua apropriação pelos movimentos sociais qualifica-os como instrumento de



garantia da dignidade humana dos excluídos, segundo os paradigmas da universalidade, multiplicidade e diversidade. Todavia, sem esquecer as críticas recorrentes à capacidade de atuação da ONU frente à intensificação de conflitos e disparidades econômicas e sociais, fruto da redução dos estados nacionais orientada pelo neoliberalismo. Ocorre que, como espaço de disputa entre Estado e sociedade, as Conferências podem cumprir o propósito de equilibrar e universalizar padrões e procedimentos de combate a desigualdades e discriminações, amparadas num sistema internacional de proteção aos direitos humanos.

A partir do exposto, importa refletir sobre perspectivas teóricas que permitam relacionar cidadania e direitos humanos no contexto das novas configurações internacionais que impactam a constituição das políticas públicas de juventude no Brasil. Assim, passa-se a discutir as contribuições da teoria do reconhecimento a fim de buscar elementos para subsidiar o debate sobre a ampliação da cidadania na população jovem.

### 2.3 A TEORIA DO RECONHECIMENTO

A ideia de reconhecimento estabelece-se a partir das noções de igualdade e liberdade, pressupostos das teorias democráticas clássicas da ciência política. Posteriormente a esse pensamento, a configuração do Estado de bem-estar social impulsiona reflexões sobre a necessidade de correção das desigualdades sociais e econômicas, além de consolidar direitos sociais (CEPÊDA; MAGRINI, 2008). Seguindo tal lógica, teóricos/as do reconhecimento avançam na definição da natureza das políticas públicas, defendendo-as como as principais promotoras de justiça social. A problemática central da democracia, nas teorias do reconhecimento, circunda a superação das desigualdades e diferenças estruturais da sociedade que impedem os diferentes grupos de participarem de forma paritária dos processos comunicativos nos espaços públicos. É esse o alvo de crítica das teorias do reconhecimento às ideias de esfera pública e de agir comunicativo de Jürgen Habermas (1987). Adicionalmente, emergem protestos às teorias clássicas da democracia por negligenciarem desigualdades entre grupos, avaliando os cidadãos de forma homogênea desde fronteiras nacionais territorialmente definidas. Posição questionada por sustentar que a participação é igualitária e obscurecer a pluralidade das sociedades complexas que, muitas vezes, extrapolam os limites físicos do estado-nação.

Seguindo esse raciocínio, Nancy Fraser (2009) discute o tema da justiça social pela ótica reivindicatória da redistribuição e do reconhecimento<sup>2</sup>. Seu alvo, o espaço transnacional. Um mundo globalizado onde demandas recebidas e debatidas não se limitam aos públicos nacionais. Segundo a autora,

[...] as decisões tomadas em um Estado territorial frequentemente impactam as vidas dos que estão fora dele, assim como as ações das corporações transnacionais, dos especuladores financeiros internacionais e dos grandes investidores institucionais. Muitos também notam a crescente visibilidade das organizações supranacionais e internacionais, tanto governamentais como não governamentais, e da opinião pública transnacional, que se desenvolve sem nenhuma consideração às fronteiras, através dos meios de comunicação de massa globais e da cibertecnologia (FRASER, 2009, p. 14).

Por justiça, Nancy Fraser (2009, p. 17) entende a participação paritária em todas as esferas sociais. Situação que requer superar os obstáculos à cidadania plena por meio da formulação de políticas públicas que operem como “remédios contra injustiças”. Entre estas, as causadas por estruturas econômicas que não propiciam recursos necessários à interação dos cidadãos na condição de pares ou as oriundas de hierarquias institucionalizadas de valoração cultural que negam o *status* necessário a alguém. Por esse prisma a autora alia as teorias da redistribuição e do reconhecimento, reconhecendo-as como tipos de justiça que se complementam e se revigoram mutuamente. Conferindo à distribuição precária o poder de impactar o reconhecimento e vice-versa, atribui ao exercício da representação política, tanto na sociedade civil quanto nos legislativos e executivos, a capacidade de promover a justiça de grupos oprimidos. Nancy Fraser propõe, então, pensar a justiça enquanto substância da igualdade e fator fundamental de inclusão na comunidade política via distribuição, reconhecimento e representação, com obediência à paridade participativa. A justiça não deriva assim de um modelo político agregativo, sendo tributária do debate público e não da agregação de interesses particulares.

---

<sup>2</sup> Debate com as noções de redistribuição e reconhecimento de Taylor (1994) e Honneth (2003). Esses autores entendem a redistribuição como processo decorrente do reconhecimento, enquanto Nancy Fraser a julga como processo distinto. Para ela, estas duas esferas apresentam duas perspectivas: 1) a posição dos agentes nas relações de produção determinará o acesso ou não do sujeito à redistribuição; 2) pela apropriação de uma situação de injustiça pelos sujeitos emergem bandeiras de luta contra a injustiça e, portanto, o reconhecimento de uma condição (PINTO, 2008).

Assim, a autora delinea a sua teoria da justiça democrática pós-Westfaliana<sup>3</sup>, fundada nas dimensões políticas (representação), econômica (redistribuição) e cultural (reconhecimento) da justiça. A primeira inclui as demais dimensões e é privilegiada na análise. A representação contempla reflexões sobre quem é membro, qual comunidade política é relevante e como pode participar, superando o embate dos anos de 1970 sobre qual deveria ser a relação dos cidadãos com os processos políticos. Nesse tipo de questionamento, estabelecem-se discussões como a da igualdade (formal) de todos perante a lei, de oportunidade, de acesso a recursos e ao respeito para serem capazes de participar em paridade com os demais cidadãos, enquanto membros integrais da comunidade política.

O pertencimento de um grupo a uma comunidade política relaciona-se ao seu acesso à distribuição de recursos econômicos e reconhecimento de características culturais condicionantes das relações sociais. Como as decisões e disputas ocorrem nos espaços políticos, esse se torna revelador de quais sujeitos são aptos a reivindicar redistribuição e reconhecimento, do modo de introduzir o debate e de julgar tais reivindicações. Daí a importância da representação no contexto político, no qual alguns têm legitimidade em reclamar por justiça e tomar decisões. Também a representação pode contribuir para a manutenção de injustiças quando é falsa. Essa é, segundo a autora, decorrente de regras de decisão do sistema político (distrito eleitoral uninominal ou pluralidade - resultado de soma zero em legislativos e executivos de sistemas majoritários) acaba reforçando a exclusão de certos grupos por não reconhecer seus *déficits* de cidadania.

A falsa representação ocorre quando as fronteiras políticas e/ou as regras decisórias funcionam de modo a negar a algumas pessoas, erroneamente, a possibilidade de participar como um par, com os demais, na interação social – inclusive, mas não apenas, nas arenas políticas (FRASER, 2009, p.21).

Com efeito, a exclusão dos debates sobre justiça compromete uma representação eficaz. Além disso, a decisão sobre quem está ou não incluído na comunidade política, locus de disputas e de deliberações sobre questões de distribuição, reconhecimento e representação, pode gerar injustiças, negando a grupos e pessoas as chances de acesso à justiça social. Dito de outro modo, quando os indivíduos são excluídos de qualquer comunidade ou a ela incluídos e impedidos de decidir (mau enquadramento) ocorre à perda do “direito a ter

---

<sup>3</sup> O termo Westfaliano refere-se à justiça entendida dentro das nações territoriais, principalmente nos Estados de Bem Estar Social, no pós- Guerra. Esclarece Fraser (2008, p. 12) “O termo “Westfaliano” refere-se ao Tratado de 1648, que estabeleceu alguns aspectos principais do sistema estatal internacional moderno”.

direitos”. Nesse caso, “desprovidos da possibilidade de formular reivindicações de primeira ordem, eles se tornam não-sujeitos em relação à justiça” (FRASER, 2009, p. 23).

Cabe ressaltar que o posicionamento de Nancy Fraser sobre a representação e as comunidades políticas extrapola os limites de territórios dos estados nacionais, direcionando-se para âmbitos transnacionais. E, em um contexto globalizado, o mau enquadramento é a principal injustiça desta nova era, pois aprofunda a dificuldade em ter direitos. O mau enquadramento é a dimensão política da injustiça. Daí a autora defende não haver redistribuição ou reconhecimento sem representação, concluindo que estas três dimensões pautam a teoria da justiça atual.

Nancy Fraser insere-se em um grupo de teóricos críticos, preocupados com uma nova agenda política pós-socialista. Aqui estão em jogo as chamadas demandas “pós-materiais”, ligadas à identidade. As políticas não se limitam aos pressupostos redistributivos. Desenvolve-se, então, o conceito de política de enquadramento voltada a compreender e a conduzir o processo de estabelecimento das fronteiras do político, ou seja, quem é considerado um sujeito de justiça. Por isso, para Nancy Fraser (2009, p. 26), tal definição implica em “estabelecer e consolidar, contestar e revisar a divisão oficial do espaço político”. Por fim, a autora distingue as políticas afirmativas das transformativas. As primeiras contestam os enquadramentos existentes e entendem os sujeitos equivalentes de justiça como pertencentes a um Estado. As últimas consideram o enquadramento em âmbito internacional, pois se devem considerar as causas estruturais da injustiça em um mundo globalizado, a fim de revertê-las<sup>4</sup>.

Em síntese, a justiça é pensada desde um espaço internacional de ação e, fundamentalmente, na sua dimensão política. O enquadramento e a representação são os elementos que possibilitam a distribuição e o reconhecimento. Já os sujeitos de direitos são formados pelo princípio de “todos afetados”, não só pelo compartilhamento dos limites territoriais de uma nação, mas também pelo enquadramento estrutural ou institucional, comuns em nível global. Segundo Nancy Fraser (2009, p. 29), esse enquadramento estabelece regras de interação na sociedade, moldando, assim, as possibilidades de vida dos indivíduos, segundo padrões de vantagem e desvantagem no âmbito político, econômico e cultural.

---

<sup>4</sup> Fraser (2009, p. 28) exemplifica as correlações de forças globais e o seu impacto na vida dos cidadãos, “os mercados financeiros, empresas protegidas de regulamentação fiscal no país em que operam (*offshores*), regimes de investimento e estruturas de governança da economia global, que determinam quem trabalha por um salário e quem não; as redes de informação dos meios de comunicação globais e cibertecnologia, que determinam quem está incluído nos circuitos do poder comunicativo e quem não está; e a biopolítica do clima, das doenças, dos medicamentos, das armas e da biotecnologia, que determinam quem viverá muito e quem morrerá cedo.”

De maneira mais específica, Iris Young (2006) trata a problemática da inclusão política de grupos marginalizados e oferece centralidade à ocupação de espaços na política legislativa, embora reconheça a relevância das organizações civis. Nesse sentido, propõe a representação de grupos para além do âmbito legislativo, em comissões e comitês dos poderes públicos, processos consultivos, instâncias judiciárias, audiências públicas, nas esferas mais amplas das associações corporativas e civis. Para tanto, Iris Young, em seu trabalho *Representação política, identidade e minorias*, defende a prática em questão como autenticamente democrática, principalmente nas sociedades complexas, dizendo:

Nenhuma pessoa pode estar presente em todos os organismos deliberativos cujas decisões afetam sua vida, pois eles são numerosos e muito dispersos. Ainda que as expectativas de um cidadão sejam frequentemente desapontadas, ele espera que outros pensem em situações como a dele e as representem nos respectivos fóruns de discussão. (YOUNG, 2006, p.144).

A autora defende a complementaridade entre representação e participação, desde os ideais normativos da democracia comunicativa e da prática dos debates e tomadas de decisão. A respeito dos aspectos determinantes da representação política, a autora debate com a literatura da ciência política, que explica o conceito pelo compartilhamento de interesses e opiniões ou pela proximidade de perspectivas entre grupos. As ideias de representação de interesse e opiniões são analisadas com frequência. A terceira é uma abordagem mais recente e oferece uma nova perspectiva para a inclusão política de grupos sociais oprimidos e desfavorecidos no campo representativo.

Os representados por interesse compartilham recursos e habilitações que lhes possibilita o exercício de capacidades. Essas, por sua vez, viabilizam meios para atingir determinados fins. Já as opiniões estão mais ligadas a princípios, valores e prioridades a condicionar posicionamentos. A representação de perspectivas tem como pressuposto que os grupos na sociedade não são homogêneos. Ao contrário disso, os conteúdos de políticas de diferenciação de grupos afirmam que “pessoas diferentemente posicionadas têm diferentes experiências, histórias e compreensões sociais, derivadas daquele posicionamento” (YOUNG, 2006, p. 162). Assim, a posição social é fundante dos significados atribuídos a ações, eventos, regras, estruturas e experiências. Como assevera Iris Young:

Cada grupo diferentemente posicionado tem uma experiência ou um ponto de vista particular acerca dos processos sociais precisamente porque cada qual faz parte desses processos e contribui para produzir suas configurações. É especialmente quando estão situadas em diferentes lados das relações de desigualdade estrutural que as pessoas entendem essas relações e suas consequências (YOUNG, 2006, p. 162).

Tendo isso em vista, a perspectiva social é definida como um “conjunto de questões, experiências e pressupostos mediante os quais mais propriamente se iniciam raciocínios do que se extraem conclusões” (2006, p. 163), pois, no contato dos indivíduos com diversos pontos de vista, interesses e opiniões podem consolidar-se. Da mesma forma, o diálogo com outros posicionamentos pode ser possível e até desejável dentro de um propósito comunicativo.

Em decorrência, indivíduos situados em uma mesma posição social desfrutam de visões similares sobre a sociedade, embora possam apresentar interesses e opiniões diferentes sobre uma mesma questão. Ademais, compartilhar determinada perspectiva com outras pessoas “propicia a cada uma delas afinidade com o modo conforme a outra descreve o que é experiência, uma afinidade que as pessoas posicionadas diferentemente não experienciam” (YOUNG, 2006, p.163). Dito de outra maneira,

Pessoas que têm uma perspectiva semelhante sobre processos e temas sociais – sobre as normas da interação heterossexual, por exemplo – frequentemente têm interesses ou opiniões não obstante diferentes, já que raciocinam de modos diferentes a partir daquilo que experienciam, ou têm metas e projetos diferentes. (YOUNG, 2006, P.163)

Interesses e opiniões de minorias também estão representados na abordagem liberal que, segundo Iris Young (2006), maximiza a liberdade de expressão e associação e pode se materializar nas tomadas de decisão ou na política pública. Para tal, recursos devem ser disponibilizados a grupos desfavorecidos e com acesso restrito a eles, por exemplo, pela ampliação de acesso aos meios de comunicação para manifestar posicionamentos. Para a igualdade acontecer de fato, todos os grupos devem ter espaços para expressar opiniões, interesses e para se auto-organizarem.

Posto isso, cumpre reter do exposto que a teoria do reconhecimento, desenvolvida por Iris Young e outros autores, procura delinear a ideia de representação como alternativa de inclusão política de grupos. Situação propiciada à medida que busca formas de agregar elementos comuns para iniciar discussões, com potencial de influenciar tomadas de decisão e políticas públicas. Tais pontos de partida correspondem a interpretações de grupos em situação de desigualdade sobre a sociedade, aos processos, às relações e às instituições.

Por esse prisma, encontra-se a teoria do reconhecimento aplicada aos estudos de gênero e de raça/etnia e associada à teoria democrática, no que tange aos processos representativos, à dimensão da identidade e das desigualdades. Também dessa perspectiva serão analisadas as políticas públicas de juventude a partir dos atores que as constituem.

O reconhecimento de demandas de distintos segmentos sociais, ao mesmo tempo em que é conformado por definições conceituais sobre as relações desses grupos com instituições sociais e políticas, também é produto de políticas destinadas a certas populações. Nos últimos anos, esses processos receberam o impulso de espaços internacionais de debates e deliberações, refletindo ações em âmbitos nacionais. Tendo essa configuração em vista, a definição da juventude sob diferentes referenciais analíticos e os dilemas envolvidos na sua constituição como objeto de pesquisa, em função da pluralidade de situações vivenciadas por tal público, é fundamental para a compreensão do processo do seu reconhecimento como sujeito de direitos e como ator político. E é esse o objetivo do próximo item.

### 3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE

#### 3.1 A JUVENTUDE COMO CATEGORIA ANALÍTICA

Como comentado em trabalho anterior (MACHADO, 2007), estudos sobre juventude não são temas centrais nas universidades brasileiras. Mobilizações juvenis e momentos críticos, especialmente quando a juventude é considerada “ameaça” para a sociedade (gângues nos EUA) motivam investigações centradas nos jovens, mas geralmente é uma temática “em baixa” na academia. Nas últimas duas décadas, a associação entre cidadania, qualidade de vida e democracia torna a juventude de muitos países alvo da atenção de organismos internacionais, de políticas públicas (nacionais e locais), de setores acadêmicos e da sociedade civil. No Brasil, o assunto não detém igual importância; sua produção é esparsa por grupos de pesquisa ou observatórios, bem como recente em áreas de humanidades (Ciências Sociais). Na educação, por seu turno, a temática é prioritária, porém com algumas ênfases, entre elas, na realidade escolar (SPOSITO, 1997).

Quanto à juventude como categoria analítica, esta dificilmente assume igual conotação junto a quem investiga o assunto. Como esclarece José Pais (1993), não existe “um conceito único de juventude que possa abranger os diferentes campos semânticos a ela associados. Às juventudes e às diferentes maneiras de olhar essas juventudes corresponderão, pois necessariamente, diferentes teorias” (PAIS, 1993, p.36)<sup>5</sup>.

O pressuposto que a juventude é definida desde um contexto social, político, cultural e econômico específico une diferentes perspectivas na área de conhecimento das ciências sociais. Por isso, identifica-se a tentativa de desconstrução de uma essência da juventude, comumente repetida por discursos do senso comum, tais como revolucionária, apática, violenta entre outras. Rossana Reguillo (2003, p. 104) caracteriza a juventude como “produto das relações de força de determinada sociedade”<sup>6</sup> e atualmente uma categoria em aguda fase de recomposição, assim como tantos fenômenos sociais. Nessa linha, Mary Castro (2002) afirma ser este um período de trajetória de vida e de incorporação de um modo de ser que

---

<sup>5</sup> Pais (1990) discute detalhadamente as correntes culturalista, geracional e classista nos estudos de juventude. Vale esclarecer que tais correntes não são antagônicas. Nas análises sobre as realidades juvenis, acessam-se elementos enfatizados por uma ou por outra.

<sup>6</sup> Tradução livre da autora.



adquire expressão em sociedade. Ou seja, corresponde às características de determinada faixa etária que relacionam os indivíduos aos processos de cunho social e político nos quais foram socializados, e que os mantém vinculados à cultura política de um país. Dito de outro modo,

[...] quando a idade é processada pela história e pela cultura, temos o tema gerações. [...] época em que o indivíduo é socializado. “Gerações de realidade”. Cada época tem sua episteme. Ser integrante de uma geração distinta significa diferenças no plano da memória social (CASTRO, 2002, p.18).

Do exposto depreende-se que a definição de juventude extrapola critérios cronológicos e traz elementos capazes de alimentar distintas possibilidades de análise. Nesse veio se inserem estudiosos da cultura política, interessados em avaliar “o processo de formação de atitudes políticas nos indivíduos ou de interiorização da cultura política existente em um meio social por parte das novas gerações” (SCHIMIDT, 2004, p. 161). Já a preocupação com os contextos e as agências responsáveis pelos processos de socialização, sustentam investigações sobre o papel da família, da escola, dos meios de comunicação, da igreja, do ambiente, do trabalho, dos partidos políticos, dos movimentos sociais e da comunidade na formação de cidadãos mais ou menos participativo e/ou conscientes de seus direitos e deveres (KRISCHKE, 2000, SCHIMIDT, 2004, NAZZARI, 2006). Assim estudos dessa natureza são relevantes à ciência política, quando associados aos de juventude, haja vista a relação entre os processos de socialização e os dilemas postos à democracia e às suas instituições.

Diagnósticos sobre socialização política, na década de 2000, demonstram processos direcionados ao individualismo, sustentados pela lógica de formação dos jovens para o mercado de trabalho competitivo. Os estímulos à ação coletiva em favor de interesses e perspectivas comuns não se destacam na atuação das agências socializadoras. O mesmo momento histórico registra a expansão das políticas públicas de juventude<sup>7</sup>, executadas por diferentes instâncias de governo as quais, até então, seguem o mesmo modelo de atuação das instituições tradicionais (IPEA, 2008). Ao lado disso, a incorporação dos jovens ao sistema produtivo se encontra dificultada diante da deterioração de mecanismos de integração social e da incapacidade das instituições em absorvê-los (REGUILLO, 2003). Daí a ambiguidade de refletir acerca da cidadania juvenil quando se referencia marcos legais de direitos humanos, e isso faz sentido se for considerado que em países como o Brasil o estímulo ao exercício da

---

<sup>7</sup> As Políticas Públicas de Juventude (PPJs) serão detalhadas no próximo segmento do trabalho.

cidadania tende a ser sobrepujado pelo incentivo ao consumo, à competição e ao individualismo.

Em abordagens mais recentes, como na das culturas juvenis, considera-se a juventude como um estado. Uma etapa da vida a ser analisada à luz das mudanças políticas, sociais e culturais, e não uma etapa de transição, fixada por uma faixa etária estabelecida a partir de critérios biológicos e psíquicos; ao invés disso, como sustenta Rossana Reguillo, “para os jovens seu ser e seu fazer no mundo está atrelado ao presente” (REGUILLO, 2003, p. 160). Tal postulação evoca equívocos muitas vezes difundidos por agentes políticos e sociais sobre o significado das juventudes. No mesmo diapasão, o mercado as aborda na pluralidade, porém, transformando-as em importante segmento de consumidores.

Outros estudos enfatizam o impacto de mudanças oriundas do desenvolvimento tecnológico na participação social e nas políticas concernentes às gerações mais jovens. A condição juvenil também é classificada segundo questões de gênero, de etnia ou de pertença a certo território, denotando que as modalidades sociais do ser jovem dependem de sua vinculação a algum grupo, em um processo de identificação e constituição de identidades (GARBIN, 2003). Regina Novaes e Cristina Vital mencionam outros contextos e grupos de identificação juvenil, relacionando-as à origem social, renda familiar e às disparidades econômicas entre países; regiões de um mesmo país; campo e cidade; local de moradia etc. A partir dessa pluralidade, as autoras esclarecem ver a juventude

[...] como um tempo de construção de identidades e de definição de projetos de futuro. [...] de “moratória social”, “etapa de transição”, em que os indivíduos processam sua inserção nas diversas dimensões da vida social: responsabilidade com família própria, inserção no mundo do trabalho, exercício pleno de direitos e deveres de cidadania (Novaes; Vital, 2005, p. 110).

Dalia Szulik e Silvia Kuasñosky, por seu turno, acrescentam que “para muitos jovens esta etapa é inexistente; para outros é breve, precária e exígua, e para um terceiro grupo é indefinidamente prolongada” (2008, p. 225). Dito de outra forma, conforme a condição de estudante, trabalhador ou marginal (condição ligada à drogadição e delinquência) a juventude é um período de uma trajetória, vivenciada ou não, que ocorre de diferentes formas. Com isso, as autoras entendem os jovens como pertencentes às dinâmicas que envolvem conflitos, dilemas e integração social. As análises sobre o tema devem incluir esses processos, pois aspectos da realidade juvenil não são autônomos aos demais movimentos da sociedade.

Os jovens de hoje também se diversificam em termos de orientação sexual, gosto musical, pertencimentos associativos, religiosos, políticos, de galeras, de turmas, de grupos e de torcidas organizadas. Esses recortes, que funcionam como demarcadores de identidades, podem aproximar jovens socialmente separados ou separar jovens socialmente próximos (NOVAES; VITAL, 2005, p.111).

Cumpra aqui destacar que o uso de recortes para demarcar a realidade juvenil, se expressa na confluência de abordagens e correntes analíticas, entre elas: a classista, que foca a posição socioeconômica como condição de vida e mobilidade social; a geracional, que busca os traços comuns de um grupo populacional nascido em determinado contexto e com potencial de reproduzir ou romper com valores e comportamentos de gerações anteriores. A estas se agregam correntes que examinam as juventudes ou as culturas juvenis, contemplando sua pluralidade e diversidade, além das que defendem o pressuposto do protagonismo juvenil e o da moratória social e vital.

O exame dos processos de moratória social é objeto de estudos e pesquisas de diferentes matizes. Nessa linha, Mario Margulis e Marcelo Urresti (2008) utilizam a expressão moratória, reunindo aspectos de geração, classe e cultura. Fatores que consideram determinantes para apreender a capacidade de acesso e consumo do tempo livre para ser jovem. No relatório da pesquisa sobre juventudes no Brasil (Ibase/Polis, 2008), o termo é empregado para identificar o grau de inserção das e dos jovens no processo educativo, no mercado de trabalho e em situação de união conjugal. O estudo revela que parcela reduzida da população juvenil tende a concluir a formação média; em 2008, no grupo de 18 a 24 anos, 48% cursava o Ensino Médio regular e, 34,9%, o Ensino Superior (PNAD)<sup>8</sup>. Na mesma faixa etária, 43,4% somente trabalhava e 16,9% estudava e trabalhava<sup>9</sup>. A união conjugal é mais comum na fase dos 25 aos 29 anos, com variações por gênero (mais cedo para as jovens) e por situação socioeconômica (metade do grupo das classes D/E casado e 70% das A/B solteiro). A noção de juventude, definida como um período de transição para vida adulta (moratória social), embora muitas vezes questionada por comportar atributos sintéticos, não deixa de

---

<sup>8</sup> Os dados referidos foram apropriados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio pelo Ibase.

<sup>9</sup> Dados da Pesquisa sobre Juventudes no Brasil, realizada pelo Instituto brasileiro de análises sociais e econômicas (IBASE) e pelo Instituto Polís, em 2008. Disponível em: [www.ibase.org.br](http://www.ibase.org.br). Foram “3.500 entrevistados/as com mais de 18 anos de idade, dando destaque especial ao estrato jovem, de 18 a 29 anos, em função do objetivo central da investigação. A fim de obter maior consistência e menor erro amostral, decidiu-se representar esse estrato de maneira desproporcional às demais faixas etárias. Desse modo, a pesquisa pode ser lida também comparando o total do grupo de jovens ao total do grupo de adultos, sabendo que cada um dos grupos conta com aproximadamente 50% do total das entrevistas” (IBASE/POLIS, 2008, 4).

fornecer pistas para compreender a realidade juvenil, mesmo que avaliando apenas os aspectos acima relacionados (escolarização, trabalho e família).

Nesse ponto, interessa ressaltar a avaliação de Regina Novaes e Cristina Vital (2005) na qual são sintetizados dilemas comuns à atual geração juvenil, a saber: 1) medo de sobrar – não conseguir colocação no mercado do trabalho; 2) medo de morrer – em decorrência do aumento da violência urbana ou dos acidentes de trânsito; 3) sensação de estar desconectado em um mundo conectado – reflete o paradoxo da integração globalizada (maior velocidade na comunicação e símbolos compartilhados entre juventudes diferentes e de diversos lugares) e à intensificação de processos de exclusão. Paradoxalmente, tais dilemas encontram expressão no mesmo grupo que é concebido teórica e politicamente como ator e sujeito de direitos.

Na busca das conexões entre as gerações e o contexto político, as autoras defendem que o empenho em desvendar a realidade juvenil reflete as mudanças das últimas décadas no plano econômico, político, social e cultural. Alterações processadas em marcos normativos nacionais e internacionais e, com isso, influenciando o entendimento da condição juvenil. Daí o imperativo de situar esse grupo como objeto específico de políticas públicas.

Justamente porque o segmento populacional juvenil foi o mais afetado pelas mudanças econômicas e societárias em curso, *a juventude* surge agora como um ator social específico, com interesses e demandas próprias, que passam a ser objeto de *políticas públicas* (NOVAES; VITAL, 2005, p.143).

Em vista disso, compete definir uma temporalidade de forma a relacionar a juventude ao contexto das políticas públicas. O estabelecido no Brasil pelo Estatuto da Juventude (Projeto de Lei 27/2007) e pela Secretaria Nacional de Juventude reconhece na faixa etária de 15 a 29 anos o grupo que forma a população juvenil. Esta extensa faixa desdobra-se em três periodizações: a do jovem adolescente (15-18), do jovem (18-24) e do jovem adulto (25-29). Destarte essa definição etária, tem-se presente o fato de algumas instituições delimitarem a fase juvenil à faixa dos 15 aos 24, situação compartilhada pelo sistema das Nações Unidas.

A partir dessa referência, uma primeira apropriação ao tema das políticas públicas de juventude volta-se a retomar alguns dos marcos políticos que antecedem a abordagem atual do jovem como sujeito de direitos.

### 3.2 MARCOS POLÍTICOS DE OUTRAS GERAÇÕES JOVENS

Na década de 1950, inicia-se um período central para o entendimento de como a condição juvenil é concebida contemporaneamente. O contexto do Pós-Guerra, acompanhado da construção de uma nova ordem internacional; o crescente desenvolvimento econômico; o aumento da expectativa de vida; o incremento da industrialização e da produção de bens e serviços incluíram crianças e jovens na esfera dos direitos. Referindo-se a esse contexto, Rossana Reguillo (2003, p. 105) ressalta as contradições do período, no qual a educação dos jovens é idealizada para alavancar a economia, enquanto a intenção de retê-los no ambiente escolar visa evitar a delinquência juvenil. Destaca, também, o descompasso no processo de ampliação da cidadania (liberdade, justiça, propriedade privada e possibilidade de participação no espaço público), que não incorpora os pressupostos da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948).

No âmbito acadêmico, as teorias da modernização, orientam, no decorrer de 1950 e 1960, a produção de conhecimento sobre a sociedade (KRISCHKE, 2000). Essas, respondendo ao momento econômico e político dos países ocidentais, buscam associações positivas entre desenvolvimento econômico e maiores graus de democratização (LIPSET, 1993). Também, na tentativa de encontrar elementos de sustentação aos regimes democráticos, estudos comparados sobre cultura política são empreendidos por Gabriel Almond e Sidney Verba (1965). No Brasil, as ideias desenvolvimentistas influenciaram a produção intelectual e as orientações política de governantes<sup>10</sup>. Tais aportes orientaram programas e ações do governo Juscelino Kubitschek (1955-1960), voltado à industrialização e urbanização do país (FORJAZ, 1997; WEFFORT, 2006). A produção intelectual da época dialoga com a herança dos estudos na área das ciências sociais, dedicados ao conhecimento das características formativas do povo brasileiro, destacando a sua composição racial (FREYRE, 2006) e os legados ibéricos da cultura e das instituições (HOLANDA, 1995). Os esforços teóricos direcionavam-se aos desafios de consolidar um processo civilizatório herdeiro do jugo de uma hierarquia colonial responsável por distintas desigualdades internas. Francisco Weffort (2006) define essas tendências analíticas como historicistas e culturalistas,

---

<sup>10</sup> A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), da Organização das Nações Unidas, criada em 1948, em Santiago do Chile, foi a instituição de referência na formação de teóricos de orientação desenvolvimentista.

constituintes de uma das principais marcas da análise política brasileira, em contraposição à mera importação de modelos interpretativos europeus e norte-americanos.

Na década de 1960, surgem as teorias da dependência em reação às ideias desenvolvimentistas disseminadas pela CEPAL na América Latina. Exponentes dessa tendência como Fernando Henrique Cardoso, Enzo Falleto e Ruy Mauro Marini, embora compartilhassem bases epistemológicas diferentes, enfatizavam a limitação do modelo de desenvolvimento dominante na época. Para eles, era fundamental considerar a influência da dinâmica do sistema capitalista nas realidades econômicas dos países. E isso de maneira distinta e contraposta, observando a condição de desenvolvidos e subdesenvolvidos, estes subordinados e dependentes em relação aqueles.

O golpe militar de 1964 e o fechamento do regime político demarcam um contexto específico para a ciência política e para as políticas destinadas à juventude. Por um lado, a maior intervenção do Estado rumo a uma modernização conservadora; por outro, a institucionalização da ciência política como disciplina autônoma vai acontecer ao fim dos anos de 1960, principalmente na Universidade Federal de Minas Gerais e no antigo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (FORJAZ, 1997, KEINERT; SILVA, 2010). Fábio Keinert e Dimitri Silva (2010) registram a intensa influência estrangeira, em especial norte-americana, entre os principais cientistas políticos no referido período. As políticas de incentivo à produção científica foram determinantes neste processo. Houve, então, criação de programas de pós-graduação e de agências de fomento<sup>11</sup>, nacionais e internacionais à pesquisa em ciências humanas, conformando o processo de autonomização e institucionalização da ciência política, em meados dos anos de 1970.

Ainda cabe destacar os acontecimentos associados ao maio de 1968 pelo seu impacto no mundo ocidental. Stuart Hall (2006, p. 44), ao buscar elementos que definam o sujeito pós-moderno na sua dimensão política, demarca os movimentos feministas, estudantis, juvenis contraculturais e antibelicistas, de direitos civis e os revolucionários do “Terceiro Mundo” como os precursores de uma nova concepção de política. Os movimentos que compuseram o ambiente de contestação de maio de 1968 promoveram a concepção de política de identidade, a qual envolve dimensões subjetivas e objetivas nas suas ações e reivindicações, de acordo com cada movimento. Esse momento de contestação política e social é marcado pelo

---

<sup>11</sup> Fundação Ford, Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), CAPES e o Cnpq.

fenômeno da identidade fragmentada<sup>12</sup> do sujeito pós-moderno pela pluralidade de movimentos a formarem-se. No que tange a teoria social e política, a partir de então passa a deparar-se com a constituição desse novo sujeito e com a necessidade de caracterizar um novo período histórico, a pós-modernidade.

Quanto à mobilização de grupos, desencadearam questionamentos das relações de poder em diferentes países. À juventude e a outros atores sociais imprimiu-se uma imagem de revolucionária e transgressora em função das inúmeras ações políticas transformadoras empreendidas (ZANETI, 2001). Hermes Zaneti (2001, p. 22) afirma que “esses movimentos tem tido como limite influenciar nas mudanças e não conquistar o poder formal, como partidos políticos, pois têm um caráter mais coletivo, como potencial para a ação política institucional”. Nancy Fraser (2007b), ao analisar o contexto norte-americano, avalia o caráter transgressor dos eventos das décadas de 60 e 70 às culturas políticas de garantia de privilégios de gênero e outros tipos de dominações também questionadas, tais como de classe social, geracional, raça/etnia etc.

As repercussões do maio de 1968, no Brasil, aconteceram por ações, inclusive do movimento estudantil, em favor das liberdades individuais, visto o período de ditadura militar vigente naquele momento e foi menos caracterizado por questionamentos sociais e morais, ainda que também existisse esse tipo de contestação (ZANETI, 2001, AGGIO, 2008). Nos anos de 1970, o movimento feminista ganha força no Brasil (RAGO, 1996) e, em 1975, foi aprovada a lei do divórcio, com fortes resistências de setores conservadores da sociedade brasileira, mas que representa a institucionalização de uma reivindicação contrária a norma de origem moral.

Compõe essa conjuntura o declínio do Estado de Bem-Estar Social e da política keynesiana, na Europa e Estados Unidos, derivado, entre outras razões, do excesso de demandas sociais aos Estados (O`CONNOR, 1977; FIORI, 1997), desde a década de 1950. Outro olhar sobre esse processo é o desenvolvido por Ronald Inglehart (1997) e pelos teóricos do reconhecimento que denominam o pós-guerra como a era pós-socialista. Essas demandas pós-materiais se traduzem em reivindicações por reconhecimento, articulando-as à necessidade de redistribuição em diferentes dimensões culturais e institucionais (MATTOS,

---

<sup>12</sup> A ideia de identidade fragmentada do sujeito pós-moderno contrapõe-se a identidade unificada, completa, segura e coerente do sujeito iluminista o qual as ciências sociais costumavam eleger como objeto de investigação. Hall (2006, p. 13) afirma que “à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, como confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente”.

2004). Para esses autores, o resultado disso para as relações sociais, no tempo presente, é o desafio de concretizar justiça social no contexto de globalização, por acentuarem-se desigualdades e universalizarem-se demandas de grupos. Principalmente, nos anos 1990 e 2000, intensifica-se a produção de conhecimento com esses enfoques. No Brasil, identificam-se alguns estudos da perspectiva do pós-materialismo e do reconhecimento na ciência e sociologia políticas, seguindo a mesma tendência norte-americana; um número razoável deles voltados às questões raciais e de gênero.

A juventude tangencia o objeto de estudo de Ronald Inglehart (1997), em uma das suas hipóteses sobre socialização (KRISCHKE, 2000). Nela explica que o desenvolvimento dos valores materiais nas gerações adultas relaciona-se às necessidades econômicas e físicas não satisfeitas na fase pré-adulta. Da mesma forma, os valores pós-materiais (preocupação com qualidade de vida, afetividade, estética) são mais comuns entre aqueles que não passaram por privações de ordem material na idade mais jovem.

Ainda cabe comentar os acontecimentos que impactaram a ciência política nos anos de 1980. Essa década teve como símbolo político a queda do muro de Berlim, pois representou o fim do ideal socialista e o avanço do neoliberalismo em países da América Latina. Contraditoriamente, o momento político brasileiro é efervescente, em decorrência do processo de redemocratização, destacando-se a proclamação da Constituição Cidadã de 1988 e a retomada das eleições diretas para presidente da República em 1989. Em âmbito internacional, 1985 é instituído pela ONU o Ano Internacional da Juventude, marco para o reconhecimento desta população como portadora de direitos humanos, no contexto que precedera o ciclo social da ONU nos anos de 1990.

Na ciência política, as teorias neo-institucionalistas surgem em contraposição às abordagens institucionalistas, culturalistas e de escolha racional. Especificamente, os enfoques neo-institucionalistas entendem que os arranjos institucionais condicionam e inibem comportamentos dos atores, de forma a manter o sistema político estável. No contexto latino-americano, os estudos sobre transição democrática, políticas públicas e ação coletiva tiveram atenção de teóricos com tal orientação.

Retornando às considerações acerca dos anos 1990, registram-se reflexões sobre a qualidade da democracia, na tentativa de superar abordagens centradas no aspecto institucional e procedimental na América Latina e responder a insuficientes realizações no campo da cidadania em detrimento dos ajustes estruturais realizados em favor da nova ordem econômica. Sobre isso, afirma Norbert Lechner (2004, p. 8), “as democracias latino-



americanas costumam se caracterizar por frágeis institucionalidades, incapaz de orientar o exercício conflituoso da cidadania”. Ainda produziram-se estudos sobre cidadania ativa pela ótica dos mecanismos de consulta e iniciativa popular (BENEVIDES, 1994), dos movimentos sociais (DAGNINO, 1994), inclusive de grupos que reivindicavam reconhecimento de seus direitos humanos.

Assim, as ideias de reconhecimento das diferenças e de sujeito de direitos, que transcendem os limites do Estado-nação, vêm substituindo o cidadão nos discursos acadêmicos e políticos. Como afirma Boaventura de Souza Santos (1997, p.10), “hoje, a erosão seletiva do Estado-nação, imputável à intensificação da globalização, coloca a questão de saber se, quer a regulação social, quer a emancipação social, deverão ser deslocadas para o nível global”. Para o autor, associada à perspectiva do multiculturalismo, a política de direitos humanos cumpre importante papel no contexto globalizado.

Porém, o outro lado da globalização, de avanço do neoliberalismo, do desemprego e das crises econômicas que impactam o Brasil e outros países da América Latina, gera um paradoxo em relação aos debates sobre direitos humanos, pois estes propiciam contestar a vulnerabilidade de determinados segmentos sociais, entre eles, o dos jovens (ABAD, 2002; UNESCO, 2004). Nesse cenário, estudos orientados pela noção de desenvolvimento humano e por avaliações suscitadas a partir do denominado ciclo social das Nações Unidas (ONU)<sup>13</sup> expõem esse conjunto de contradições, incluindo os problemas relacionados à juventude.

Embates semelhantes, no entanto, permeiam o direcionamento das políticas públicas no Brasil, de início com preceitos de modernização e desenvolvimentismo até chegar aos de corte neoliberal, sem dar espaço ao tema dos direitos humanos. Os últimos aportando no país perto do final do século passado. A análise de Julio Bango (2003), que demarca, por décadas, as características das políticas públicas e o contexto ao qual respondiam propicia uma síntese do período, mesmo com risco de simplificação. Em linhas gerais, iniciativas de modernização

---

<sup>13</sup> José Lindgren Alves (1996) ordena as conferências no mesmo ciclo porque “constituem estágios consecutivos de um mesmo ciclo, em que cada qual fornece inputs às posteriores e essas, por sua vez, “retroalimentam” as decisões das precedentes”. São elas: Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), realizada no Rio de Janeiro, em junho de 1992 precedida pela Conferência de Estocolmo (1972); Conferência Mundial de Direitos Humanos, Viena, em junho de 1993, antecedida pela Conferência de Teerã de 1968; Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, Cairo, em setembro de 1994, precedida pelas Conferências de Bucareste, em 1974, e do México, em 1984; Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Social, Copenhague, em março de 1995; IV Conferência Mundial sobre a Mulher, Pequim, setembro de 1995, antecedida, por três outras: no México, em 1975, em Copenhague, em 1980, e em Nairóbi, em 1985; II Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos (Habitat-II), junho de 1996, em Istambul, precedida pela Habitat-I, em Vancouver, em 1976.

dos anos 1950 estimulam políticas educativas e a qualificação de mão de obra. Ações dos anos 1960/1970 realçam o controle social com alvo na classe média, que contesta a ditadura, e nos mais pobres, para conter a “delinquência”. A imagem do jovem problema ressoa na conjuntura de recessão, pobreza e carência social dos anos 1980; políticas compensatórias elegem jovens como beneficiários. A integração dos mais jovens ao mercado de trabalho reforça os enfoques do capital humano nos anos 1990 e a ideia de capacitação evocada por financiadores internacionais, a exemplo do Banco Mundial (BANGO, 2003). Na confluência desse marco, os debates atuais para a compreensão da condição juvenil e o entendimento da juventude como um sujeito de direitos orientam o significado, a elaboração e a execução das políticas públicas de juventude, tema este tratado a seguir.

### 3.3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE E OS DIREITOS HUMANOS

No referido contexto do ciclo social das Nações Unidas, é declarado o Ano Internacional da Juventude e realizado o primeiro Congresso Mundial da Juventude, em 1985. Esses eventos motivaram a emergência da questão juvenil entre as temáticas de organismos internacionais, governamentais e não governamentais e o posterior surgimento de institucionalidades para tratar especificamente dessa população em diversas partes do mundo (LEON, 2004). Emerge, então, a perspectiva dos direitos humanos da juventude para abordá-la como um setor social com necessidades específicas, portadora de direitos e deveres.

Os direitos humanos da juventude são uma reação aos problemas e às necessidades que atingem mais intensamente a juventude que outras gerações. No contexto latino-americano, Dalia Szulik e Silvia Kuasñosky (2008) identificam entre esses problemas: analfabetismo, desemprego, drogadição e delinquência. Além disso, as autoras comentam a escassez de espaços de participação política e social receptivos aos jovens. E, acerca das políticas públicas de juventude, entendem o Estado e a sociedade como atores fundamentais para o seu desenvolvimento. No entanto, diagnosticam que há uma orientação prioritária ao investimento em políticas econômicas em detrimento das sociais, nas quais se incluem as de juventude. Ainda consideram relevante à problemática em questão a crise iniciada nos anos 1970 e a recessão dos anos de 1980, que precarizam e dificultam o acesso dos jovens ao

mundo do trabalho, intensificando a identificação do jovem como perigo social e pertencente à população de risco.

Uma distinção importante de ser mencionada é que, nesse contexto, muitos programas cujo público alvo são os jovens foram desenvolvidos por governos e por outras organizações; no entanto, um somatório de programas não constitui uma Política Pública de Juventude (LEÓN, 2003). Essa exige um desenho institucional em âmbito de Estado e atores da sociedade civil organizados que permitam a chegada das demandas das juventudes aos gestores públicos e, principalmente, paradigmas a conduzir a construção de programas e objetivos políticos claros. Também é fundamental implementação, execução e avaliação do ciclo da Política Pública de Juventude.

Por fim, Dalia Szulik e Silvia Kuasñosky (2008) relacionam as dinâmicas e fenômenos sociais às orientações e ao foco das políticas de juventude, quais sejam controlar um “mal social” ou combater uma suposta natureza patológica da juventude, de um lado. De outro, ações para instruir os jovens, formá-los para o trabalho e redistribuir recursos financeiros e políticos entre eles, de maneira integrada ou setorial. O primeiro grupo de medidas é a mais frequente em países da América Latina.

Na proposta ora empreendida, parte-se do pressuposto das “políticas públicas como conjunto de decisões e ações destinadas à resolução de problemas políticos” (RUA apud LEÓN, 2003, p. 78). No caso, questões da realidade juvenil passam a compor a agenda pública. Sendo assim, compartilha-se da seguinte definição de políticas públicas de juventude

[...] toda ação orientada tanto a conquista e a realização de valores e objetivos sociais referentes ao período juvenil, como também aquelas ações orientadas no sentido de influir nos processos de socialização envolvidos. Trata-se tanto de políticas reparatórias ou compensatórias, de promoção e orientadas ao desenvolvimento e/ou à construção da cidadania. (BALARDINI, 1999, p.1)

Ao que se soma a ideia de política de juventude como intrínseca a perspectiva geracional-juvenil sobre os fenômenos sociais, sintetizada pelo relatório da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO (2004, p.5), “Os jovens, mais do que uma geração do futuro, são uma geração com necessidades no presente e, fundamentalmente, são também uma geração em processo, ou seja, atores estratégicos do desenvolvimento”. No âmbito das ações estatais, essa concepção de juventude indica tanto a necessidade de Política Pública de Juventude (BANGO, 2003), que envolva igualmente Estado e sociedade civil, quanto políticas setoriais e transversais mais atreladas ao poder

público, conforme recomenda a UNESCO. Essa última refere-se ao “empoderamento” de jovens como subsídio para construir um processo participativo em todos os níveis, dentro dos paradigmas da moderna gestão pública (eficiência). Os dois posicionamentos reconhecem e contrapõem-se aos enfoques assistências, clientelistas e burocráticos, comuns em ações para juventude que se mostram incapazes de gerar maior desenvolvimento humano e qualidade de vida entre a população jovem. Em 2007, o Índice de Desenvolvimento Juvenil (IDJ), que tem como parâmetro o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), estava em 0,535<sup>14</sup> (WAISELFISZ, 2007), traduzindo uma realidade social com limites a serem superados.

O caminho percorrido pelos direitos humanos de juventude está diretamente relacionado à necessidade de afirmar a vivência da cidadania em setores dela excluída e de situá-la como fator estratégico para o desenvolvimento de países latino-americanos. Instituições como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial são atores atuantes, neste contexto, fomentando projetos a abranger realidades mais localizadas. Tendo isso em vista, a tentativa dos estudos que adotam a perspectiva dos direitos humanos é a de identificar os entraves à promoção da cidadania juvenil, originados nas esferas política, econômica e social, buscando caminhos políticos para atenuá-los ou revertê-los.

### 3.4 MARCOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS PARA A JUVENTUDE

Acordos, tratados e planos internacionais de direitos humanos enquanto referências de políticas públicas de juventude recebem maior adesão no Brasil, particularmente, após a criação da Secretaria Nacional da Juventude, em 2005. Antecedendo esse momento, tais políticas vinham sendo desenhadas em âmbito mundial, porém sem respaldo legal para seu desenvolvimento no país. As deliberações internacionais voltadas à definição das políticas de juventude não ecoam no período que secunda a implantação do regime autoritário de 1964 e na transição política, deflagrada em 1985. Já as etapas posteriores à promulgação da Constituição Federal de 1988 começam a delinear a retirada dos óbices do autoritarismo que comprometiam a ratificação de relevantes tratados internacionais no âmbito dos direitos

---

<sup>14</sup> O índice total é composto pelos demais índices de Analfabetismo (0,879), Escolaridade adequada (0,576), Qualidade do ensino (0,440), Educação (0,632), Mortalidade causas internas (0,648), Mortalidade caudas externas (0,604), Saúde (0,626), Renda (0,348).

humanos. Como endossa Flávia Piovesan (2009), a nova configuração constitucional permitiu a incorporação dos tratados internacionais ao direito brasileiro. No caso da juventude, tal institucionalização é demarcada no período iniciado em 2005. Cada uma dessas etapas é enfocada nos três quadros expostos a seguir.

**Quadro 2 – Marcos Internacionais de Direitos Humanos da Juventude (1965-1986)**

	Ano	Pressupostos e efeitos esperados
<b>Declaração sobre o Fomento entre a Juventude dos Ideais de Paz, Respeito Mútuo e Compreensão entre os Povos</b>	1965	Enfocar juventude como grupo diferenciado, portador e promotor de direitos humanos.
<b>Ano Internacional da Juventude: Participação, Desenvolvimento e Paz</b>	1985	Oferecer visibilidade dos direitos humanos de juventude como referência inicial para os países no desenvolvimento de políticas para esse público.
<b>Conferência Internacional do Trabalho (OIT)</b>	1986	Melhorar condições de vida dos jovens visando ao desenvolvimento social e econômico, por meio da adoção de normas internacionais de trabalho para a juventude.

**Fonte:** Quadro elaborado a partir de Jorge Castro e Luseni Aquino (2008), exceto informações da Conferência Internacional do trabalho.

Interessa destacar do exposto no Quadro 2 que, enquanto os eventos da década de 1980 abordam diretamente questões de políticas públicas, a Declaração de 1965 reflete uma visão utópica de juventude, a qual imputa um potencial de mobilização capaz de torná-la objeto e sujeito de futuro preconizado por uma cultura da paz. Como consta do referido documento, “A nova geração deve adquirir consciência das responsabilidades que terá que assumir em um mundo que deverá dirigir; deve estar confiante em um futuro venturoso para a humanidade”<sup>15</sup>. Tal conteúdo remete esse trecho da Declaração à Carta das Nações Unidas (1945), na qual “os povos se declararam resolvidos a afastar das gerações futuras o flagelo da guerra”<sup>16</sup>. Ainda consoante aos marcos articulados no pós-1985, ressalte-se que, pela sua leitura, a juventude, por direito, deve ser vivida na sua integralidade social, econômica e cultural, o que requer superar condições de desigualdades e de exclusão social.

Concernente à etapa que precede à de elaboração da Carta Constitucional de 1988 (Quadro 3), os conteúdos pontuados nos planos de ação, informes e protocolos demonstram maior impacto sobre a agenda pública brasileira do que os do período anterior, agora com respaldo legal. Entre eles, privilegia-se bem-estar, desenvolvimento, o progresso social atrelado à promoção dos direitos humanos da Juventude. E, no âmbito das políticas públicas,

<sup>15</sup> Disponível em: < <http://daccessdds.un.org>>. Acesso em: 16 dez.2010.

<sup>16</sup> Disponível em: [http://www.onu-brasil.org.br/documentos\\_carta.php](http://www.onu-brasil.org.br/documentos_carta.php). Acesso em: 16 dez.2010.

existe a posição favorável ao intercâmbio entre países nos processo de elaboração, execução e avaliação das ações, sob monitoramento da ONU.

**Quadro 3 – Marcos Internacionais de Direitos Humanos da Juventude (1992-1998)**

	Ano	Pressupostos e efeitos esperados
<b>VI Conferência Ibero-Americana de Ministros de Juventude cria Organização Ibero-Americana de Juventude (OIJ)</b>	1992	Promover cooperação e diálogo entre os 22 países ibero-americanos, sob os auspícios da OIJ.
<b>Programa Mundial de Ação para a Juventude (PAMJ/ONU)*</b>	1995	Adotar estratégia internacional para promover o bem-estar da juventude.
<b>Conferência Mundial de Ministros Responsáveis pelos Jovens (ONU)</b>	1998	Apoiar intercâmbio bilateral, sub-regional, regional e internacional para subsidiar a elaboração, execução e avaliação das políticas de juventude.

Fonte: Quadro elaborado a partir de Jorge Castro e Luseni Aquino (2008).

\* Disponível em [http://www.un.org/esa/desa/ousg/statements/2008/20080812\\_youth\\_congress.html](http://www.un.org/esa/desa/ousg/statements/2008/20080812_youth_congress.html)

Com relação às informações do Quadro 3, cumpre notar que a OIJ, criada em conferência de Ministros ibero-americanos como o único organismo multilateral governamental de juventude do mundo, só viria a contar com a participação do Brasil em agosto de 2010. É quando o país deixa a condição de mero observador desse órgão e passa a integrá-lo com o aval do Plenário do Senado Federal e com a mesma efetividade de Portugal, Espanha e outras nações da América Latina. Nesse mesmo marco, a elaboração do Plano de Braga (1998) representa as grandes mobilizações e articulações dos principais movimentos de juventude no âmbito da Conferência Mundial de Ministros Responsáveis pelos Jovens e do Fórum Mundial de Juventude do Sistema das Nações Unidas. Ademais, o Plano expressa o reconhecimento desse grupo como uma força positiva com potencial de contribuir para o desenvolvimento, o progresso social e a promoção dos direitos humanos (CASTRO; AQUINO, 2008).

Os eventos destacados no quadro 4, em função do momento político em que ocorrem, influenciam as políticas públicas de juventude e interagem com as novas institucionalidades. O Conselho Nacional de Juventude, por exemplo, tem um grupo de trabalho para se apoderar das discussões originadas do plano internacional e promover intercâmbios com organizações multilaterais. Ainda observam-se avanços na atuação das organizações internacionais, na produção de diagnósticos da realidade juvenil no mundo, no estímulo à cooperação entre países e à adoção de tratado regional de direitos humanos de juventude.

**Quadro 4 - Marcos Internacionais de Direitos Humanos da Juventude (2005-2010)**

	<b>Ano</b>	<b>Pressupostos e efeitos esperados</b>
<b>I Convenção Ibero-Americana (ratificada por 7 países)</b>	2005	Primeiro tratado de Direitos Humanos voltados à Juventude.
<b>Plano Ibero-Americano de Cooperação e Integração da Juventude (2009-2015)</b>	2009	Potencializar e fortalecer ações de cooperação entre estados, organismos internacionais e da sociedade civil, visando ampliar as políticas de juventude na região ibero-americana.
<b>2º Encontro de Parlamentares Ibero-Americanos pela Juventude</b>	2009	Promover o conhecimento do conteúdo da Convenção Ibero-Americana (2005).
<b>Ano Internacional da Juventude (12/08/ 2010 a 12/08/2011)</b>	2010	Encorajar diálogo e compreensão entre gerações e promover ideais de paz, respeito pelos direitos humanos, liberdade e solidariedade. Impulsionar a participação plena e efetiva dos jovens em todas as esferas da sociedade.

**Fonte:** Quadro elaborado a partir de Jorge Castro e Luseni Aquino (2008), exceto informações do Plano Ibero-Americano de Cooperação e Integração da Juventude.

A I Convenção Ibero-Americana (2005), realizada no mesmo ano em que o Informe da ONU destacava avanços e aspectos vulneráveis da realidade juvenil em relação aos direitos humanos no mundo, origina o 1º Tratado de Direitos Humanos da Juventude. Deriva daí o Plano Ibero-Americano de Cooperação e Integração da Juventude (2009-2015)<sup>17</sup>, como resultado de programas de cooperação multinacional ibero-americanos desenvolvidos desde 1992, e do Ano Ibero-Americano de juventude (2008), antecidos pela XIII Conferência Ibero-Americana da Juventude e pela Convenção Ibero-Americana de Direitos da Juventude (2005). Nesse marco, a juventude é vista como ator de mudança e transformação social; seu desenvolvimento pessoal é considerado etapa com essência própria a ser vivida plenamente e com exercício integral de seus direitos. Com respeito ao 2º Encontro de Parlamentares Ibero-Americanos pela Juventude, cumpre notar que, embora o Brasil integrasse a OIJ apenas como observador, coube a ele a realização do evento em parceria entre esse organismo e a Secretaria Nacional de Juventude.

Entre planos, programas e eventos acima elencados, destaca-se a necessidade de considerar a juventude como grupo portador de direitos humanos, ou seja, sujeito de direitos. Observação fundamental por tratar-se de um dos segmentos da sociedade mais atingido pelas desigualdades e exclusão em muitos países (NOVAES; VITAL, 2005). Tendo isso em vista, organizações internacionais e multilaterais buscam unificar planos de ação destinados aos jovens nos países que participam de conferências, firmam acordos e ratificam seus

<sup>17</sup> Disponível em: < <http://www.oij.org/documentos/doc1226582177.pdf> >. Acesso em: 03 mar. 2010.

documentos. Por fim, destaca-se o protagonismo da Organização das Nações Unidas e da Organização Ibero-americana de Juventude na promoção desses eventos.

Ressalte-se, ainda, a realização de cinco Congressos Mundiais da Juventude, pela importância dos eventos arrolados quanto à visibilidade da juventude em relação aos direitos humanos. O primeiro em Barcelona/Espanha (1985), o segundo em Casablanca/Marrocos (2003), o terceiro em Edimburgo/Escócia (2005), o quarto em Quebec/Canadá (2008). Por fim, o quinto congresso ocorrido em Istambul/Turquia com o tema “Diálogo e entendimento mútuo”, dentro das atividades do Ano Internacional da Juventude, de 2010, e a Conferência Global da Juventude (México), realizada em agosto do mesmo ano, tiveram o propósito central de analisar o papel dos jovens nos processos de formulação de políticas públicas e no cumprimento dos Objetivos do Milênio estipulados pela ONU<sup>18</sup>.

As Metas do Milênio, ratificadas em Nova Iorque por 191 dos países membros das Nações Unidas (2000), entre os quais o Brasil é um dos signatários, demandam o cumprimento de oito objetivos até 2015, quais sejam: 1) acabar com a fome e a miséria; 2) educação básica e de qualidade para todos; 3) igualdade entre sexos e valorização da mulher; 4) reduzir a mortalidade infantil; 5) melhorar a saúde das gestantes; 6) combater a Aids, a malária e outras doenças; 7) qualidade de vida e respeito ao meio ambiente e; 8) todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento<sup>19</sup>.

Os objetivos do milênio não priorizam a temática da juventude, mas abordam temas a ela relacionados. Por isso, as Metas do Milênio têm pautado o debate de seus fóruns e organizações, com atuação local ou mundial, em virtude da necessidade de erradicar a pobreza no mundo, de proteger o meio-ambiente e de buscar relações equitativas de gênero, educação universal e desenvolvimento sustentável.

Considerando a juventude como tema integrante da Agenda Social da ONU, alguns comentários sobre como esse processo se reverteu em políticas públicas para esse público, no Brasil, são necessários.

---

<sup>18</sup> Disponível em <http://www.infojovem.org.br/2009/12/22/2010-e-proclamado-ano-internacional-da-juventude-pela-onu/>.

<sup>19</sup> Disponível em [http://events.takingitglobal.org/OF\\_Juventude](http://events.takingitglobal.org/OF_Juventude).



### 3.5 O CASO BRASILEIRO

A vulnerabilidade do segmento jovem frente à violência, ao desemprego e à exclusão social é tema central nas recomendações do Informe sobre Juventude Mundial (2005), que destacam a importância da integração de políticas para contemplar as áreas priorizadas pelo Programa Mundial de Ação para a Juventude (PMAJ), a partir de 2000, com atenção especial aos direitos das populações mais vulneráveis. No Brasil, a criação da Secretaria Nacional de Juventude (2005)<sup>20</sup> e do Comitê gestor das políticas de juventude visa atender a essas populações por meio da articulação interministerial.

Consoante à criação das institucionalidades de juventude, cumpre notar que em outras partes da federação (estados e municípios), a implantação desses organismos é processo inconcluso. Portanto, a abertura de espaços dessa natureza é recente, pois datada de 2005, e em definição no cenário brasileiro. Ao lado disso, importa ressaltar que políticas para a juventude existem a algumas décadas no Brasil, no entanto, as Políticas Públicas de Juventude (PPJs) têm definição própria, dotada de sentido semelhante ao que Nancy Fraser e Iris Young propõem para a representação de grupos marginalizados. Mesmo assim, as PPJs ainda estão na dependência de sua aprovação.

Os textos do Estatuto da Juventude (PL nº4529/04) e do Plano Nacional de Juventude (PL nº4530/04), aprovados pela Comissão Especial de Políticas Públicas, ainda aguardam deliberação do plenário da Câmara dos Deputados. Este atraso resultou em diversas modificações na redação do documento, elaboradas por integrantes do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) para garantir a atualidade do texto até ser transformado em Lei.

Ainda no plano dos marcos legais, a Comissão de Constituição e Justiça e o Plenário da Câmara dos Deputados aprovaram a Proposta de Emenda Constitucional, nº 42/2008, a PEC da Juventude, que, em junho de 2010, foi aprovada pelo Senado. A PEC da Juventude inclui o termo juventude no capítulo de Direitos e Garantias Fundamentais da Constituição Federal, assegurando aos jovens de 15 a 29 anos prioridade no acesso a direitos constitucionais como saúde, alimentação, educação, lazer, profissionalização e cultura, já garantidos a crianças, adolescentes e idosos. Tal inclusão passa a dar subsídio legal ao Estatuto da Juventude. O Plano Nacional de Juventude em conjunto com o Estatuto são os

---

<sup>20</sup> Ligada diretamente à Secretaria Geral da Presidência da República.

compromissos do Estado Brasileiro com as PPJs, incorporando a perspectiva internacional voltada a garantir os direitos fundamentais para contemplar a população de 15 a 29.

Quanto à representação legislativa, o processo de construção e aprovação dos marcos legais da juventude foi conduzido pela Frente Parlamentar da Juventude e pela Comissão Especial de Políticas Públicas para a Juventude. A pauta da juventude também teve apoio de deputados e senadores, embora não seja assunto prioritário nas duas casas legislativas, haja vista a demora na aprovação daqueles projetos. Outra ação da Frente Parlamentar da Juventude, partindo do entendimento de que há uma baixa participação e desinteresse dos jovens em relação à política, foi sugerir aos partidos a reserva de 10% das vagas para cargos eletivos a candidatos com idade entre 18 e 29 anos e procurar incluir essa regra no Estatuto da Juventude. Segundo informações disponíveis no Tribunal Superior Eleitoral<sup>21</sup>, na eleição de 2010, dos 4948 candidatos aptos à Câmara de Deputados<sup>22</sup>, apenas 11% (567) encontravam-se na faixa etária de 21 a 34 anos. Na faixa de 21 a 24, encontram-se 1% dos candidatos (61). Sobre isso, Regina Novaes avalia que a América Latina é um lugar onde “existiram ontem e existem hoje pequenas parcelas de jovens envolvidos na militância nesses espaços tradicionais da vida política” (NOVAES, 2005, p. 119).

Para além da esfera legislativa, a representação acontece no Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE). Instituído em 2005, pela mesma lei 11.129 da Secretaria Nacional de Juventude e do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) foi regulamentado pelo decreto presidencial 5.490, de 14 de junho de 2007. Trata-se de um órgão consultivo, formado por representantes do poder público e da sociedade civil, a saber, 20 membros de ministérios que desenvolvem programas e ações voltados para a juventude, representantes do Fórum de Gestores Estaduais e da Frente Parlamentar de Políticas Públicas de Juventude; 40 membros de entidades, movimentos sociais, redes e organizações não-governamentais que têm ações direcionadas à juventude.

No âmbito da Política Nacional de Juventude, o CONJUVE exerce o controle social. Um exemplo, já comentado, foi a sua contribuição com atualizações do Plano Nacional de Juventude a ser votado, ao que se somam outras movimentações para apressar a aprovação da PEC da juventude, pressionando deputados e senadores, devido à sua importância para o avanço de outros marcos de orientação das PPJs no Brasil. Porém, ainda encontram

---

<sup>21</sup> Disponível em: <[www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br)>. Acesso em: 10 fev.2010.

<sup>22</sup> Apenas foi verificado o perfil etário dos candidatos ao legislativo, em razão da idade mínima para candidatar-se a cargos eletivos para o executivo e ao senado ultrapassar os 30 anos.

dificuldades em acompanhar, monitorar e avaliar as políticas para a juventude, por seu caráter fragmentado e pela opção de primeiro formar consenso sobre a perspectiva de juventude que os conselheiros compartilham. Isso porque, diferentemente de outros conselhos, ele foi instituído antes dos aparatos legais para sua regulamentação, normatização e estruturação, caso do Estatuto da Juventude, ainda a ser aprovado.

A mobilização relativa às atribuições do CONJUVE de formular e propor diretrizes para políticas públicas de juventude, é pauta que tem recebido os esforços dessa instância. Da mesma maneira, o propósito de promover o intercâmbio entre as organizações juvenis nacionais e internacionais tem ação permanente, pelo grupo de trabalho *Relações Internacionais*, responsável temática. Já a prerrogativa de desenvolver estudos e pesquisas sobre a realidade socioeconômica dos jovens parece ter menos atenção do conselho, sendo mais comum o acesso a pesquisas realizadas por acadêmicos, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e pelo Perfil da Juventude Brasileira (IBASE/POLIS), a última encomendada pelo governo brasileiro em 2003.

Audiências Públicas, Conferências, Seminários municipais, estaduais e nacionais também compuseram o cenário recente das PPJs e da constituição dos seus marcos legais. Secretarias e conselhos naqueles níveis de governo foram criados, com o objetivo de descentralizar às PPJs. Não obstante, em alguns casos, estas representam uma instância para obtenção de recursos disponíveis para implementação de programas de juventude e, em menor grau, empenham-se na execução dessas políticas ou estimulam um processo participativo em questões relativas à juventude.

No âmbito das PPJs, a única política vinculada à Secretaria Nacional de Juventude e gerenciada pelos municípios é o Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária (ProJovem). Delineado por várias secretarias e ministérios, de caráter experimental, foi elaborado a partir de programas já existentes com a intenção de atender jovens entre 15 a 29 anos, excluídos da escola e da formação profissional. Tem como proposta integrar as três dimensões: educação, trabalho e cidadania. A primeira e a segunda, temáticas recorrentes nas políticas para a juventude e a questão do trabalho, principalmente, continua a ser a esfera mais importante da experiência juvenil (IBASE e POLIS, 2008). O desenvolvimento da cidadania é o desafio atual exigido das PPJs, sob os paradigmas dos direitos humanos, da valorização da cultura e da perspectiva de geração. Tal ideia de integração orienta conteúdos e metodologias do processo de aprendizado. Avaliações

assinalam boas perspectivas no campo de desenvolvimento da cidadania a partir do PROJovem (COSTA; SOARES, 2009).

O próximo capítulo é dedicado à exposição dos procedimentos metodológicos adotados na presente dissertação.

#### 4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O conjunto de procedimentos de pesquisa articula o estudo teórico ao estudo empírico por meio de abordagem qualitativa, de natureza exploratória. O plano de trabalho empírico adota a análise de conteúdo, definida por Laurence Bardin (1977, p. 38) como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”. Porém, mais que uma descrição, a ideia é classificar as mensagens para realizar inferências de acordo com os objetivos estabelecidos para o estudo. Segundo a mesma autora, “a intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não)”.

As técnicas de análise de conteúdo são compartilhadas por diversas disciplinas acadêmicas, tais como a psicologia social, a comunicação e a sociologia. Na ciência política, pesquisas desde a época do pós-guerra fazem uso dessas técnicas, especialmente nos Estados Unidos. Na ocasião, o objetivo era “desmascarar os jornais e periódicos suspeitos de propaganda subversiva (nazista)” (BARDIN, 1977, p, 16). Nos períodos históricos seguintes, nos países de maior produção de conhecimento nas áreas citadas tal procedimento é aplicado e aperfeiçoado, inclusive com o desenvolvimento de programas informáticos (softwares) que auxiliam na codificação, categorização e geração de diagnósticos.

Para fins desta investigação, considerando a natureza do material de pesquisa (*sites* e *blogs* de organizações governamentais e da sociedade civil de juventude), a modalidade adotada é a de *análise categorial* cujas etapas consistem em: 1) selecionar a amostra; 2) delimitar as unidades de codificação (palavras e frases) e as unidades de contexto (universo no qual estão inseridas as unidades de codificação, conferindo-as significado) pertinentes ao tema investigado; 3) elaborar categorias de classificação das mensagens a partir dos conceitos que formam o quadro teórico ou dos índices observados no material empírico e; 4) construir indicadores que possibilitem dimensionar as perspectivas presentes na mensagem. A vantagem desta modalidade de investigação é a sua rapidez e eficácia na aplicação de discursos diretos (significações manifestas), bem como a garantia de rigor e precisão das análises (BARDIN, 1977), evitando ambiguidades na interpretação, uma vez estabelecidas categorias e indicadores.

Ainda em relação aos procedimentos é pertinente ressaltar a importância de o/a pesquisador/a equalizar a criatividade e a objetividade da classificação e da lógica, no tratamento dos conteúdos. O contexto social e histórico de geração do material também são fundamentais nestas fases do trabalho. Sobre isso, Claudinei Campos entende que a análise de conteúdo

[...] não deve ser extremamente vinculada ao texto ou a técnica, num formalismo excessivo, que prejudique a criatividade e a capacidade intuitiva do pesquisador, por conseguinte, nem tão subjetiva, levando-se a impor as suas próprias ideias ou valores, no qual o texto passe a funcionar meramente como confirmador dessas (CAMPOS, 2004, p.613).

Desta forma, é possível a utilização de indicadores que meçam a presença ou ausência de um tema, perspectiva, atitudes ou comportamento, auxiliando no lançamento de hipóteses. Deve-se considerar o caráter mais maleável dos índices de pesquisas qualitativas em relação às quantitativas, por se tratar de realidades mais localizadas e, nesse caso, a inferência tem um menor potencial de generalizações. Mesmo assim, é viável identificar regularidades no conteúdo a ser examinado.

Seguindo a ordem da aplicação de Laurence Bardin, a amostra congregou *sites* e/ou *blogs* de organizações de abrangência nacional e nos quais a juventude é o foco principal de atuação/reflexão. Estas organizações compõem o Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE) e o site do Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária (PROJOVEM) que faz parte do Governo Executivo Federal.

**Quadro 4 – Amostra**

Ator	Instituição	Site
<b>Política Pública</b>	PROJOVEM	<a href="http://www.projovemurbano.gov.br/site/">http://www.projovemurbano.gov.br/site/</a>
<b>Executivo</b>	Conselho Nacional da Juventude	<a href="http://www.juventude.gov.br/">http://www.juventude.gov.br/</a>
<b>Movimento Social</b>	Grupo E-jovem de adolescentes gays, lésbicas e aliados	<a href="http://www.e-jovem.com/">http://www.e-jovem.com/</a>
	Jovens feministas de São Paulo	<a href="http://jovensfeministasdesp.blogspot.com/">http://jovensfeministasdesp.blogspot.com/</a>
	Carta aberta à presidenta Dilma Rousseff	<a href="http://www.bienaldaune.org.br/?p=603">http://www.bienaldaune.org.br/?p=603</a>
<b>Empresarial</b>	CONAJE – Confederação Nacional dos Jovens Empresários	<a href="http://www.conaje.com.br/">http://www.conaje.com.br/</a>
<b>Centro de Pesquisa</b>	Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e informação	<a href="http://www.acaoeducativa.org/">http://www.acaoeducativa.org/</a>
<b>Religioso</b>	Pastoral da Juventude Nacional	<a href="http://www.pj.org.br/2/src/site/pagina.php?pag=quem_somos">http://www.pj.org.br/2/src/site/pagina.php?pag=quem_somos</a>

As categorias (indicadores e variáveis) previstas para a análise contemplam os debates teóricos empreendidos no presente trabalho. Assim, forma-se o indicador de cidadania pelas variáveis de cidadania civil, política e social, referentes dos conteúdos de direitos de igualdade, participação política e associativa e aos serviços oferecidos pelo Estado. Os direitos humanos são dimensionados pelas noções de identidade e reconhecimento e a partir das perspectivas de gênero, raça/etnia, geracional, bem como nos marcos internacionais de direitos humanos voltados ao grupo juvenil. A Juventude é qualificada a partir da noção de sujeito de direitos.

A seguir, faz-se uma caracterização geral dos *sites* investigados, como campo de análise. Enfatizam-se endereços e data de acesso, volume de acessos, quando disponível na página ou no contato realizado com os responsáveis pela instituição, informações gerais sobre a instituição (organização, abrangência, caráter), áreas onde os conteúdos foram coletados e a sua disposição (recursos de navegabilidade), nível de interação proporcionado e links para outras instituições, por indicarem as redes que a instituição aciona.

1. Projovem Urbano, <http://www.projovemurbano.gov.br>, acesso em 21/12/2010.

Analisaram-se, especificamente, a seção *Programa* que apresenta *Pra quem, Finalidade e Gestão Compartilhada* da referida política pública. De modo geral, a navegabilidade do *site* é facilitada quanto à visibilidade e à disposição dos conteúdos. Os *links* existentes remetem ao programa nos Estados, destacando material didático e trabalhos elaborados pelos alunos, e ao portal da juventude, espaço virtual de divulgação de informações do CONJUVE e da SNJ. A interatividade está restrita ao compartilhamento desses produtos, tais como mostras culturais (música, teatro, artesanato, poesia, dança, jornal etc.), nas unidades da federação, mas não apresenta recursos de participação direcionados ao controle social sobre o programa.

2. Portal da Juventude, <http://www.juventude.gov.br/>, acesso em 21/12/2010.

O Portal da Juventude é o sítio na internet do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) de divulgação das atividades, conferências e outros eventos de juventude e políticas públicas. Ele apresenta os conteúdos de maneira menos formal que o *site* do PROJOVEM, com maior quantidade de notícias na página inicial. Também se destacam os *links* para redes sociais, como *Facebook* e *Twitter*, os quais são intensamente utilizados para a

difusão de notícias sobre o CONJUVE, inclusive no processo de aprovação da PEC da Juventude no Senado. O espaço para interatividade reduz-se a possibilidade de avaliá-lo como “bom, ruim, excelente, pode ser melhorado, sem comentários”. Ao todo, os acessos somam 1.200 semanais, com média de 3.400 visitas de páginas. O material selecionado para a pesquisa é o do recurso *biblioteca*, pois interessa investigar o posicionamento do CONJUVE em relação às PPJs. Além disso, nos demais espaços do *site*, são expostas notícias que apresentam quantidade de conteúdos insuficiente para apreciação.

O CONJUVE tem atribuições internacionais referentes aos acordos de direitos de juventude e à promoção de intercâmbio entre as organizações nacionais e internacionais voltadas a esse público. O grupo de trabalho *Relações Internacionais*, de atuação permanente, é o responsável por tais compromissos. As iniciativas de formular e propor diretrizes para políticas públicas de juventude também são o foco de ação dessa instância. Nesse âmbito, dois produtos das discussões do conselho constituem os materiais investigados, em função da afinidade com os objetivos do trabalho. Já a prerrogativa de desenvolver estudos e pesquisas sobre a realidade socioeconômica dos jovens parece ter menos atenção do conselho, sendo mais comum, nos seus documentos, a referência a pesquisas realizadas por acadêmicos, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e pelo Perfil da Juventude Brasileira (IBASE/POLIS), este solicitado pelo governo brasileiro em 2003.

O documento “Conselho Nacional de Juventude: natureza, composição e funcionamento”, organizado pela conselheira Maria Virgínia Freitas, traz debates acerca do contexto institucional do conselho. Foi organizado pelo grupo de trabalho responsável por refletir sobre o papel do CONJUVE, em atividades específicas para tal, contando com a presença de acadêmicas com produção científica na temática da juventude no Brasil, sob diversas óticas. Quando de sua elaboração (2006), a Socióloga Regina Novaes era Secretária Nacional de Juventude e Presidente do CONJUVE, simultaneamente. Outras intelectuais e instituições de pesquisa têm acento no CONJUVE, quais sejam: Ação Educativa: assessoria, pesquisa e informação, Centro de estudos e memória da juventude, Instituto brasileiro de análises sociais e econômicas (IBASE), Associação dos pesquisadores de núcleos de estudos e pesquisas sobre a criança e o adolescente e do Pangea - centro de estudos socioambientais. Algumas delas serão comentadas na sequência do trabalho. Acerca da participação desses estudiosos na composição das instâncias governamentais de PPJs, foram registrados questionamentos quanto à necessidade das suas representações. As manifestações selecionadas são da conselheira Helena Abramo, especialista em juventude, responsável por



problematizá-la na agenda pública, assim como a institucionalização das suas demandas. Após essa explanação, consensos, divergências e questões levantadas pelo GT junto aos seus respectivos conselheiros foram registrados.

O documento “Política Nacional de Juventude: desafios e perspectivas” apresenta o balanço da primeira gestão 2005/2006, organizado pela então presidente do conselho, Regina Novaes, e o seu vice, Daniel Cara, pelo secretário executivo Danilo Moreira Silva e pela apoiadora Fernanda Papa, por isso serão eles a referência dos conteúdos referentes aos posicionamentos do CONJUVE. Nele estão definidos os pressupostos teóricos adotados pelo conselho para avaliação de temas transversais à juventude, iniciativas já existentes no âmbito do governo federal. Ademais, pautam a implementação de políticas, programas e ações direcionados a eles em diferentes áreas. Com isso, o CONJUVE pontua as suas diretrizes e recomendações para a construção de uma Política Nacional de Juventude. Especificamente, os conselheiros consensuam, no documento, o entendimento dos jovens como “sujeitos de direitos universais e específicos”, o qual foi reafirmado inúmeras vezes durante os debates. Noção essa disseminada por diferentes acordos e protocolos promovidos pela ONU. A dinâmica de construção desse documento foi a divisão do conselho em três câmaras temáticas, quais sejam: 1) Desenvolvimento integral: educação, trabalho, cultura e tecnologias de informação; 2) Qualidade de vida: meio ambiente, saúde, esporte e lazer; 3) Vida segura: valorização da diversidade e respeito aos direitos humanos. Quando for procedente, os dois documentos e as câmaras temáticas do último eixo serão referenciados, para demarcar os atores que geram o conteúdo.

3. Confederação Nacional dos Jovens Empresários (CONAJE), <http://www.conaje.com.br/>, acesso em 18/01/2011.

A CONAJE tem a proposta de ser um espaço de associação e representação de jovens empresários. A estrutura da confederação tem uma hierarquia composta por Associações de Jovens Empreendedores (AJEs) municipais, núcleos estaduais e a Confederação Nacional. No *site* foi selecionada uma amostra de conteúdos do recurso *Institucional*, especialmente a *missão, os objetivos e valores, e Projetos* (Empreendente, Empreendedorismo nas escolas, Agrojovem) por expressarem o caráter da organização. Também a página apresenta uma disposição dos recursos do *site* com visibilidade facilitada e espaços interativos (contato),

onde o internauta pode publicar comentários acerca de temáticas empresariais. A página oferece poucos *links*, alguns para entidades apoiadoras e projetos da CONAJE.

4. Pastoral da Juventude (PJ), <http://www.pj.org.br/>, 19/01/2011.

A Pastoral da Juventude congrega grupos de jovens em todo território brasileiro e é dividida em regionais (sul, sudeste, norte, nordeste e centro-oeste, leste e oeste) de acordo com o estabelecido pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Nelas os jovens são organizados em grupos de base ligados às paróquias. Os encontros nacionais ocorrem por meio de representação jovem de regionais. Existem, também, as seguintes pastorais: universitária (Pastoral da Juventude Universitária / PJU), rural (Pastoral da Juventude Rural / PJR), estudantil (Pastorais da Juventude Estudantil/ PJE) e classes populares (Pastoral da Juventude do Meio Popular / PJMP) que funcionam de forma autônoma, conforme a diferença existente entre as realidades dos públicos aos quais as atuações se direcionam.

O *site* da PJ apresenta intensa quantidade de conteúdos escritos, entre caracterização da entidade, projetos, *blog* com textos sobre diversos temas relativos à juventude e informes de atividades nacionais e regionais da Pastoral da Juventude, todos recentemente atualizados. Ainda oferece recursos audiovisuais (fotos e vídeos de grupos de jovens), uma enquete (Qual tema você mais trabalha no seu grupo de jovens? 1) Espiritualidade, 2) Política, 3) Vida Comunitária, 4) Pastoral da Juventude, 5) Afetividade e Sexualidade) e o mural do Pjoteiro. Os dois últimos são espaços para participantes de grupo de jovens manifestarem opiniões.

Quanto aos projetos, estes se caracterizam pelo paradigma da evangelização católica a orientar seus objetivos e por trabalharem com diferentes juventudes. Destacaram-se, para exame, três iniciativas que dialogam com as políticas públicas de juventude. O Projeto “A juventude quer viver”, direcionado à reflexão sobre temas entendidos pela instituição como ameaçadores da condição de vida da juventude (genocídio, violência, prostituição, drogas etc.). O segundo é a campanha “Chega de violência e extermínio de jovens (2008)” que tem o objetivo de trazer ao debate público a questão da violência contra os jovens. Essa é composta igualmente por outras pastorais e organizações (Setor Juventude – CNBB, Comissão Brasileira de Justiça e Paz, Conferência dos/as Religiosos/as do Brasil, Conselho Nacional de Leigos e Leigas, Rede Brasileira de Centros e Institutos de Juventude, Campanha Reaja ou será mort@! Associação de Familiares e Amigos/as de Presos/as – Bahia, Jornal Mundo Jovem, Via Campesina). A campanha tem *site* próprio, [www.juventudeemmarcha.org](http://www.juventudeemmarcha.org). Já o

projeto conhecendo a diversidade da juventude indígena, ribeirinha, rural e quilombola tem o enfoque nas diferentes identidades dos grupos e nos contextos por ele vivenciados. O intuito é promover o conhecimento sobre essas culturas e fortalecê-las entre os jovens.

5. Ação Educativa, <http://www.acaoeducativa.org/>, acesso em 21 de janeiro de 2011.

O *site* da Ação educativa dispõe de projetos, pesquisas, publicações e eventos desenvolvidos pela entidade ou relacionados à educação e à juventude. Para a instituição, essas duas dimensões traduzem-se em ação da seguinte forma:

A área de Juventude funciona como uma área-programa, com apoio e capacitação a grupos de jovens, formação de educadores, produção de conhecimentos, ação em redes e espaços de representação política, assessoria a programas para jovens em parceria com órgãos públicos e organizações sociais.

Quanto à estrutura do *site*, a página inicial (*home*) apresenta uma grande quantidade de conteúdos sobre eventos, notícias e projetos. O número de acessos, em média, é de 20 mensais. Os locais selecionados para análise é *quem somos e programas*, que se direciona à ação denominada *juventude*. O *sítio da internet* não apresenta espaços interativos.

6. Jovens feministas de São Paulo, <http://jovensfeministasdesp.blogspot.com/> e <http://dialogoj.files.wordpress.com/2007/08/posiciona.pdf>, acesso em 21 de janeiro de 2011.

O primeiro *site* corresponde ao canal de comunicação das Jovens Feministas de São Paulo, no entanto foram utilizados os conteúdos do *blog* Diálogo Jovem, da Articulação Brasileira de Jovens Feministas, na qual aquele grupo se insere. A Articulação Brasileira de Jovens Feministas é formada por jovens mulheres independentes e por diversos grupos feministas, tais como negras, lésbicas, indígenas, quilombolas, rurais, da periferia, sindicalistas e de populações tradicionais de várias regiões do Brasil.

A escolha pelo *blog* do Diálogo Jovem ocorreu por dois motivos, é mais atualizado e tem maior quantidade de conteúdos oportunos à presente pesquisa. Os arquivos vêm sendo postados desde agosto de 2007, e o *blog* soma 99.698 acessos desde que está no ar. O *blog* apresenta uma quantidade grande de recursos interativos, até pela natureza mais livre dos registros. Cada texto tem a opção de ser comentado e as jovens manifestam-se frequentemente. O pressuposto do trabalho em rede dessa articulação acontece em nível de América Latina, com a participação em conferências e cursos. Pelos *links* alocados no *blog*

também se encontram contatos com ações e conhecimentos produzidos por instituições ligadas à saúde, aos direitos humanos, às feministas, às negras, à juventude etc. Em específico, será analisado um documento localizado em *Páginas, Documentos importantes* (barra vertical, à esquerda do monitor).

Aborda-se, principalmente, o Posicionamento político da Articulação Brasileira de Jovens Feministas sobre as eleições do CONJUVE, em 2009, o qual convocou as entidades feministas atuantes em questões de juventude a candidatarem-se ao conselho, por acreditarem na necessidade de pautar políticas de juventude transversais a condição de gênero. E justificam ser esse um ponto frágil entre as ações coordenadas pela Secretaria Nacional de Juventude. Posição condizente com o objetivo declarado como sendo do Diálogo jovem, em atuar pelo “reconhecimento e fortalecimento dos direitos humanos das jovens mulheres.”

7. Grupo E-jovem de adolescentes *gays*, lésbicas e aliados, <http://www.e-jovem.com/>, acesso em 22 de janeiro de 2011.

O E-jovem é uma rede de grupos de jovens *gays* de todo o país. O *site* divulga, desde 2001, ações culturais, campanhas, debates sobre comportamento, identidade e temas polêmicos em geral, incluindo a pauta dos coletivos em questão para as políticas públicas de juventude. Os debates são fomentados por matérias, notícias, editoriais, colunas e artigos, de maneira a refletir sobre a condição e afirmar direitos desse segmento. Também a página apresenta um fórum para os jovens e para seus pais manifestarem opiniões sobre diferentes temas, inclusive sobre angústias e superações pessoais relativas à condição de jovem *gay*. Para a análise, utilizaram-se conteúdos da página inicial destinada a *Notícias e artigos*, especialmente nas áreas *Conferência de Juventude e Juventude* que conduzem a *Editoriais*. A média de acesso do *site* é 1.200 visitas diárias, 36 mil por mês. Ainda registra-se o apoio do Estado de São Paulo, do programa Pontos de Cultura e do + Cultura, do Ministério da Cultura, embora a manutenção do *site* seja por doações.

Foram analisados dois editoriais relativos às Políticas Públicas de Juventude. O *Conheça as 4 prioridades – Especial: Conferência da juventude*, de Deco Ribeiro, editor executivo do *site*, que destaca as prioridades GLBT na primeira Conferência Nacional de Juventude, em 2008. Em outro editorial, sobre o mesmo tema, exaltam a participação do E-jovem, resultante da inclusão de suas reivindicações às 22 prioridades de políticas públicas de juventude sistematizadas no evento em questão. Pautas já acordadas na Conferência Livre Nacional da

Juventude GLBT, por eles promovida. Cabe ressaltar a participação de outros movimentos GLBT na conferência de políticas de juventude. As propostas realizadas pelos grupos GLBT são no âmbito do combate à homofobia na escola, mídia, saúde, segurança pública, cultura e governo. O segundo editorial é denominado *JOVENS GAYS. Militância é uma coisa complicada. Mas vale a pena?* O texto versa sobre a condição de jovem *gay* e os entraves culturais à sua organização política.

8. Carta aberta à presidenta Dilma Rousseff, <http://www.bienaldaune.org.br/?p=603> , acessado em 28/02/2011.

A carta foi produzida no 4º Diálogo Nacional de Movimentos e Organizações Juvenis, realizado no dia 21/01/2011, no Rio de Janeiro, em conjunto com a 7ª Bienal de Arte e Cultura da União Nacional dos Estudantes (UNE); foi incluída a análise pela recente entrega das reivindicações à presidenta. O documento foi referenciado em diferentes *sites* de juventude, mas de grupos ou redes sem representação no CONJUVE, por isso ficaria fora dos critérios para a seleção da amostra. No entanto, a carta reúne demandas de movimentos, entre os quais alguns que compõem o CONJUVE. Por isso exaltam o desenvolvimento das Políticas de Juventude ocorridas no Brasil de 2003 até 2010 e pautam a necessidade de ações para a próxima gestão.

Antes de adentrar na análise dos conteúdos proporcionados pelos *sites* e *blogs*, faz-se relevante ter presente os recentes estudos sobre a relação internet e política. Tem-se empreendido em análises, principalmente, quanto ao potencial do uso da *web* em campanhas eleitorais. A eleição de Barack Obama, nos Estados Unidos, representa esse fenômeno, pois se caracterizou por intensa utilização de redes sociais (GOMES, 2009). Também se identificam investigações dedicadas a refletir sobre a internet como um espaço facilitador à participação política (GOMES, 2005) e, dessa perspectiva, mensurar a eficácia de espaços interativos proporcionados por *sites* governamentais (BRAGATTO, 2009) e analisar ações em rede (PROCOPIUCK; FREY, 2009). As pesquisas concentram-se na área da comunicação social e, em menor quantidade, na ciência política. Sendo assim, o presente trabalho propõe-se a avançar nas investigações sobre a contribuição da internet nos fenômenos políticos, direcionando o enfoque ao seu potencial empírico para pesquisa social e, em especial, para análise de políticas públicas. Questão a ser desenvolvida no próximo capítulo.

Para concluir este segmento, vale referir que a análise de conteúdo é oportuna na identificação de termos manifestos e latentes no âmbito das políticas públicas de juventude. A seleção e sistematização de conteúdos visaram a possibilidade de avaliar o potencial de reconhecimento da cidadania e dos direitos humanos dos atores envolvidos no contexto político em questão. Considerado o horizonte de realização da justiça social nos termos expostos por Nancy Fraser (2009), interessava captar os enunciados de representação, perspectivas, reconhecimento de direitos e redistribuição de poder, seja ele social, econômico, político ou cultural. A internet nesse cenário é ambiente facilitador para acessar posicionamentos de gestores/as, beneficiários/as e militantes das ações de juventude.

## **5 O CONTEÚDO DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS DE JUVENTUDE NOS SITES**

Antes de apresentar e discutir os resultados da abordagem empírica interessa trazer algumas informações relativas ao uso da internet no Brasil. Uma breve apreciação de informações da PNAD (2005-2008) revela que no decorrer de três anos o acesso à Internet aumentou 75,3% no Brasil. Em 2008, 56 milhões de pessoas com idade de dez anos ou mais acessaram esse meio, contingente de 34,8% dessa população; em 2005 o percentual era de 20,9%. O maior grupo de usuários da rede, em 2008, era formado por jovens de 15 a 17 (62,9%). No mesmo ano, a maior concentração de usuários situava-se nas regiões Sudeste (40,3%), Centro-Oeste (39,4%) e Sul (38,7%), contra as regiões Norte (27,5%) e Nordeste (25,1%). No espaço de três anos o aumento no acesso à Internet foi igual para homens (21,9% em 2005 e 35,8% em 2008) e mulheres (20,1% e 33,9%). Em 2010, a correspondência por gênero é total: 74% para homens e mulheres. Entre jovens de 18 a 29 anos o acesso é de 93%. Aumentando a idade diminui o acesso (38% de usuários com 65 anos ou mais). Maior nível de renda, mais vinculação à rede<sup>23</sup>.

Tendo em vista esse cenário, identifica-se a expansão do espaço virtual como meio de compartilhar informações e manifestar crenças, valores, atitudes e comportamentos. Os jovens são os mais afeitos à utilização da internet e, sendo eles atores e o público alvo das políticas investigadas no presente trabalho, parte-se para análise dos conteúdos para identificar os temas recorrentes em reflexões e demandas. Para tanto, optou-se por agrupar os conteúdos em quatro categorias interrelacionadas, cidadania, direitos humanos, juventude e políticas públicas. E, nessas temáticas, a sequência de argumentação priorizou a clareza dos posicionamentos dos atores e a sua relação com os conceitos apresentados no trabalho.

---

<sup>23</sup> Suplemento Pnad 2008 e 2010, disponível em: <http://www1.ibge.gov.br/>.

## 5.1 CIDADANIA NA INTERRELAÇÃO DOS DIREITOS

Na questão dos direitos, os conteúdos do *site* do Projovem Urbano (2007) expõem, em linhas gerais, medidas para ampliar a cidadania social ancorados pela reinserção na escola e na profissionalização. O incentivo à participação cidadã prioriza projetos voltados à atuação em trabalhos comunitários, definindo, na sessão denominada “Pra quem”, a finalidade e o público-alvo do programa:

O Projovem Urbano destina-se a promover a inclusão social de jovens brasileiros de 18 a 29 anos que, apesar de alfabetizados, não concluíram o ensino fundamental, buscando sua re-inserção na escola e no mundo do trabalho, de modo a propiciar-lhes oportunidades de desenvolvimento humano e exercício efetivo da cidadania (PROJOVEM URBANO, 2007).

Partindo desse propósito, o Programa prevê a formação integral por meio da “Formação Básica para a elevação da escolaridade, tendo em vista a conclusão do ensino fundamental; qualificação Profissional, com certificação de formação inicial; participação cidadã, com a promoção de experiência de atuação social na comunidade”. Para tanto, proporciona condições de:

- Re-inserção dos jovens no processo de escolarização;
- Identificação de oportunidades potenciais de trabalho e capacitação para o mundo do trabalho;
- Participação em ações coletivas de interesse público;
- Inclusão digital como instrumento de inserção produtiva e comunicação;
- Ampliação do acesso à cultura.

Vale comentar que a finalidade do programa de unir escolarização, profissionalização, ações comunitárias e geração de renda encontra correspondência na ideia construída por Regina Novaes (2003), antes da instauração da Política Nacional de Juventude e da SNJ. Segundo ela:

O desafio de hoje é combinar mecanismos de transferência de renda, acesso à educação de qualidade, expedientes que facilitem o ingresso no mercado de trabalho, capacitação e apoio para diversas novas ocupações de geração de renda e, ainda, atividades comunitárias que favoreçam a construção de laços identitários e afetivos (NOVAES, 2003, p.141).

A autora também pontua que os desafios de tornar programas voltados à juventude efetivos na garantia dos direitos dessa geração têm como ponto central torná-los uma política pública de Estado. Para tanto, afirma: “A questão é como inscrever cada um desses aspectos



no horizonte dos direitos dessa geração. Transformar programas e projetos em políticas públicas significaria garantir sua continuidade, tão rara nos dias de hoje” (NOVAES, 2003, p. 141).

No âmbito dos direitos civis e sociais, o debate no CONJUVE, câmara temática da vida segura, produziu manifestações favoráveis à garantia da interrupção voluntária da gravidez pelo Sistema Único de Saúde. O documento Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas registrou o apoio à Proposta Normativa da Minuta de Substitutivo da Comissão de Revisão da Legislação Punitiva que “assegura a realização do procedimento no âmbito do Sistema Único de Saúde [e] a sua cobertura pelos planos privados de assistência à saúde e dá outras providências” (NOVAES et al, 2006, p. 92)<sup>24</sup>.

No mesmo documento, a juventude rural é contemplada em suas demandas por universalização, qualidade e acesso à educação, à saúde e proteção aos direitos dos trabalhadores no campo, como expressam os conteúdos transcritos abaixo:

Investir em recursos de expansão, melhoria e diversificação da educação formal, dedicando especial atenção à cobertura de escolas em zonas rurais e à promoção de transporte escolar nessas regiões (NOVAES et al, 2006, p. 114).

Ampliar as ações de fiscalização das Delegacias Regionais do Trabalho (DRTs) para o meio rural, realizando as de forma permanente, evitando infrações aos direitos dos/das trabalhadores/as previstos em lei, acordos e convenções coletivas, e evitando o trabalho infantil e o trabalho escravo de jovens (NOVAES et al, 2006, p. 114).

Fortalecer o Sistema Único de Saúde (SUS) a partir da melhoria das condições de atendimento dos postos de saúde já existentes em áreas rurais e ampliar a rede de serviços nas comunidades que ainda não contam com o sistema de saúde público. (NOVAES et al, 2006, p.115).

A cidadania social é abordada pelos Movimentos GLBTT (*gays*, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros) ao reivindicarem estrutura de assistência a esse público. A forma escolhida é a criação de “centros de referência de cidadania para a população LGBTTT que ofertem uma rede ampla de serviços públicos de caráter educativo, cultural, político para homens e mulheres, em especial jovens” (NOVAES et al, 2006, p. 105). Os mesmo termos são usados em relação à juventude indígena.

---

<sup>24</sup> O documento Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas foi organizado por Regina Novaes, Daniel Tojeira Cara, Danilo Moreira da Silva e Fernanda de Carvalho Papa, por isso os conteúdos serão citados dessa forma, lembrando que os mesmos expressam posicionamentos consensuados pelo CONJUVE.

No mesmo sentido de ampliar a cidadania política dos jovens e acabar com práticas discriminatórias, principalmente em ambientes indígenas, é sugerida a realização de atividades de formação política por meio de “oficinas de capacitação sobre políticas públicas”, [ressaltando] “o papel do/da jovem indígena dentro da aldeia [e] ajudando a diminuir a sua manipulação em períodos eleitorais” (NOVAES et al, 2006, p. 107).

Outro ponto do conteúdo examinado diz respeito ao peso da religiosidade, que aparece como expressão das formas de participação mais comuns à população juvenil em detrimento da militância em partidos ou em movimentos sociais, nos seguintes termos:

[...] é necessário olhar para o associativismo dos/das jovens, a partir das práticas religiosas, como novas possibilidades de engajamento e participação na vida pública desta parcela da população. A participação dos/das jovens, sobretudo em grupos religiosos, tem gerado mal-estar na sociedade, em especial em certos setores da juventude que tendem a associar a religiosidade dos/das jovens com a presença do conservadorismo desta população (NOVAES et al, 2006, p.102).

Já a Pastoral da Juventude dedica-se a estreitar a relação entre jovens e políticos do executivo e legislativo por meio do projeto “A juventude quer viver”. Os jovens aí organizados afirmam-se como sociedade civil atuante em questões da juventude e propõem algumas ações para propagar suas demandas, qual seja: “integração da Pastoral da Juventude em redes de defesa das questões da vida da juventude junto aos/as candidatos/as a cargo público e aos eleitos/as”.

A campanha Chega de Violência e extermínio de jovens, por seu turno, têm um eixo denominado “Ações de massa e divulgação” que prevê eventos característicos da cidadania ativa. Esses se centram em oferecer visibilidade ao extermínio de jovens, a partir de mobilizações nacionais e locais. Caso a incluir o chamamento à organização, em 2011, de marcha nacional com o objetivo de denunciar a violência e mobilizar a sociedade contra o extermínio de jovens. Esta antecedida de pré-marchas locais que aparecem associadas a outras ações previstas para serem agregadas às atividades permanentes das pastorais da juventude do Brasil.

O fomento à cidadania ativa é sustentado via projetos de estímulo à participação da juventude nas políticas públicas pela Ação Educativa. Entidade que contribui com insumos, materiais e conteúdos para o curso “Borandá - contração do termo “vamos embora andar”-, que trata sobre “política, participação e políticas públicas” durante quatro dias, em caráter intensivo. Concernente à composição de entidades envolvidas no curso, importa notar que o Instituto Paulista de Juventude (IPJ), responsável pela atividade, é composto por ex-

integrantes da Pastoral da Juventude, os quais também aparecem como mentores da criação do IPJ e associados à Ação Educativa nesse empreendimento. O conteúdo do *site* traz elementos sobre essa conexão que não cumpre aqui avaliar.

Destoando das demais instituições analisadas, mas permanecendo na temática da cidadania, a Confederação Nacional de Jovens Empresários (CONAJE) apresenta, na sua página da internet, um conteúdo de caráter liberal quanto à sua missão e aos projetos por ela desenvolvidos. Consoante à missão, a CONAJE enuncia “representar, aglutinar e informar as entidades de jovens empresários, comprometidas com a ética, a cidadania e a livre iniciativa, em busca do aprimoramento contínuo da nossa sociedade”.

O exercício da cidadania é entendido pela ótica da garantia da liberdade dos indivíduos, e a possibilidade de livre iniciativa é o pressuposto para o modelo de sociedade que a instituição denomina de auto-sustentada. Como definem, uma de suas missões é “[...] fomentar o debate sobre a importância do empreendedorismo na construção de uma sociedade economicamente auto-sustentada”. Aqui as relações sociais regulam-se pelas iniciativas no âmbito econômico e, dessa forma, sustentam-se e se reproduzem. A capacidade de distribuir, redistribuir, compensar ou regular os recursos também está submetida à lógica de circulação desses no mercado.

Seguindo o pressuposto da livre iniciativa, a CONAJE desenvolve o projeto Empreendente que estimula o desenvolvimento de uma cultura empreendedora, a fim de consolidar atitudes de fundação e expansão de negócios. Para tal, a instituição investe em capacitações. O objetivo do projeto em questão é sintetizado da seguinte forma: “disseminar e desenvolver a cultura empreendedora entre os jovens empresários brasileiros, além de estar voltado à capacitação nas áreas de gestão e executiva”.

O associativismo também é tema presente entre micro e pequenos empresários. Ele é encarado como fator de sobrevivência e rentabilidade dos negócios e estimulado nos seguintes termos:

Os princípios que conduzem o movimento associativista de jovens empresários brasileiros, capitaneado pela Conaje, por meio da representatividade, relacionamento empresarial e capacitação, aliados aos objetivos do Sebrae no que diz respeito à disseminação e ao desenvolvimento de micro e pequenas empresas, os tornam parceiros expoentes para a implantação desta nova etapa do Empreendente.

Para tal, objetivam "criar núcleos de jovens empresários em todos os estados do Brasil e capacitar estes jovens por meio dos três cursos do Sebrae: "Empretec", "Iniciando um

Pequeno Grande Negócio" e "Programa de Excelência em Liderança".” E reafirmam as ideias de competitividade das MPEs e desenvolvimento econômico do país, como fim último do projeto estimam “proporcionar um desenvolvimento perceptível da competitividade e da inovação das MPEs, além de gerar cada vez mais riqueza, trabalho e crescimento para o país”.

A cidadania entendida a partir da interrelação de direitos de diferentes naturezas é evidente nos conteúdos dos *sites*; as cidadanias civis, sociais e políticas seguidamente vêm associadas no mesmo conteúdo. Esse é o caso do PROJOVEM, por exemplo, ao aliar término do ensino fundamental, profissionalização e ação comunitária. As jovens, no documento do CONJUVE, ao mesmo tempo, reivindicam descriminalização do aborto e a garantia do procedimento pelo SUS. De toda forma, os conteúdos expressam um pressuposto semelhante, que é a noção de cidadania como prática social para o “acesso à cidade”, como define Evelina Dagnino (1994). Para a autora, a cidadania é expressão do novo estatuto teórico e político que assumiu a questão da democracia em todo o mundo. Contudo, a precariedade de serviços e o não cumprimento dos direitos enunciados demonstra a dificuldade em construir uma cultura pública democrática, seguindo a perspectiva de Jussara Prá (2006). Representando um contraponto às formas como a cidadania aparece na agenda de juventude na maior parte das organizações, os jovens empresários afirmam sua ótica de cidadania mais ligada aos paradigmas liberais, com centralidade na atuação no mercado e distinção de enfoques puramente assistenciais que visem suprir carências urgentes ou emancipatórias, cujo foco é o desenvolvimento humano.

Cabe ressaltar que a noção de cidadania política, neste trabalho, extrapola a ideia da participação nas eleições. No âmbito da política, os conteúdos chamaram atenção para formas não tradicionais de engajamento juvenil e para a necessidade de capacitações em políticas públicas e a inibição de manipulações em períodos eleitorais, para as quais foram registradas algumas iniciativas da sociedade civil. Tal proposta encontra correspondência com a ideia de cidadania desenvolvida por Evelina Dagnino (1994), a qual enfatiza a capacidade dos movimentos sociais de romper práticas políticas tradicionais que se sustentam na desigualdade social. Ao lado disso, novas formas de participação ligadas à arte e à cultura e mesmo ao associativismo são encontradas entre a prática dos jovens. Para Regina Novaes e Cristina Vital “é necessário conhecer melhor suas formas de atuação no espaço público e atentar para seus efeitos políticos em configurações sociais marcadas pela exclusão e pela violência” (NOVAES; VITAL, 2005, p.119).

Em contrapartida, diagnósticos baseados em pesquisas de opinião detectam a rejeição da juventude à representação institucional e ao modo tradicional de participação política (BAQUERO, 2004; BALARDINI, 2005; CASTRO; VASCONCELOS, 2009). Nesta direção, Mary Castro e Augusto Vasconcelos (2009) referenciam três pesquisas de opinião que convergem para este resultado, a saber: Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas (IBASE/Instituto Polis, 2005); Perfil da Juventude Brasileira (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2003); somando-se a estas, pesquisa da UNESCO, realizada em 2004, revela que

27% dos jovens brasileiros declaram que participam de alguma organização associativa, o que representa, em termos absolutos, aproximadamente 13 milhões de jovens, distribuídos por ONGs, movimentos sociais, partidos políticos, grupos religiosos, ecológicos, sindicatos, agremiações esportivas, grupos de dança, de música e congêneres. Verifica-se que sobre os tipos de associação as quais pertencem ou pertenceram, 81,1% indicaram as de caráter religioso, 23,6% as do tipo organizacional (esportiva, ecológica, cultural, artística e assistencial), 18,7% as de caráter corporativo (trabalhista e estudantil) e 3,3% as de caráter partidário (CASTRO; VASCONCELOS, 2006, p.90).

Sobre a baixa participação dos jovens em organismos mais tradicionais da política, Hermes Zaneti (2001, p. 108) encontra, na sua investigação, elementos para justificar tal propensão, evocando que ela configura uma

[...] imagem coerente com a história da juventude brasileira. São participativos nas questões da sociedade e da vida em geral 80% deles. Quando essa participação é conduzida para o campo político, temos uma drástica redução, pois 45% têm atitude e 34% têm comportamento de participação em relação à política. Isso confirma o que é de domínio público: o profundo desgaste das instituições políticas, dos políticos e dos seus partidos, mas não torna a juventude apática e indiferente.

Prosseguindo a discussão, faz-se necessário aprofundar o entendimento de direitos e de cidadania no contexto juvenil. Nesse sentido, a trajetória de debates sobre direitos humanos permite lançar um olhar específico sobre a juventude a partir das manifestações dos atores envolvidos nas políticas a ela direcionadas. As reflexões seguintes têm esse objetivo.

## 5.2 DIREITOS HUMANOS E RECONHECIMENTO

Na apreciação do documento Conselho Nacional de Juventude: natureza, composição e funcionamento, disponível no *site* da entidade, a noção compartilhada pelo conselho quanto ao reconhecimento dos direitos dos jovens fica evidente na justificativa sobre o investimento em políticas direcionadas a eles. Nos termos desse texto: “[...] as políticas públicas de juventude - por meio de programas e ações - têm como missão abrir caminhos para o reconhecimento e implementação dos direitos dos/das jovens de hoje” (FREITAS, 2007, p. 7)<sup>25</sup>.

Concernente à iniciativa de reconhecimento e promoção dos direitos humanos, a atenção do CONJUVE aparece direcionada aos direitos civis e sociais, incluindo o conceito de direitos coletivos, ambos relacionados ao pressuposto da integralidade, como manifesta o trecho que segue:

O reconhecimento dos direitos da juventude envolve seu desenvolvimento integral (direitos civis e sociais), o que é de interesse de toda a sociedade, e contempla também a valorização da diferença e das múltiplas identidades coletivas (direitos difusos) (FREITAS, 2007, p.7).

Em relação ao fragmento acima, ou melhor, tendo em vista o seu conteúdo e outros antes examinados, enumera-se, como evidência, a falta de ênfase no tema dos direitos políticos e nos pressupostos de interdependência, interrelação e indivisibilidade dos direitos humanos, por exemplo. Apesar disso, é de lembrar que as resoluções sobre direitos humanos geradas em âmbito internacional, como já tratado, trazem aportes normativos da maior importância para a disseminação de ideários e práticas de direitos entre a Sociedade Civil e o Estado. Não obstante, as referências a essas normativas são eventuais nos conteúdos produzidos por e entre os atores de juventude. Dessa forma, é possível inferir que a conexão da agenda internacional às reivindicações e políticas públicas de juventude é frágil, corroborando a atualidade da perspectiva de José Augusto Alves (1996) quando analisava o impacto do Ciclo Social da ONU nas realidades debatidas.

---

<sup>25</sup> O documento Conselho Nacional de Juventude: natureza, composição e funcionamento foi organizado por Maria Virgínia de Freitas, por isso os conteúdos serão citados dessa forma, lembrando que os mesmos expressam a posicionamentos consensuados pelo CONJUVE.

Nesse ponto, compete ter presente que os marcos anteriores a 1988 no campo do reconhecimento tiveram pouca repercussão nas políticas públicas brasileiras como um todo. Eventos marcantes como o do Primeiro Ano Internacional de Juventude, em 1985 e as conferências de ministros Ibero-Americanos de Juventude dele originada, por exemplo, não incidiram com contemporaneidade no contexto político do país. Seus efeitos serão percebidos apenas a partir da década de 1990, quando a agenda pública de juventude começa a delinear-se em torno de problemáticas específicas. Tal ocasião poderia ser conferido ao caráter autoritário de governos anteriores, somado à tardia inclusão do tema juventude na agenda pública nacional ou imputado à recente inserção do país (2010) como membro efetivo da Organização Ibero-Americana de Juventude, instância de destacada referência para instruir a abordagem e o tratamento do tema em tela desde sua formação, em 1992.

O fragmento que segue ajuda a ilustrar o ponderado e a forma como o contexto de debates planetários sobre o assunto é aludido. Cabe ressaltar, porém, que essa foi uma das poucas menções aos movimentos e fóruns internacionais de direitos humanos encontrada.

[...] a ideia de “políticas públicas de juventude” ganha força em um contexto histórico em que os direitos de cidadania (civis, sociais e difusos) se ampliam através de movimentos e fóruns internacionais que se reúnem em torno da categoria “direitos humanos” (FREITAS, 2007, p.7).

É de notar que o cenário no qual ações e programas para a juventude são incrementados é impactado por processos de globalização da economia, de ampliação de tecnologias e fontes de comunicação, assim como por reivindicações de cidadania e seu reconhecimento. Nesse espectro, explicita Rossana Reguillo (2003), a internacionalização da cidadania juvenil emerge como fenômeno central para compreender a condição conformada pela tecnologia, pelo consumo de cultura e de produtos e, nos discursos político, intelectual e jurídico acerca dessa população. Os efeitos disso são sentidos para além do Estado-nacional e captados pelos organismos de juventude do seguinte modo:

[...] as principais transformações que atingem os jovens (transformações globais no mundo do trabalho, narcotráfico mundial, interesses da indústria bélica internacional), não se circunscrevem às fronteiras e controles de qualquer país, as recentes intercessões entre os direitos de cidadania e os direitos humanos tornam-se fundamentais para o reconhecimento da “juventude como sujeito de direitos” (FREITAS, 2007, p.7).

A relação muitas vezes controversa entre globalização e direitos humanos, avaliza Boaventura de Souza Santos, produz a “erosão seletiva do Estado-nação, imputável à intensificação da globalização, coloca a questão de saber se, quer a regulação social quer a

emancipação social, deverão ser deslocadas para o nível global” (SANTOS, 1997, p.106-107). Segundo o autor, a política de direitos humanos, associada à perspectiva do multiculturalismo, cumpre importante papel no contexto globalizado. Preconiza, no entanto, que para tal é necessário colocar os direitos humanos a serviço de políticas progressista e emancipatórias.

Isso expõe o problema de desigualdades antigas e moderna, presentes nas relações sociais e de poder em diferentes partes do planeta. No Brasil, tais desigualdades foram analisadas em profundidade nas obras clássicas das ciências sociais brasileiras (HOLANDA, 1995; FREYRE, 2006) e, em período próximo, relacionadas ao processo de globalização. Entre estudiosas do tema juventude, a preocupação se volta ao fato de que “os dilemas e perspectivas da juventude contemporânea estão inscritos em um tempo que conjuga um acelerado processo de globalização e de crescentes desigualdades sociais” (NOVAES; VITAL, 2005, p.109). Igual apreensão aparece em documentos do CONJUVE matizada pela ideia da necessidade de olhar o passado para atuar no presente. Nesse sentido, encontra-se referido que antes de se “[...] lançar um olhar específico para as demandas dos/ das jovens que vivem no presente mundo globalizado e excludente”, é indispensável levar em consideração as desigualdades sociais acumuladas ao longo do passado histórico brasileiro. Expondo de outro modo: “Compreender tais especificidades é essencial para a elaboração e implementação de políticas públicas de juventude” (FREITAS, 2007, p.8).

O mesmo documento registra a avaliação de Helena Abramo sobre o processo de formação da agenda pública que leva à criação da Política Nacional de Juventude. Nesta explanação, ela focaliza o surgimento da juventude como ator e questão política no contexto das mobilizações em torno da elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nos anos de 1990. Corroborando argumentos de estudos sobre as manifestações da sociedade naquele período, reitera que os atores de juventude da época seguiam a tendência dos demais movimentos sociais, voltadas a garantir direitos civis a grupos em posição de desigualdade. Em suma, buscava-se, criar e aperfeiçoar instrumentos para efetivar e garantir “o cumprimento e a universalização dos direitos afirmados constitucionalmente” (FREITAS, 2007, p.15).

Esses eventos diferenciam-se dos de décadas anteriores nas quais os movimentos de juventude, principalmente estudantis, organizavam-se para contestações políticas. Neste âmbito, as juventudes cristãs organizadas chamam atenção para a falta de homogeneidade de uma sociedade civil atuante na construção das Políticas Públicas de Juventude. Isso porque em decorrência do atraso provocado pela instauração do regime militar, jovens, que antes



participavam de organizações religiosas e formavam o pensamento de juventude na época, migraram para organizações revolucionárias, gerando impactos na participação das Políticas Públicas de Juventude atuais. Segundo a ótica das juventudes cristãs de hoje, houve “uma descontinuidade de uma liderança jovem que vinha se formando e que certamente representaria significativa contribuição no processo de se pensar em políticas públicas de juventude” (FREITAS, 2007, p 38).

Entretanto, essa nova configuração das mobilizações juvenis não está bem delineada ainda hoje. O ECA não representou conquista para a totalidade da juventude, pois contemplava os jovens até 18 anos. A fragmentação entre as organizações de juventude resulta em baixo acúmulo de reivindicações comuns e escassez de sínteses compartilhadas entre os atores do que seria a condição e as políticas de juventude. Abramo relaciona a configuração do CONJUVE, em 2005, a esse cenário dos movimentos de juventude, quando afirma:

[...] não é possível dizer que houvesse já constituída uma plataforma em torno do tema, nem mesmo uma pauta de demandas, nem mesmo, na verdade, um delineamento explícito de questões a serem tratadas na ótica dos direitos e das políticas públicas. Não houve, também, a constituição de fóruns ou espaços públicos de debate que permitissem uma explicitação e amadurecimento de tais demandas (FREITAS, 2007, p 15).

Ainda em relação ao conteúdo do relatório referido, encontra-se alusão à falta de entendimento da complexidade das realidades juvenis e de consensos sobre a temática, entre os movimentos de juventude. Este tido como o ponto frágil do reconhecimento da sua especificidade por alguns movimentos sociais e pelo Estado. Na sequência dessa exposição, os encontra-se relacionado o reconhecimento da juventude como sujeito de direitos à construção da agenda pública nessa área.

De modo geral, a demora e dificuldade dos atores políticos consolidados (partidos, sindicatos, movimentos sociais mais consolidados) de incorporarem o tema é outro elemento que contribuiu para a dificuldade de definição das ‘bandeiras’ e de sua conexão com o debate mais geral sobre os direitos e as formas de enfrentamento da desigualdade social (FREITAS, 2007, p. 17).

A inconsistência da agenda pública de juventude incide na dificuldade em consolidar uma perspectiva geracional nos movimentos juvenis, com capacidade de se traduzir numa representação política eficaz de suas demandas, segundo a proposta de Iris Young (2006). Portanto, no campo do reconhecimento da juventude como portadora de direitos, fica explicitado no contexto do CONJUVE que “[...] os atores envolvidos na discussão sobre

juventude ainda hoje atuam contra uma incompreensão da singularidade do tema” (FREITAS, 2007, p.17).

Em outro documento, Política Nacional de Juventude: desafios e perspectivas, as concepções de juventude, como sujeito de direitos, disseminadas na sociedade e presentes nas políticas, também ganham espaço de discussão. O CONJUVE critica a ideologia juventudocêntrica cada vez mais presente entre discursos de exaltação do vigor do período juvenil, de modo que ele permaneça em outras etapas da vida. A definição sociológica desse fenômeno é a juvenilização da sociedade (PAIS, 2003) e explica o jovem como modelo cultural, não mais o adulto. No entanto, os membros do conselho entendem a ideologia juventudocêntrica como antagônica ao reconhecimento dos jovens como sujeito de direitos. Isso porque os atributos admirados neles não se revertem na sua maior aceitação no mundo público, do poder e da produtividade. Assim, encontra-se diagnosticado que

[...] no âmbito profissional, no aspecto do compromisso cidadão ou no tocante à participação nos processos de tomada de decisão - inclusive nas esferas políticas - ser jovem é residir em um incômodo estado de devir, justificado socialmente como estágio de imaturidade, impulsividade e rebeldia exarcebada (NOVAES et al, 2006, p.6).

Nesse cenário, a participação ativa é desestimulada e acentua-se a exclusão dos jovens do mundo público. De acordo com a ideia de Nancy Fraser (2009), a exclusão dos processos de tomada de decisão mencionada representa a falta de enquadramento de grupos marginalizados na comunidade política. As políticas públicas, como ilustra o próximo conteúdo, mostram-se insuficientes em reverter à exclusão gerada pelo desinteresse dos jovens por questões públicas e pela baixa qualidade no atendimento dos serviços públicos. Nesse contexto, a família (esfera privada) é a exclusiva responsável por assistir e, portanto, socializar as novas gerações. Até o presente momento, tais processos têm determinado diagnósticos desalentadores do ponto de vista do desenvolvimento humano dessa população.

[...] considerando o fato dos jovens comporem o contingente populacional mais vitimizado pelas distintas formas de violência presentes no Brasil; enfrentarem enormes dificuldades de ingresso e permanência no mercado de trabalho; sofrerem impedimentos no acesso a bens culturais; não terem assegurado o direito a uma educação de qualidade e não receberem tratamento adequado no tocante as políticas públicas de saúde e lazer [...] (FREITAS, 2007, p. 07).

A problemática do enquadramento, considerado de segunda ordem na realização da justiça social de Nancy Fraser (2009), somada às situações de primeira ordem, desigualdade econômica, redistribuição, igualdade e diferença política estão ilustradas nos conteúdos

expostos. As instituições analisadas, posicionando-se em relação a esse panorama, estruturam alguns eixos a pautar as suas atuações, de forma a vislumbrar a concretização dos direitos humanos de juventude. É o caso da Ação Educativa cujos princípios são os direitos educativos e de juventude, a justiça social, a participação e o desenvolvimento sustentável para desenvolver ações em diferentes âmbitos, inclusive nas políticas públicas estatais. Para tal, afirmam articular-se com outros atores para executar seus projetos, inclusive em espaços transnacionais de ações como prevê Nancy Fraser.

A capacidade de realização da Ação Educativa resulta do alto empenho de sua equipe e da confiança e colaboração de uma ampla rede de parceiros nacionais e internacionais. Compromisso com a qualidade, capacidade de inovar e articulação com atores-chave nos campos da educação e da juventude é o tripé que sustenta a história e as realizações da Ação (AÇÃO EDUCATIVA).

Partindo dos comentários a seguir sobre o Projeto Juventude, “O programa dá especial atenção a propostas para o Ensino Médio e suas responsabilidades em relação à formação geral, inserção profissional e participação cidadã dos jovens”, entende-se que a instituição compromete-se a atuar junto a processos educativos, de participação e profissionalização. O mesmo projeto utiliza a efetivação dos direitos da população jovem para justificar o objetivo de executar ações que façam a “interface com as questões relacionadas à educação, à cultura, ao trabalho e à participação social e política”. Entretanto, as ações desse projeto enfatizam a promoção dos direitos educativos e da participação juvenil desde ações no campo da cultura, o que de acordo com a explicação abaixo não significa, necessariamente, o aprimoramento conjunto das áreas.

Com base nas demandas dos próprios jovens, são oferecidos cursos e oficinas de capacitação para o uso de diversas linguagens – com destaque para o vídeo - e desenvolvimento de habilidades para realizar seus próprios projetos coletivamente. Além disso, a Ação Educativa favorece oportunidades de inserção profissional, em iniciativas sociais e culturais, disponibilizando espaços de encontro, equipamentos e outros recursos para os grupos (AÇÃO EDUCATIVA).

Ainda, os projetos consistem em trabalhos com mídia, como forma de expressão artístico-cultural e inserção profissional, no Centro de Mídia Juvenil. Com isso, a Ação Educativa tem o objetivo de “fomentar e apoiar as produções videográficas de grupos juvenis, engajados em organizações comunitárias ou movimentos sociais da Região Metropolitana de São Paulo”. Segundo eles, os serviços oferecidos são de

[...] formação continuada (oficinas, cursos e seminários), empréstimo de equipamentos, cessão da ilha de edição para finalização de trabalhos e disponibilização de um acervo multimídia especializado (CDs, DVDs, CD-Rooms, Vídeos, Livros e Revistas) para empréstimos (AÇÃO EDUCATIVA).

Já a participação e formação política são estimuladas ao apoiarem o Fórum Cone Sul de Mulheres Jovens Políticas. Esse é um espaço de trocas e articulações de jovens mulheres, de todo o país, atuantes na “defesa dos direitos das mulheres em diferentes movimentos sociais e políticos”. O objetivo do Fórum é “garantir a formação e a troca de experiência entre as jovens sobre temáticas importantes que fortaleçam a sua ação coletiva e militância”. Um exemplo de atividade realizada pelo Fórum em questão relaciona-se ao debate de bandeiras tradicionais do movimento feminista que parecem se fortalecer entre as gerações mais jovens. Segue o registro do *site* da Ação Educativa: “Para 2008, as jovens planejam a elaboração de um livro reunindo reflexões sobre temas como saúde sexual, aborto, participação política, trabalho, prostituição, entre outros temas de encontros e debates já organizados por elas”.

Na sequência da exposição, o documento Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas é comentado a partir de seus eixos básicos, que incluem três câmaras temáticas. As propostas de ações voltadas à juventude situam-se no campo da educação, trabalho, cultura e acesso à cidade (primeira câmara temática); saúde, esporte e lazer, meio-ambiente e territorialidade pautados pela promoção de qualidade de vida (segunda câmara temática); a última câmara temática trata de violação de direitos humanos pelas políticas de segurança pública, discriminações originadas na condição de gênero, orientação sexual, etnia/raça, deficiência física e mental.

No primeiro eixo, os conselheiros do CONJUVE entendem ser urgente o aprimoramento da cidadania cultural, considerando a reduzida atenção que esta tem recebido nas políticas. Assim expõem o entendimento de cultura e a importância da sua aplicação às Políticas Públicas de Juventude.

A cultura - sua fruição, sua formação, a criação cultural e a economia (incluída a produção cultural) que pode ser gerada a partir dela - é, sem dúvida, um elemento estruturante da vivência juvenil que tem sido pouco incorporado às preocupações dos gestores públicos (NOVAES et al, 2006, p. 30).

Na mesma oportunidade, revelam a escassez de centros e equipamentos culturais à disposição dos jovens, havendo desigualdades entre as localidades nas cidades, estados e

regiões do país. Assim, a cultura transforma-se em temática de recorrente atenção de movimentos juvenis.

Existem poucos lugares de referência especializados em cultura (cinema, teatro, música, cinema, dança, artes plásticas, novas mídias, etc.) e boa parte deles se localiza nas regiões centrais de grandes cidades, principalmente nos estados do Sul e Sudeste. Não é por acaso que a demanda por equipamentos culturais é uma das prioridades de grupos e movimentos juvenis (NOVAES et al, 2006, p. 30).

Tal diagnóstico também é estendido para os demais equipamentos públicos e serviços, quando a câmara temática trata do direito à cidade. Conclui-se que a localização daqueles, nos centros das cidades, dificulta o exercício da cidadania às pessoas das periferias ou zonas rurais. O conteúdo que segue contém esse posicionamento.

As formas de organização das cidades, por vezes, limitam o exercício de direitos civis, sociais e políticos. Os entraves ao acesso de equipamentos públicos e de serviços de toda ordem dificultam ainda mais a superação das desigualdades, em especial para aqueles moradores de periferias e de contextos não urbanos. No caso dos jovens, esses problemas prejudicam seu processo de integração social e a vivência de sua própria condição juvenil (NOVAES et al, 2006, p. 34).

Por fim, a primeira câmara temática sugere, além da incorporação de atividades culturais no cotidiano escolar e profissionalizante, programas que estimulem o acesso à profissionalização e à realização de atividades culturais (transporte e benefício de meia-entrada).

A segunda câmara temática incorpora os fundamentos e propostas de qualidade de vida da juventude. Para tal, baseiam-se nos direitos fundamentais e buscam alternativas no paradigma da qualidade de vida, tais como sustentabilidade social e acesso ao esporte e ao lazer, para superação de desigualdades de natureza social.

[...] a discussão de qualidade de vida está no campo dos direitos fundamentais do ser humano e tem relação com a divisão das classes sociais, pois reflete desigualdades na apropriação de bens e conquistas sociais. Maior equidade e igualdade social proporcionariam maior sustentabilidade socioambiental e mais acesso ao esporte e ao lazer e, conseqüentemente, mais qualidade de vida. Assim sendo, a noção de qualidade de vida traz consigo o desafio de garantir que não haja comprometimento das conquistas coletivas nem retrocessos em termos individuais (NOVAES et al, 2006, p. 49).

O pressuposto da câmara temática é o de que a qualidade de vida só pode ser atingida coletivamente e isso é a possibilidade de “emancipação da juventude na conquista de bens materiais e imateriais produzidos e compartilhados socialmente”. A equidade e a igualdade

social são abordadas a partir do reconhecimento e da oferta de condições de qualidade de vida aos diferentes segmentos da juventude. Para tal, o bem-estar social deve ser alcançado, e as diferentes identidades juvenis necessitam conviver pacificamente com as estruturas de serviços do Estado e não em conflito, por conta das suas diversas condições de estar no mundo. Assim, registram ser necessário “reconhecer as diversas identidades juvenis presentes no país, buscando expedientes para evitar que preconceitos e discriminações limitem os acessos dos jovens aos equipamentos de saúde, lazer e esporte, afetando negativamente sua qualidade de vida” (NOVAES et al, 2006, p. 50).

Pontualmente, os debates desse eixo centraram-se nas possibilidades de experimentação, escolhas, acessos e exclusão dos jovens nos âmbitos da saúde, esporte, lazer e meio ambiente, mesmo reconhecendo a importância da educação, do trabalho, da cultura, das tecnologias e fazendo referências à educação ambiental e física. Para tanto, entendem ser fundamental avaliar as relações entre condições sócio-econômicas e ambientais no acesso a serviços básicos de assistência aos jovens. Assim, os conselheiros asseveram a necessidade de “Compreender o contexto socioeconômico e ambiental que afeta a vida dos jovens, dificultando o acesso à saúde, ao esporte, ao lazer e ao cuidado com o meio ambiente”. (NOVAES et al, p.50). Da mesma forma, propõem a análise das possibilidades econômicas e políticas de implementação de novos programas, a fim de ampliar a qualidade de vida da juventude, a partir das temáticas priorizadas pela câmara. Por fim, o grupo de conselheiros enfoca a identidade e a territorialidade como fator central para o estímulo do exercício da cidadania.

A identidade dos grupos sociais (jovens de favela, jovens de classe média, jovens ricos) está relacionada com determinados espaços sociais e com a presença real dos direitos em cada um desses espaços. A identidade dos grupos é um fator determinante na definição do território e no acesso a ele. O plano local é um espaço privilegiado para o exercício da cidadania (NOVAES et al, 2006, p 68).

Cabe aqui um parêntese para incluir a Pastoral da Juventude, para a qual o lazer e a cultura também conformam o eixo do projeto por eles desenvolvido, “A juventude quer viver”. Essas dimensões, segundo eles, oferecem formas sustentáveis e de protagonismo juvenil para superar situações de violação de direitos humanos, como explicitado pelo conteúdo a seguir: “O Projeto traz luz para responder, com coragem, ao desafio das realidades sofridas pelos/as jovens, tais como: genocídio, violência, prostituição, drogas etc.”. Sendo assim, apostam na “busca de alternativa de vida para a sustentabilidade e o protagonismo

juvenil que envolve não só a viabilidade econômica, mas também as vivências culturais, o lazer e a saúde”.

Volta-se aqui às propostas do CONJUVE para focar a terceira câmara temática, que versa sobre a relação entre vida segura, valorização das diversidades e respeito aos direitos humanos. A câmara referencia-se em marcos legais internacionais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e, internamente, na Constituição Federal do Brasil (1988), enquanto lei máxima do país. Quanto aos conteúdos elaborados nessa câmara, não faltam posicionamentos críticos quanto aos descompassos existentes entre a realidade vivenciada pelos jovens e os princípios e diretrizes de documentos relativos aos direitos humanos.

Reconhece-se, assim, que, no Brasil, uma parcela significativa dos/das jovens tem sido submetida a diferentes situações de violação de direitos fundamentais, garantidos na legislação brasileira e em diferentes Tratados e Convenções internacionais, das quais o Brasil é signatário. As violações a que está submetido este grupo da população é uma trama complexa, que entrelaça ordens e naturezas bastante diferenciadas (NOVAES et al, 2006, p. 78).

Dentre as inseguranças presentes na realidade juvenil estão o desemprego e as violências simbólicas e físicas. A câmara temática dedica-se a problematizar com mais intensidade essas últimas. Destacam-se, nesse sentido, os comentários de Julio Jacobo Waiselfisz, por ocasião de evento promovido pelo comitê.

A história da violência no Brasil é a história do extermínio de jovens no Brasil. A vida dos jovens no Brasil é a vida mais insegura do planeta. O que diferencia o Brasil dos outros países é a insegurança física. É um massacre o que está acontecendo com os jovens (NOVAES et al, 2006, p. 80).

O pesquisador também avalia as condições socioeconômicas da juventude como elemento central para sanar a violência e a insegurança no Brasil. Diz ele, “Não se resolve o problema da violência no Brasil se não se resolver o problema da situação dos jovens”. Tal afirmação vai ao encontro da ilustração acerca dos jovens em conflito com a lei exposta pelo CONJUVE

[...] adolescentes e jovens já se tornaram fatia significativa da população carcerária no país. Do total de 345 mil adolescentes infratores e adultos criminosos no Brasil, 17,4% são adolescentes e jovens. Além disso, a população com idade entre 20 e 29 anos corresponde a mais de 50% das pessoas privadas de liberdade no País (NOVAES et al, 2006, p. 82).

Com preocupação semelhante, a Pastoral da Juventude desenvolve a campanha “Chega de Violência e extermínio de jovens”, desde 2008, junto com outras pastorais e

organizações (Setor Juventude – CNBB, Comissão Brasileira de Justiça e Paz, Conferência dos/as Religiosos/as do Brasil, Conselho Nacional de Leigos e Leigas, Rede Brasileira de Centros e Institutos de Juventude, Campanha Reaja ou será mort@! Associação de Familiares e Amigos/as de Presos/as – Bahia, Jornal Mundo Jovem, Via Campesina). Essa campanha tem *site* próprio, [www.juventudeemmarcha.org](http://www.juventudeemmarcha.org). A proposta da campanha é trazer ao debate público a questão da violência contra os jovens, principalmente quanto às proporções que vem apresentando nos últimos anos.

É uma ação (campanha Chega de Violência e extermínio de jovens) articulada por diversas organizações para levar a toda sociedade o debate sobre as diversas formas de violência contra a juventude, especialmente o extermínio de milhares de jovens que está acontecendo no Brasil. Com isso, a Campanha objetiva avançar na conscientização e desencadear ações que possam mudar essa realidade de morte (PASTORAL DA JUVENTUDE).

No vídeo da campanha, a Secretária Nacional da Pastoral da Juventude, Hildete Emanuele Nogueira de Souza, pontua as principais ideias trazidas pela iniciativa, quais sejam a cultura da paz e mais segurança de vida para a juventude. Por isso, o trecho abaixo interessa, na presente investigação, por trazer outros elementos dos debates sobre direitos humanos e juventude. Principalmente, pelo posicionamento da instituição que diz haver silenciamento e naturalização da violência.

Promover uma Cultura de Paz, onde a juventude possa viver de forma digna, de forma mais respeitosa. Em primeiro lugar é sair do silenciamento porque, muitas vezes, a gente começa a ver de forma natural a violência contra os jovens que acontece diariamente no nosso país e a gente precisa dizer que não suporta mais essa situação de violência, que a gente quer dar um basta, que a gente quer dar um chega. O símbolo da campanha é a mão. A mão quer dizer esse chega, esse basta. A mão suja de vermelho porque é suja de tanto sangue derramado, de todos os jovens e todas as jovens que tombam todos os dias no nosso país. E a frase chega de violência e extermínio de jovens tem um significado muito forte pra gente, porque ela foi dita pelo nosso assessor, o Padre Gislei um dia antes de ser assassinado com três tiros. E essa campanha pra gente tem se tornado mais forte, nós estamos cada vez mais motivados a dizer que basta desta violência, basta desta crueldade, deste extermínio de jovens. A gente quer que a juventude viva, que a juventude viva de forma plena, de forma digna (JUVENTUDE EM MARCHA, 2011).

Os eixos de ação da campanha incluem reflexões junto aos jovens das pastorais acerca da questão violência e juventude, suas causas e consequências. Depois, prevêem ações públicas associadas a eventos tradicionais da igreja católica, como romarias e o grito dos excluídos e, por fim, pretendem monitorar a mídia, embasados no posicionamento da PJ de



que os veículos de comunicação de massa tornam eventos violentos, com jovens envolvidos, um espetáculo. Os eixos relativos aos direitos humanos estão expostos no quadro abaixo.

<p>Eixo I: “Formação política e trabalho de base”  Ações de conscientização e sensibilização quanto aos debates de segurança pública, sistema carcerário, direitos humanos, outros tipos de violência...  Elaboração de texto-base.  Subsídios preparatórios às Atividades Permanentes das Pastorais da Juventude do Brasil alinhados com a temática da Campanha (Semana da Cidadania, Semana do/a Estudante e Dia Nacional da Juventude).  Organização de Seminários Estaduais, de discussão e planejamento da Campanha.  Criação de <i>site</i> da Campanha para disponibilizar subsídios, informações e possibilitar a interação com todas as pessoas que aderirem à Campanha.  Eixo III: “Monitoramento da mídia e denúncia quanto à violação dos <u>direitos humanos</u>”  Acompanhamento e denúncia das violações de direitos humanos praticadas pela mídia.</p>
--

Ainda, no âmbito da violência simbólica, o terceiro comitê temático do documento Política Nacional: diretrizes e perspectivas e outras instituições, dedica-se a identificar em que aspectos da vida social ela acontece e propor ações para combatê-las. O documento mencionado, ao iniciar os debates sobre vida segura e direitos humanos, recomenda “a promoção de campanhas de combate ao machismo, racismo e homofobia, manifestações culturais que infelizmente encontram grande ressonância entre diversos grupos de jovens” (NOVAES et al, 2006, p. 85). Assim, nesse e nos demais conteúdos a serem expostos identifica-se uma abordagem segundo a ótica das juventudes, pois, em diversos momentos, aqueles denunciam a violência simbólica como decorrência de condições presentes nas juventudes, ou seja, há reivindicações de ordem do reconhecimento de identidades e demandas vinculadas a elas. Nesse âmbito, estudos culturais e sobre as culturas juvenis (PAIS, 2003; REGUILLO, 2003) vêm abordando essas temáticas sob olhar da diversidade e da necessidade de considerar a juventude como um tempo presente para melhor responder aos dilemas postos nessa agenda de juventude que aqui está sendo debatida.

As mulheres jovens aparecem entre os conteúdos do CONJUVE, desde a ótica das desigualdades econômica, escolar, profissional, violência, saúde (aborto e morte materna) e consideradas alvo, como mulheres e não mulheres jovens, de algumas políticas que foram implementadas no tocante a essas áreas (Programa Pró-Equidade de Gênero, Primeiro

Emprego, Jovem Empreendedor, Gênero e Diversidade na Escola). Por isso esboçam sugestões de

Criar mecanismos que influam nos valores, práticas e vidas dos homens jovens, por meio de campanhas, formações e promoção de diálogos e debates, de modo a desconstruir, também entre eles, valores e práticas machistas, homofóbicas e lesbofóbicas. (NOVAES et al, 2006, p. 93)

Sobre isso, o posicionamento político da Articulação Brasileira de Jovens Feministas, no contexto das eleições do CONJUVE, em 2009, chama atenção para a falta de investimentos governamentais no campo dos direitos humanos das mulheres jovens, principalmente quanto aos direitos sexuais e reprodutivos e de não-violência, bem como o desinteresse do conselho sobre esta realidade.

Observamos com preocupação que na agenda do CONJUVE questões determinantes para a garantia dos direitos humanos das jovens mulheres, como o combate a violência contra as mulheres e a legalização do aborto, tem sido tratados como temas de menor importância. A I Conferência Nacional de políticas para a juventude foi um marco importante para a afirmação das políticas públicas de juventude, onde, as juventudes legitimadas para elaborar propostas de políticas públicas, aprovaram a 11ª prioridade que reivindica a implementação de políticas públicas de promoção dos direitos sexuais e direitos reprodutivos das jovens mulheres, garantindo mecanismos que evitem mortes maternas, aplicando a lei de planejamento familiar, garantindo o acesso a métodos contraceptivos e a legalização do aborto, no entanto, ao longo da gestão 2008 e 2009 pouca ou nenhuma iniciativa foi proposta e executada pelo CONJUVE no sentido de contribuir para o debate, reflexão e execução dessa demanda (DIÁLOGO JOVEM, 2009).

O grupo E-jovem, por sua vez, expressou enquanto demanda, por ocasião da Conferência Nacional de Juventude, em 2008, o combate à homofobia em campos como educação, segurança, saúde pública e cultura. Na educação, o grupo sugere a criação de disciplina que trabalhe a diversidade sexual no ensino básico e a formação profissional dos trabalhadores da educação, de forma a criar um ambiente afeito à diferença, conforme o exposto a seguir.

A grande prioridade, o desafio número um de todas as nossas conferências livres: combater a homofobia na escola. O grupo chegou à conclusão de que é preciso mudar TUDO dentro da escola. Temos que criar disciplinas novas, que tratem de diversidade sexual, e mudar totalmente o modo como a escola vê o diferente. A escola atual, como extensão do Estado, tem horror à diferença. Ela existe pra criar uma massa de pessoas iguais. Quem não se encaixa é sutilmente (às vezes não tão sutilmente assim) expulso - as tais "evasões" escolares. É preciso que o Estado forme e capacite professores (de preferência, ainda na faculdade), diretores, funcionários, alunos e pais para a diversidade. É preciso que não ser homofóbico conste do processo de

seleção de funcionários e educadores. É preciso que a escola coíba ativamente o *bullying* homofóbico e desconstrua os padrões tradicionais de gênero. Se a escola não mudar, nada muda (RIBEIRO)<sup>26</sup>.

Igualmente, na segurança pública, as propostas são de formação dos servidores e ampliação da rede de delegacias de crimes raciais e delitos de intolerância (DECRADI), assegurando, assim, profissionais sensibilizados das especificidades do público GLBT a garantir mais segurança a esses jovens. Conforme exposto pelo E-jovem,

Incentivar e garantir à SENASP/MJ a inclusão em todas as esferas dos cursos de formação dos operadores/as de segurança pública e privada em nível nacional, estadual e municipal, o atendimento, abordagem e aprendizado ao respeito à livre orientação afetivo-sexual e de identidade de gênero com ampliação das DECRADI – delegacia de crimes raciais e delitos de intolerância (RIBEIRO).

Na sequência enfoca-se a proposta de expansão das manifestações culturais no interior do país. Esta entendida como importante iniciativa para levar temáticas GLBT a lugares aonde a informação e os conhecimentos chegam com dificuldade ou, exclusivamente, pela televisão. Nesse sentido, uma iniciativa que o grupo julga ser interessante é defendida da seguinte forma: “Por exemplo, colocando telões nas praças para exibir filmes de temática jovem GLBT, como "Minha Vida em Cor de Rosa" ou "Delicada Atração". Isso é dar referência a adolescentes e jovens GLBT” (RIBEIRO). Quanto à saúde pública, além da humanização dos profissionais, o E-jovem reivindica campanhas e propagandas de DSTs/HIV mais atentas às realidades *gays*, juntamente à produção de materiais específicos de sexo seguro para as lésbicas. O reconhecimento das demandas da juventude GLBT é ressaltado no seguinte trecho

Muitas das necessidades dos jovens GLBT parecem um grito desesperado por reconhecimento. "Veja, estamos aqui! Existimos!!" E é mesmo. Por exemplo, nas campanhas de prevenção. Se há uma preocupação com o jovem *gay*, é preciso que a propaganda fale com este jovem. É preciso mostrar dois jovens *gays* juntos, usando a camisinha. Só aí a ficha vai cair. É preciso que profissionais de saúde estejam preparados para atender e trabalhar com a juventude GLBT desde o primeiro contato - muitos adolescentes e jovens não voltam a postos de saúde, porque não foram bem recebidos da primeira vez (RIBEIRO).

Já as problemáticas da criminalização da homofobia (PCL 122/06) e das operações de mudança de sexo garantidas pelo Sistema Único de Saúde ganharam destaque em uma moção,

---

<sup>26</sup> Os conteúdos selecionados do *site* do E-jovem são de autoria do Deco Ribeiro, fundador e editor executivo do *sítio* na internet e do grupo, por isso os respectivos materiais serão citados conforme esta primeira.

na plenária final da I Conferência Nacional de Juventude. O E-jovem, na sua avaliação final sobre o evento em questão, identificou a necessidade de mais segurança e visibilidade dos jovens GLBT, assim afirmando: “No final, ficou claro que adolescentes e jovens GLBT querem segurança - na escola e na rua - e visibilidade” (RIBEIRO).

Em diálogo com a abordagem realizada pelo E-jovem, o CONJUVE reflete sobre orientação sexual pela lente dos direitos sexuais, ou seja, os conselheiros enfatizam o “respeito à igualdade e à liberdade no exercício da sexualidade” (NOVAES et al, 2006, p 102). Aqui a sexualidade é entendida como um direito, como uma dimensão da cidadania: “o exercício da sexualidade deveria se converter também como direito da juventude, pois se trata de uma esfera da vida importante para a construção da identidade, da subjetividade e das trajetórias dos/das jovens” (NOVAES et al, 2006, p. 103). Tendo em vista tal perspectiva, o grupo estabelece consensos frente à visão hegemônica da heterossexualidade: “não existe uma única forma de vivenciar a sexualidade, de que a orientação heterossexual não é exclusividade e de que a homossexualidade é um caminho legítimo, que deve ser respeitado” (NOVAES et al, 2006, p.103).

A câmara temática da vida segura também adota a perspectiva de raça nas Políticas Públicas de Juventude. Ela expõe as desigualdades de origem étnico/racial em nível de escolarização, inserção no mercado de trabalho e rendimentos de negros e brancos. Questiona também, a ideologia da democracia racial, marca da construção da identidade nacional brasileira, bem como as relações racistas estabelecidas na formação histórica e cultural do país. Ainda tratam da especificidade dos jovens quilombolas e da liberdade de culto às religiões afro-brasileiras, seguidamente perseguidas. Dessa forma, fundamentam os posicionamentos referentes às ações a serem desenvolvidas em âmbito federal no seguinte registro: “Há a necessidade de ações que visem promover uma sociedade que não seja preconceituosa e que não discrimine negros/as, seja em suas instituições, seja nas relações particulares e privadas, seja nas suas especificidades” (NOVAES et al, 2006, p. 96).

Especificamente no sentido de promover a visibilidade da população negra e combater discriminações de cunho racial da parte de instituições públicas, recomendam ações no campo da assistência social, cultura, produção de conhecimento e segurança pública. Chamam especial atenção para a conjugação de enfoques raciais e geracionais na segurança pública modo de violações de direito dessa população. Em linhas gerais, os conselheiros sugerem:

Devem ser criados, nesse sentido, outros locais que disseminem e contribuam para a valorização das produções étnico-raciais, em especial a

dos/das negros/as jovens, como centros de referência, museus, teatros, concursos, incentivo às pesquisas, entre outros. Também se deve influir sobre as produções no campo da mídia, bem como apoiar iniciativas culturais de produção dos/das jovens (NOVAES et al, 2006, p. 98).

A intersecção entre juventude e religião é construída no CONJUVE com base na ideia da tolerância, tendo em vista as discriminações existentes em relação a determinadas práticas religiosas. A vista disso, a câmara temática da vida segura esboça recomendações que podem ser assim sumariadas (NOVAES et al, 2006, p.102):

- 1) Incentivo a divulgação de conteúdos sobre a história e o papel das religiões na sociedade brasileira; sobre a liberdade e o respeito à diferença religiosa como requisito da democracia política;
- 2) Fomento à presença de professores/as previamente preparados para o ensino religioso na escola pública, e para combate a quaisquer intolerâncias e repúdio a proselitismos;
- 3) Realização de campanhas para disseminar valores como a tolerância e a solidariedade, representados pela expressão “eu respeito” entre os possíveis *slogans* de campanhas.

Tal conteúdo da agenda do CONJUVE denota a expressão da juventude religiosa no embate pelo reconhecimento e representação de suas demandas, lembrando as postulações de Nancy Fraser (2007a) sobre o impacto da dimensão política na obtenção da justiça social. A defesa de inclusão da pluralidade a partir do engajamento cívico pode ser identificada na recomendação de que “o governo incentive a criação de um grupo plural de jovens religiosos, com vistas para a discussão, posicionamento e mobilização dos/das jovens engajados em grupos religiosos frente às questões emergentes e públicas da sociedade brasileira” (NOVAES et al, 2006, p.102).

Entre os temas das juventudes, igualmente aparecem as reivindicações dos jovens indígenas. Essas se situam no âmbito do trabalho, representado pela proposta de programas de profissionalização e desenvolvimento econômico. Na educação, cultura, esportes e política, sugerem: 1) Desenvolver oficinas, atividades educativas, atividades esportivas (inclusive com esportes tradicionais da cultura indígena como, por exemplo, o arco e flecha e a canoagem), no sentido de aumentar a auto-estima do/ da jovem indígena e 2) Desenvolver oficinas e disponibilizar equipamentos de comunicação (produção de vídeos, Internet, fotografia, etc.) para que os/as jovens sejam incentivados a produzir produções e registros sobre os assuntos que acharem pertinentes (NOVAES et al, 2006, p. 107). As ações devem considerar os traços

culturais de cada grupo indígena para valorizá-los e atingir os objetivos de garantia dos seus direitos de maneira eficaz.

Na Pastoral da Juventude, os jovens indígenas e de outras culturas invisibilizadas, tais como ribeirinha, rural e quilombola são o público do projeto desenvolvido pela instituição “Conhecendo a diversidade da juventude indígena (AJURI)”. Para tanto, partem da ideia do reconhecimento e do diálogo entre jovens de diversas origens, como expressa o conteúdo abaixo:

A diversidade e a pluralidade juvenil é outro aspecto a ser garantido com o projeto Ajuri para aproximação, diálogo e troca com os jovens dos povos e comunidades tradicionais: indígenas, ribeirinhos, quilombolas, ciganos, comunidades de terreiros, pescadores artesanais, caiçaras, pomeranos, faxinalenses, pantaneiros, quebradeiras de coco, caboclos, mestiços, agro-estrativistas, seringueiros, fundos de pastos, para a preservação e reconhecimento de sua cultura, línguas, costumes e combates às práticas exploratórias (PASTORAL DA JUVENTUDE).

O projeto tem o enfoque nas diferentes identidades, conforme as origens culturais dos jovens, como mostrado na sua caracterização, O “AJURI” visa contribuir “na afirmação da identidade cultural e social dos/as jovens indígenas, quilombolas, ribeirinhos e rurais, e a construção de uma pedagogia que respeite estas realidades.” Cabe ressaltar que o fortalecimento das identidades é contextualizado na concepção religiosa da instituição, embora também demonstre conotação política evidenciada nos seguintes termos:

O projeto tem como objetivo despertar na caminhada da Pastoral da Juventude maior conhecimento da diversidade juvenil, fortalecendo e revitalizando a resistência e identidade cultural dos/as jovens envolvidos/as no projeto, para desenvolver uma campanha em favor destas populações para quebrar com o preconceito mostrando a história desses povos (PASTORAL DA JUVENTUDE).

Para a pastoral da juventude, o intuito é promover o (re)conhecimento sobre essas culturas e fortalecê-las entre esse segmento. Assim, afirma ser “urgente o conhecimento e a valorização da imensa diversidade do bioma brasileiro: a Amazônia, a Caatinga, o Cerrado, o Pantanal, os Pampas” (PASTORAL DA JUVENTUDE).

Até aqui foram apresentados os conteúdos relativos à agenda pública de juventude, destacando-se os marcos internacionais de direitos humanos (ver Quadro 3), entre os aspectos determinantes da sua composição. A estes se somou o contexto de globalização que propiciou a sua disseminação, a mobilização da juventude por direitos civis, em função do ECA, nos anos de 1990 e, recentemente, o processo de formação de consensos acerca das políticas públicas de juventude. A partir do conteúdo dos *sites* examinados privilegiou-se o enfoque no

reconhecimento de demandas sob diferentes perspectivas de direitos humanos, como a da qualidade de vida, do desenvolvimento integral (educação, cultura e trabalho) e da vida segura. Tendo isso em vista, as perspectivas de gênero, raça e etnia foram agregadas à exposição das realidades de desigualdade e exclusão a serem superadas politicamente pela aceção de direitos humanos.

Consoante aos recursos teóricos adotados neste trabalho que associam a noção de representação da ordem política, de redistribuição econômica e de reconhecimento de grupos marginalizados à realização da justiça social (FRASER, 2009), a juventude parece estar avançando na dimensão cultural e nas pretensões de ocupar espaços de representação política. Não obstante, no campo da redistribuição de recursos e, em decorrência, a realização integral da Justiça Social, as políticas públicas de juventude apresentam desafios a sua plena concretização.

O próximo item é dedicado a refletir sobre como a juventude é enfocada no âmbito da agenda pública e no contexto de elaboração e implementação das Políticas Públicas de Juventude.

### 5.3 A (DES) ESSENCIALIZAÇÃO DA JUVENTUDE

No documento, Conselho Nacional de Juventude: natureza, composição e funcionamento, Helena Abramo mostra concepções de juventude marcadas pelo risco e problema social, evidenciadas na opinião pública nos últimos vinte anos. Os fenômenos resultantes da exclusão social e das mudanças econômicas e sociais, violência, desemprego, vulnerabilidades, vêm consolidando tais noções. Em reação a elas, os programas e os movimentos organizados de juventude posicionam-se de modo a oferecer respostas imediatas a essas situações e afirmar a juventude como sujeito de direitos. Como se pode ver no comentário abaixo:

Quando o tema da juventude alcança a agenda política, vem impulsionado por uma preocupação manifesta de forma reiterada na opinião pública, com os chamados “problemas da juventude” (questões que vinculam moças e rapazes a situações de transgressão, de desvio, de comportamentos de risco: gravidez na adolescência, violência urbana, uso abusivo de drogas lícitas e ilícitas, entre outros) (FREITAS, 2007, p. 15).

A nova configuração social e política direciona a mobilização juvenil para realidades mais pontuais e, muitas vezes, voltadas ao diálogo com instâncias governamentais, como no caso das instituições comentadas neste trabalho. De outra forma, nas décadas anteriores, os movimentos de juventude, principalmente estudantis, organizavam-se em torno da contestação ao regime militar e outras causas políticas. Por isso, Hermes Zanetti considera aqueles jovens nacionalistas, progressistas e revolucionários...

[...] os movimentos estudados, no Brasil, mostram uma juventude nacionalista, progressista e revolucionária. Podemos lembrar a participação da juventude brasileira na campanha “o Petróleo é Nosso”, no suporte para as “Reformas de Base”, na luta pela ampliação de vagas escolares, no enfrentamento com a ditadura militar, na “Passeata dos 100 Mil”, na conquista do direito de voto aos jovens, nos episódios “Diretas Já” e “Fora, Collor”, entre outros (Zanetti, 2001, p. 63).

A ideia de juventude revolucionária também aparece nos posicionamentos expressos por jovens das igrejas cristãs quanto a sua atuação política e religiosa, remetendo o seu início aos anos de 1950 e chegando ao período também analisado pelo autor supra citado.

Experiências que, além do desejo de reunir as juventudes, também acabaram por representar uma reação ao conservadorismo das elites religiosas de então. Essas iniciativas se localizaram entre os estudantes, especialmente universitários que, imersos no ambiente estudantil da época, buscaram estabelecer sínteses entre suas crenças e uma participação social e política engajada, em meio a uma sociedade em forte mudança. A atuação desses grupos se caracterizava, por um lado, pela tentativa de renovar o espaço eclesial e, por outro, em promover e incentivar a militância de seus participantes nos movimentos e processos sociais em curso (FREITAS, 2007, p. 37).

Percebe-se, nas palavras destacadas, uma atitude contestatória dos jovens à conjuntura religiosa e social da época, evocada com frequência por aqueles que participaram de mobilizações juvenis nos anos de 1960 e 1970. Os representantes das juventudes cristãs relembram organizações como a Juventude Agrária Católica (JAC), a Juventude Estudantil Católica (JEC), a Juventude Independente Católica (JIC), a Juventude Operária Católica (JOC), a Juventude Universitária Católica (JUC) e outras evangélicas.

Em reação às formas como a juventude é frequentemente entendida, os representantes do CONJUVE, no documento Política Nacional de Juventude: desafios e perspectivas, consensuam a necessidade de desconstrução de uma essência atribuída aos jovens (revolucionária, delinquente, apática etc.), em razão de determinadas atitudes, para melhor definir essa população, conforme as suas nuances. Ainda que se admita a disseminação desses estereótipos na sociedade, defende-se a afirmação da juventude como sujeito de direitos.



Considerando os jovens como sujeitos de direito, evita-se qualquer entendimento de que a juventude é uma faixa-etária problemática, essencialmente por ser a mais comum vítima dos problemas socioeconômicos do país. Evita-se, também, sua idealização no sentido de entendê-la como a única protagonista da mudança, em uma nova interpretação heróica de seu papel mítico. A juventude brasileira é fruto da sociedade brasileira e, em tempos de globalização e rápidas mudanças tecnológicas, deve ter condições, oportunidades e responsabilidades específicas na construção de um país justo e próspero (NOVAES et al, 2006, p. 6).

Essa mesma compreensão é manifestada pela entidade Ação Educativa, no Programa Juventude: “As ações de formação junto a educadores focalizam a compreensão dos jovens como sujeitos de direitos, suas necessidades e estilos de aprendizagem, suas expectativas em relação à escola e outros espaços formativos”. Para tal, entendem ser fundamental a produção de conhecimento sobre a condição juvenil, atenta as suas singularidades.

A produção de pesquisas sobre a condição juvenil no Brasil dá suporte a todas essas ações e à proposição de políticas integradas que respondam às necessidades dos jovens, considerando sua singularidade etária e diversidade quanto ao pertencimento territorial e de classe, de gênero e raça (AÇÃO EDUCATIVA).

Os argumentos adotados para avançar na definição da condição juvenil é a do reconhecimento das especificidades e pluralidade dessa população, conforme o argumento de Elisabete Garbin (2003) sobre a relação das modalidades de ser jovem e a identificação e construção de identidades. As diretrizes das PPJs, propostas pelo CONJUVE, seguem esse pressuposto.

Sendo tema de interesse público, a condição juvenil deve ser tratada sem estereótipos e a consagração dos direitos dos/das jovens precisa partir da própria diversidade que caracteriza a(s) juventude(s). Em termos políticos e sociais, os e as jovens são sujeito de direitos coletivos. Sua autonomia deve ser respeitada, suas identidades, formas de agir, viver e se expressar valorizadas (NOVAES et al, 2006, p. 5).

A diversidade que compõe a juventude brasileira também é tema do projeto “Conhecendo a diversidade da juventude indígena, ribeirinha, rural e quilombola”, da Pastoral da Juventude cujo enfoque são comunidades mais afastadas dos centros urbanos e, portanto, com menor visibilidade. Com a perspectiva da pluralidade da condição e da valorização de identidades juvenis, defendem que “É preciso conhecer a realidade indígena, a realidade dos ribeirinhos, rurais e quilombolas e outras realidades juvenis, seu modo de viver e ver o mundo para ampliar nossas reflexões e ações”. Quanto à condução das ações, a instituição acredita que os educadores devem basear-se no princípio dos jovens como sujeitos de direitos, ou seja,

é fundamental para o desenvolvimento do processo educativo dos jovens considerarem as “suas necessidades e estilos de aprendizagem, suas expectativas em relação à escola e outros espaços formativos”.

Outra discussão suscitada no contexto da afirmação da diversidade e da condição juvenil é expressa pelo E-jovem, no editorial “Jovens *Gays*. Militância é uma coisa complicada”. A instituição denuncia a estrutura de dominação que invisibiliza e discrimina algumas manifestações juvenis, argumentando que “vivemos numa sociedade homofóbica e adultocêntrica, isto é, uma sociedade que valoriza a heterossexualidade e as pessoas adultas (não só, claro - também valoriza os homens, brancos e ricos)”. Tendo isso em vista, comentam a complexidade da condição juvenil:

Ser jovem é complicado; ser jovem e *gay*, mais ainda; jovem, *gay* e militante é pedir pra sair - mas quando ouvimos cada um tocando sua música, feliz da vida, todas as dificuldades desaparecem. O que fica são mensagens como esta, enviada por um garoto de 14 anos: "Você não sabe como este *site* mudou minha vida, me fez ter uma noção maior de como não estou só. Adoraria ajudar outros jovens como o *site* me ajudou" (RIBEIRO).

O conteúdo que segue sobre a condição de jovem *gay* revela os entraves culturais à organização política desse segmento. Nele são pontuadas as causas das dificuldades enfrentadas em manifestar-se, por serem entendidos como cidadãos de segunda categoria, uma vez que estão afastados do modelo de referência de cidadania. Para eles, a militância do jovem *gay* é marcada pela dupla opressão por serem jovens e homossexuais.

[...] mesmo entre militantes somos discriminados: ora somos adolescentes no meio de adultos (na militância *gay*), ora somos *gays* entre héteros (na militância juvenil). Isso pra não falar da militância dos direitos da criança e do adolescente (DCA), que nos vê como o quinto cavaleiro do Apocalipse! Para eles (e muitos outros das militâncias *gay* e juvenil) somos pedófilos comedores de criancinhas simplesmente por pronunciarmos as palavras "adolescente" e "*gay*" na mesma frase. Pecado mortal! (RIBEIRO).

A existência da dominação geracional e de orientação sexual entre os movimentos GLBT, além de outras causas e a desinformação gerada por essa conjuntura justifica a existência e relevância do E-jovem. Então, diagnosticam:

Alguns grupos *gays* trabalham com jovens, mas estes não são sua prioridade. E muitos grupos jovens têm membros *gays*, mas geralmente o silêncio é total sobre o assunto. Sem grupos como o E-jovem, aqueles adolescentes que têm mais dificuldade em seguir em frente não terão a quem recorrer. Serão milhares de jovens por ano sofrendo violência, transando sem camisinha, tentando o suicídio (e conseguindo!) ou, simplesmente, vivendo sem aproveitar tudo o que a vida tem para lhes oferecer (RIBEIRO).

Essas demandas por reconhecimento de identidades expressas pelos conteúdos de diferentes instituições, que referenciam os direitos difusos, não exclui a necessidade de consolidarem-se direitos de primeira geração, ou seja, o CONJUVE também posiciona-se favorável à garantia de direitos civis para que todos tenham a mesmas possibilidades de participação do mundo público, segundo pressuposto da igualdade. Os conselheiros afirmam que “No caso das juventudes, a necessidade de articular a busca da igualdade individual de condições com a valorização da diferença é atributo essencial para a afirmação de direitos e, conseqüentemente, para a elaboração e implementação de políticas públicas” (NOVAES et al, 2006, p. 6). Daí a intensa mobilização do conselho e da bancada jovem para aprovar a PEC da juventude e a discussão do Estatuto da Juventude.

Segundo os conselheiros, a sua busca de consenso e entendimento sobre a juventude, evitando estereótipos e generalizações, tem contribuído positivamente para a inclusão de novas concepções acerca desse segmento no âmbito das políticas públicas, verbalizando que:

[...] esta experiência inédita já está influenciando a concepção de Programas, ações e Projetos voltados para a juventude, nos quais já se evitam jargões que voluntária ou involuntariamente enfatizam a juventude como ameaça imediata ou potencial ou generalizam situações específicas, tomando a parte pelo todo (NOVAES et al, 2006 p. 8).

Manifestação semelhante foi notada nos debates sobre educação da câmara temática do desenvolvimento integral em relação ao conceito de moratória social - fase de preparação para o futuro (MARGULIS; URRESTI, 2008). No diálogo gerado, a realidade juvenil e a necessidade de sua inserção no mundo produtivo foram evocadas no argumento de que seria mais condizente propor uma política capaz de equilibrar a qualidade de vida no tempo presente e a preparação para o futuro do que contemplar a possibilidade de a juventude poder contar com um tempo exclusivo para destinar aos estudos (moratória). Esta crítica é afiançada em argumento apresentado no CONJUVE, como segue:

Trata-se, portanto, de não reduzir o debate apenas a uma dimensão da vivência juvenil, que quase sempre enfoca somente o aspecto formativo-educacional (deste modo, o seu vir-a-ser), mas de considerar que essa vivência é pluridimensional e constitui-se no tempo presente (NOVAES et al, 2006, p. 21).

A integração da vivência do tempo presente e da preparação para o futuro é traduzida na defesa da integração entre trabalho e educação, por exemplo. Nesse sentido, a percepção da

condição juvenil ser conformada com igual importância nas duas esferas, leva à ponderação de

[...] não ser mais possível que educação e trabalho sejam considerados como situações da vida dos jovens que necessariamente se anulam, de modo que os jovens devam somente estudar até que estejam supostamente preparados para o mercado de trabalho, em idade legal (NOVAES et al, 2006, p. 27).

Ainda no domínio da educação e do trabalho, a reflexão, em destaque, traz à tona desigualdades que demarcam a distância entre segmentos juvenis, expressando disparidades capazes de promover a criatividade de alguns e dificultar a de outros.

Hoje o que se tem é uma perversa diferenciação entre jovens que podem combinar trabalhos criativos e educação de qualidade, e outros que, quando têm emprego e tentam perseguir alguma escolarização, têm que se engajar em trabalhos exaustivos que tolhem a possibilidade de dedicação a estudos mais reflexivos e críticos (NOVAES et al, 2006, p. 27).

Outro elemento considerado cada vez mais fundamental na condição juvenil são as tecnologias de informação e comunicação, que se relacionam com as três dimensões discutidas pela câmara temática do desenvolvimento integral, educação, trabalho e cultura. É o que se vê no seguinte conteúdo “O acesso e utilização da informação e dos meios de comunicação passam, então, a constituir direitos inalienáveis do ser humano, assim como o direito de ir e vir” (NOVAES et al, 2006, p. 33).

Já a câmara temática Vida segura: valorização da diversidade e respeito aos Direitos Humanos aborda a construção do jovem como risco social. O argumento central é o de que a insegurança estimula a culpabilização dos jovens. Da mesma forma, é comum atribuir-se, equivocadamente, ao Estatuto da Criança e do Adolescente a responsabilidade sobre a proporção de jovens infratores. Registram os conselheiros “Para os que defendem o rebaixamento da maioria penal, a legislação atual (Estatuto da Criança e do Adolescente ECA/1990) é excessivamente condescendente com os/ as adolescentes e, por isso, ineficaz no combate à criminalidade juvenil” (NOVAES et al, 2006, p. 82).

Por isso, em 2006, tramitavam dezesseis projetos de lei, propondo a diminuição da maioria penal. Ainda, essas propostas empreendem em ações sustentadas na punição e no controle dos comportamentos desviantes, como historicamente vem se constituindo as políticas de segurança pública. Caracterizam, assim, esses projetos como “um discurso e de um conjunto de práticas que tendem a culpabilizar os indivíduos jovens pela violência” (NOVAES et al, 2006, p. 82).

Entre os temas que ilustram a concepção de risco social, nas demandas construídas pelas e pelos jovens, está a gravidez na adolescência. Os conselheiros acreditam ser necessário “Desconstruir a forma como parte da mídia representa essas jovens grávidas, alimentando estereótipos e estigmas” e “Incluir homens jovens no debate sobre paternidade responsável” (NOVAES et al, 2006, p. 93).

Jovens militantes das causas *gays* do E-jovem, por sua vez, no editorial “Conheça as 4 prioridades – Especial: Conferência da juventude”, reivindicam iniciativas de humanização da segurança pública e de delegacias especializadas em crimes raciais e delitos de intolerância (DECRADI), sob justificativa da recorrência de situações em que o jovem é criminalizado arbitrariamente. Segundo eles, essa foi a proposta que mais sensibilizou os demais jovens da I Conferência Nacional de Juventude.

Todos lá sentem na pele como a juventude é criminalizada, é automaticamente culpada de qualquer coisa. No caso GLBT, é preciso que o Estado crie políticas de segurança pública que garantam segurança em espaços de frequência e convivência GLBT, com policiais capacitados para respeitar a diversidade e para o combate à homofobia (RIBEIRO).

Por fim, a Confederação Nacional dos Jovens Empresários (CONAJE) expressa concepções de juventude quando esclarece alguns valores da instituição “Ética, Espírito jovem, Interdependência, Pluralidade, Patriotismo e Transparência”. A ética e a transparência representam a ideia de juventude livre da má conduta típica do mundo dos adultos, do espaço público. A pluralidade remete à diversidade pela qual a realidade juvenil vem sendo entendida, tendo em vista a dimensão da identidade. Ao mesmo tempo, entendem a juventude como uma categoria universal no sentido que estas identidades são interdependentes e formadoras de uma nação (patriotismo). Portanto, a cidadania juvenil localiza-se em um espaço territorial definido e que deve ser afirmado. Por fim, destaca-se o termo Espírito jovem, a força para o trabalho, o dinamismo e iniciativas inéditas, relativa à juvenilização da cultura (PAIS, 2003; REGUILLO, 2003).

Os conteúdos apresentados nesta seção ilustraram as concepções de juventude de risco social, revolucionária, sujeito de direitos, bem como a necessidade de não cair em essencialismos ao analisá-la em relação a diferentes aspectos da vida social. Ao lado disso, nota-se que assim como nos conteúdos dos estudos de juventude, a noção de moratória é mencionada com certa frequência para questionar seu alcance para explicar determinados contextos. Dentre as correntes analíticas sobre a moratória social, a corrente geracional,

referenciada por Regina Novaes e Cristina Vital (2005) oferecem subsídios para as conclusões extraídas a partir do material até aqui trabalhado. Identificaram-se, nas reflexões e demandas expostas pelas instituições, fenômenos característicos das três marcas da atual geração jovem, quais sejam a problemática de inserção no mundo do trabalho; a violência que diminui a perspectiva de vida dos jovens; integração ao mundo via tecnologias da informação, como um dos princípios da vivência plena da condição juvenil. E, principalmente, a geração mais jovem é concebida como um sujeito de direitos e com demandas diversificadas, na maior parte dos conteúdos.

Essas concepções de juventude debatidas ou implícitas nos conteúdos dos atores que compõem a Política Nacional de Juventude, quais sejam revolucionária, problema/risco social, futuro, são relacionadas à trajetória das políticas públicas para a juventude na pesquisa de Julio Bango (2003). O autor identifica tais noções a orientar as políticas desde a década de 1950 até 1990. Estabelecer a conexão entre o jovem como sujeito de direitos e as políticas públicas é o desafio expresso nos conteúdos a seguir, no que tange à aprovação de marcos legais, gestão, controle social, implementação, avaliação e conteúdos das Políticas Públicas de Juventude, a partir de 2005.

#### 5.4 POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE: UM DEBATE INSTITUCIONAL E CULTURAL

Os conteúdos das políticas e as organizações da sociedade civil que conformam a inserção da juventude na agenda pública brasileira estão expostos no documento do Conselho Nacional de Juventude: natureza, composição e funcionamento, segundo abordagem próxima aos enfoques do modelo de processo político (DYE, 2009). No material, Helena Abramo identifica postas na agenda política, ações de combate à violência, drogadição e gravidez na adolescência, empreendidas nos anos de 1990, juntamente à concepção do risco social. Observa, também, no mesmo período, reações de movimentos organizados de juventude contra tais iniciativas. De fato, essas apresentaram poucos resultados, visto a crescente vulnerabilidade de determinados segmentos de jovens.

Quando o tema da juventude alcança a agenda política, vem impulsionado por uma preocupação manifesta de forma reiterada na opinião pública [...] pelas proposições de ações de enfrentamento destes problemas (gravidez na adolescência, violência urbana, uso abusivo de drogas lícitas e ilícitas), a

partir de experiências desenvolvidas por organismos da sociedade civil e alguns programas governamentais; e por protestos de jovens e organizações juvenis contra situações de exclusão e estigmatização a que estão submetidos ou as que vislumbram em seu futuro, e pela demanda de possibilidades de participação nas definições das ações a eles dirigidas e nas estruturas de poder (FREITAS, 2007, p. 15).

Diagnóstico semelhante foi esboçado no parágrafo introdutório da Carta aberta à presidenta Dilma Rousseff. As entidades presentes no 4º Diálogo Nacional de Movimentos e Organizações Juvenis afirmam que até recentemente o Estado brasileiro dedica-se “a temática juvenil de forma meramente reativa”, com algumas mudanças nas duas últimas gestões presidenciais. Os fatores internos e externos causadores de alterações nas crenças e ações no campo das políticas de juventude, no sentido trabalhado pela perspectiva da coalizão de defesa (SOUZA, 2006), são representados no conteúdo exposto:

Nós, entidades, organizações do movimento juvenil brasileiro e ativistas das políticas públicas de juventude, reunidos em mais uma edição do Diálogo Nacional de Movimentos e Organizações Juvenis avaliamos que por muito tempo o Estado Brasileiro tratou a temática juvenil de forma meramente reativa. Nos últimos anos, no entanto, o tema ganhou maior visibilidade devido à organização e esforço de movimentos juvenis, forças políticas e sociais que produziram relevantes iniciativas (CARTA À PRESIDENTA, 2011).

Dessa forma, as políticas públicas existentes aproximavam-se da definição da UNESCO (2004, p. 4) de políticas para a juventude, para qual é papel do Estado garantir o lugar e o bem-estar social dos jovens na alocação de recursos. Ou seja, os jovens são entendidos como beneficiários do Estado e de organizações da sociedade civil, para resolução de questões pontuais, a partir de uma dinâmica distributiva. No Brasil, as políticas para a juventude, por serem reativas a problemas sociais, como comentados pelas entidades presentes no 4º Diálogo Nacional de Movimentos e Organizações Juvenis, propunham reduzir consequências da exclusão social; eram medidas reparatórias ou compensatórias e pouco eficazes no sentido de gerar bem-estar social. Recentemente, desde a perspectiva das políticas públicas para a juventude, houve intensa mobilização em torno da votação da emenda constitucional da juventude que tem o objetivo de priorizar os jovens no acesso a direitos constitucionais.

A partir da década de 1990, as políticas governamentais com a juventude são pautadas pelos movimentos juvenis, de modo a ampliar a sua participação no âmbito executivo, conforme os enunciados acima apresentados, da Carta aberta à presidenta Dilma Rousseff. Ainda hoje, a atuação de atores sociais junto às Políticas Públicas de Juventude não chegou

aos níveis esperados, visto a insistente afirmação dos movimentos e organizações da sua presença nelas.

É imprescindível a forte presença e engajamento das juventudes partidárias, entidades e movimentos juvenis, intelectualidade e organizações da sociedade comprometidas com esta pauta, na caminhada pela emancipação da juventude e consolidação das políticas públicas de juventude (CARTA À PRESIDENTA, 2011).

Precisamente, as políticas com a juventude compreendem “articulações entre instituições, o lugar dos adultos, dos jovens e a interação simétrica desses atores, e a importância do investimento nos jovens para a sua formação e exercício do fazer política” (UNESCO, 2004, p. 6).

Acerca do desafio de consolidarem-se tal dinâmica nas políticas, no documento Conselho Nacional de Juventude: natureza, composição e funcionamento, registrou-se o debate acerca da participação, no CONJUVE, de grupos de segmentos juvenis com menos tradição, como o hip-hop, quando comparados aos existentes desde os anos de 1960. Às entidades estudantis e partidárias é atribuído o foco na luta e nas conquistas pela institucionalização das demandas de juventude, visto que outros movimentos, os sindicalistas, por exemplo, recentemente têm promovido setores de juventude. Essa baixa institucionalização dos movimentos de juventude, a diversidade que há entre eles e o processo de formação de consensos, em curso, sobre as PPJs, resultam em escassa capacidade de influência do conselho na gestão das políticas, no sentido de orientá-la segundo os paradigmas dos direitos de juventude.

[...] muitos dos atores juvenis mais institucionalizados, com prática política mais incorporada (como as entidades estudantis e as juventudes partidárias), centraram sua atuação na reivindicação de criação de organismos gestores de políticas e nos mecanismos de participação dos jovens em tais organismos [...], mas quase sem propostas de “conteúdo” para tal gestão, quase sem demandas de políticas específicas (para além daquelas relativas à educação) (NOVAES et al, 2006, p. 16).

No âmbito da construção e gestão das PPJs com diferentes atores, na Carta à Dilma Rousseff, alguns movimentos avaliam positivamente a Conferência Nacional de Juventude, em 2008, iniciativa promovida pelo CONJUVE e pela Secretaria Nacional de Juventude para debater propostas das juventudes organizadas. Assim expressa o seguinte conteúdo: “o Governo Lula optou por realizar um amplo processo participativo por meio da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude que envolveu mais de 400 mil pessoas, num



processo complexo de mobilização, onde 22 propostas foram priorizadas” (CARTA À PRESIDENTA, 2011).

Também a organização Ação Educativa faz referência, no seu *site*, às Conferências Nacionais de Juventude, como um projeto do qual é apoiadora, por considerar esse “um espaço de diálogo entre o poder público e a sociedade sobre os desafios da construção de políticas públicas para o segmento juvenil e as alternativas que devem ser adotadas pelos governos para responder a eles”. Também menciona o objetivo central do evento, qual seja: “promover o direito à participação, fortalecer a articulação da juventude e indicar, ao poder público, as prioridades de ações e programas relacionados ao tema, além de contribuir para mudar o patamar de compreensão da sociedade sobre este segmento”. A par disso, é ressaltada a pertinência dos debates propiciados a partir dos eixos temáticos do evento, Democracia, Participação e Desenvolvimento Nacional, para identificar desafios e prioridades e estabelecer parâmetros e diretrizes da Política Nacional de Juventude. Outrossim, avaliam, positivamente, a adoção de dinâmicas preparatórias em estados e municípios para oportunizar melhor conhecimento acerca de demandas localizadas. Por fim, destacam, no *site*, as dimensões das primeiras fases da conferência em questão que nas “etapas preparatórias livres, municipais e estaduais envolveram 24 mil pessoas dos 26 estados e distrito federal.

Já a definição de Políticas Públicas de Juventude, sintetizada no resumo executivo da UNESCO (2004), aborda o reconhecimento da diversidade juvenil segundo raça, gênero e classe social, agregando as dimensões *para* e *com* a juventude, ou seja, o foco assistencial e o participativo. Sérgio Balardini (1999), por sua vez, caracteriza o tipo de ações executadas nas Políticas Públicas de Juventude como abrangentes de um universo mais geral do período juvenil, focalizando ações de caráter reparatório e compensatório, de forma a interferir em processos de socialização.

No contexto brasileiro, percebem-se disputas de baixa intensidade pela pauta e diretrizes das Políticas Públicas de Juventude entre os movimentos juvenis. Em avaliação do próprio CONJUVE, os conselheiros detectam que a sua criação é realizada diante de um “quadro de ainda incipiente debate político e quase nenhuma articulação nacional” (FREITAS, 2007, p. 17). Tal configuração impacta uma baixa capacidade do órgão de exercício do controle social e da representação da sociedade civil “o Conjuve, [no] primeiro ano de sua existência, pouco ou nada exerceu de sua função de fiscalização ou controle de execução das políticas dirigidas aos jovens” (FREITAS, 2007, p. 17). Ainda, os conselheiros admitem que o órgão em questão “tem baixa influência nas tomadas de decisão do governo

federal” (FREITAS, 2007, p 25). Um dos efeitos disso, registrado no referido documento, é a falta de ingerência do conselho nas políticas e orçamentos destinados à juventude. Ao que se somam a herança de fragmentação das políticas destinadas à juventude e a dificuldade de diálogo entre ministérios enquanto fatores a inviabilizar o controle social do Conselho.

No caso do Conjuve foi relatado que boa parte das iniciativas dirigidas aos jovens existentes hoje, como proposição do governo federal, já se encontrava em execução no momento de criação do Conjuve e hoje há uma fragilidade na capacidade de influência dos conselheiros e das conselheiras na alteração dessas políticas. Soma-se a isso o fato de que as iniciativas dirigidas aos jovens encontram-se em diferentes pastas ministeriais, cada uma com seu orçamento específico. A capacidade dos conselheiros de influir nas políticas, em decorrência da inexistência de uma Política Nacional de Juventude, articulada e organizada de forma intersetorial, estaria fragilizada (FREITAS, 2007, p. 19).

Sendo assim, os pressupostos do reconhecimento da diversidade juvenil e da participação nas PPJs ficam prejudicados. Além disso, os requisitos fundamentais para haver uma Política Pública de Juventude (UNESCO 2004) não são atingidos, pois o CONJUVE foi instituído sem que houvesse consenso nas definições de quais políticas públicas seriam necessárias para promover a cidadania e os direitos humanos da juventude.

Nesse ponto, a ideia de coalizões de defesa referenciadas por Celina Souza (2006), suscita duas observações acerca das PPJs. Por um lado, predomina a fragmentação das ações resultante das disputas e da falta de diálogo entre ministérios, como diagnosticado anteriormente por Nair Teles e Rafael Freitas (2008). Por outro lado, a criação da Secretaria Nacional de Juventude e do CONJUVE, em alguma medida, fortaleceu a juventude como questão política, motivou a mobilização de grupos em torno da temática e incorporou à gestão dessas políticas pesquisadores na área de juventude. Um exemplo é a articulação das jovens feministas para disputar o CONJUVE, em 2009.

[...] por sermos jovens feministas conscientes de nossa responsabilidade na construção de uma sociedade não sexista, não racista, não lesbofóbica e não opressora convocamos todas as mulheres organizadas no Movimento Feminista, em coletivos de jovens, núcleos universitários, organizações de pesquisas, organizações comunitárias e de base, sindicatos, partidos, de povos tradicionais, organizações educacionais e culturais, em organizações de trabalho e renda. Todas as mulheres, onde quer que estejam organizadas, a disputarem o CONJUVE, pois este é um espaço que carece de intervenção feminista para a garantia dos direitos humanos das jovens mulheres (DIÁLOGO JOVEM, 2009).

Do ponto de vista institucional, a questão da integração entre ministérios, juntamente com as atribuições de cada ente federativo e a criação de institucionalidades (Secretaria

nacional, estaduais, municipais, conselhos e programas), fundamentais à consolidação das PPJs (UNESCO, 2004), aparece em conteúdos de instituições diferentes. Cabe ressaltar a correspondência desses enfoques com abordagens institucionalistas conforme Thomas Dye (2009). Por exemplo, o ProJovem Urbano prevê

[...] a criação/implementação/potencialização de instâncias da juventude, tais como secretarias estaduais, municipais e do DF de juventude e conselhos que possam promover a transversalidade da política e dar sustentação às coordenações locais para articular, nesses níveis, as diferentes dimensões do ProJovem Urbano (PROJOVEM, 2007).

Na mesma direção, a carta da juventude à Dilma Rousseff, redigida em 2011, três anos depois do documento acima citado, avalia positivamente a criação de institucionalidades de atenção e participação, além de programas para a juventude.

Acreditamos que o grande marco que representa o avanço nesta trajetória deu-se no Governo Lula com a institucionalização das PPJs no Brasil através da criação da Secretaria, do Conselho Nacional de Juventude e do ProJovem a partir de 2005. Tais iniciativas deixaram um importante legado e criaram condições concretas para que esta pauta avance ainda mais no Governo da Presidenta Dilma Rousseff (CARTA À PRESIDENTA, 2011).

Ainda, no *site* do programa supracitado, enfatiza-se a gestão baseada na integração de diferentes ministérios para compor as políticas públicas de juventude.

Para viabilizar a concepção interdimensional do ProJovem Urbano, é necessário que sua gestão seja inter-setorial e compartilhada pelos órgãos de administração de políticas de juventude, educação, trabalho e desenvolvimento social, em todos os níveis de implementação (PROJOVEM, 2007).

Cabe registrar a avaliação positiva do PROJOVEM e de outros, Escolas Técnicas Federais, PROUNI, REUNI, Pontos de Cultura e as Praças da Juventude, pelos movimentos de juventude, no sentido de beneficiar diferentes segmentos.

Temos que valorizar o avanço e o fortalecimento que o Projovem integrado trouxe à política de juventude. Esse programa colaborou e ajudou a tirar as PPJs da invisibilidade, bem como a garantir direitos para parcela da juventude brasileira mais excluída (CARTA À PRESIDENTA, 2011).

Voltando à questão das institucionalidades de juventude, segundo reflexões registradas pelo CONJUVE, no documento Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas, a câmara temática da vida segura, ao comentar sobre medidas para aumentar a eficácia das políticas de redução da violência, defende que essa deve ser atribuição de instituição

específica voltada às políticas de juventude em âmbito federal, estadual e municipal, sejam elas

[...] secretaria, assessoria ou coordenação preferencialmente a que já é responsável pela implementação das demais políticas públicas de juventude que realize a intercomunicação entre as agências responsáveis pelas políticas universais, somado à responsabilidade pela implementação de políticas emergenciais e específicas de prevenção e combate à violência física e letal (NOVAES et al, 2006, p. 84).

Tal medida, segundo os conselheiros, garante às políticas “a compreensão da diversidade de experiências e da condição juvenil”, requisitos centrais de enfrentamento do “fenômeno da violência entre os jovens” (NOVAES et al, 2006, p. 85). O CONJUVE expressa ser sua atribuição fomentar a implementação e a articulação de institucionalidades nas três esferas de governo, ou seja, União, Estados e Municípios: “Neste sentido, uma das tarefas futuras do CONJUVE é estimular este debate buscando, ao mesmo tempo, incentivar a implementação de Conselhos, Secretarias ou Coordenadorias de Juventude nos estados e municípios brasileiros” (NOVAES et al, 2006, p 131). E, no mesmo texto, os conselheiros definem a finalidade dessa estrutura de promover “relações de complementaridade e cooperação entre as políticas de juventude nos diferentes níveis da federação”.

Da mesma forma, a Carta da juventude aberta à presidenta Dilma Rousseff defende, como condição à consolidação das PPJs, a institucionalização da dinâmica de ação entre os três entes federados,

Estruturar Sistema Nacional de Juventude com os três entes federados (União, Estados e Municípios) articulados, buscando a equidade, tendo fontes de financiamento claras e específicas para as políticas de juventude com mecanismos diversos de controle e participação social da juventude nesse sistema (CARTA À PRESIDENTA, 2011).

Também na carta registra-se a posição favorável ao fortalecimento do CONJUVE e da rede de conselhos e à realização da 2ª Conferência Nacional de Juventude, em 2011, em defesa do modelo participativo, seguindo uma das vertentes de análise de políticas públicas identificada por Celina Souza (2006). Ao que se soma a defesa de uma integração eficaz das ações de diferentes ministérios e a elevação da Secretaria Nacional de Juventude à condição de ministério, o que requer: “Trabalhar com a perspectiva de conferir “status ministerial” à Secretaria Nacional de Juventude, a exemplo da SEPIR e SPM” (CARTA À PRESIDENTA, 2011). Tais concepções encontram correspondência no resumo executivo da UNESCO (2004)

no qual se advoga constituir a Política Nacional de Juventude como instrumento de Estado e não como programa de governo

A urgência de elevar o status da Secretaria Nacional de Juventude também é manifestada pelo CONJUVE. Para os membros do conselho, isso ampliaria a capacidade de atuação e planejamento de ambas as instituições. Alegando a fragilidade na existência e atuação do Conselho, explicam que o “Conjuve é fruto de um decreto presidencial que pode ser desfeito a qualquer momento. Além disso, ele está alocado na Secretaria Nacional de Juventude, estrutura do governo que ainda está em fase muito embrionária”. No mesmo diapasão, os conselheiros questionam se e em que medida “a sua institucionalidade garante continuidade e permanência no governo” (FREITAS, 2007, p. 27).

Outro aspecto sublinhado no documento Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas diz respeito à carência de dados e de diagnósticos sobre as realidades juvenis, tida como um dos entraves à atuação do CONJUVE para além de atribuições consultivas.

[...] as políticas dirigidas aos jovens brasileiros ainda se encontram fragmentadas em diferentes pastas ministeriais e secretarias. Sobre essas ações ainda não foram produzidas informações qualificadas que garantam um exercício de acompanhamento, monitoramento e avaliação (FREITAS, 2007, p. 26).

Quanto à carência de diagnósticos sobre juventude, tal lacuna é, em parte, atribuída ao fato do tema ter despertado maior interesse para pesquisa em período relativamente recente, por volta de 1990. Nesse sentido, os conselheiros identificam algumas abordagens presentes em um reduzido número de trabalhos procedentes para sustentar a criação e avaliação das PPIs. São elas: as que relacionam de forma integral educação, trabalho, cultura, religião, lazer, esporte, participação e tecnologias da informação, considerando a pluralidade desta população, para melhor captar as suas necessidades. Nesse registro, a carência de informações sobre políticas e realidades de juventudes foi mencionada algumas vezes, em contextos diferentes. Na câmara temática do desenvolvimento integral, uma das demandas mais importantes direciona-se ao desenvolvimento de um sistema nacional de pesquisa sobre juventude. Tal proposta consiste em integrar pesquisas já produzidas por órgãos governamentais, acadêmicos e da sociedade civil e, ao mesmo tempo, estimular o desenvolvimento de novos estudos, abordagens e metodologias.

É preciso que o governo federal considere a formação deste sistema, em diálogo com o IBGE e o IPEA, para que haja uma interação mais eficaz entre os órgãos de pesquisa, os estudos produzidos no âmbito acadêmico e na sociedade organizada e as instâncias governamentais. O sistema poderia

prever uma maior periodicidade de pesquisas, reestruturar o leque de questões a serem investigadas, incorporar recortes ausentes, orientar a realização de pesquisas pelos governos e pela sociedade civil, e indicar algumas padronizações de relevância técnica e metodológica (como, por exemplo, a homogeneização das faixas etárias internas, pois atualmente os analistas têm de lidar com informações fragmentadas e de difícil confluência). Podem ser produzidas séries históricas mais precisas e estudos longitudinais que avaliem como se comportarão e quais as oportunidades de vida surgidas entre os jovens beneficiados pelas políticas promovidas atualmente, como o ProJovem (NOVAES et al, 2006, p. 41).

Na mesma direção, o resumo executivo da UNESCO (2004), Políticas públicas de/para/com as juventudes, pontuava a criação de um Observatório permanente como ferramenta da Política Nacional de Juventude para seu acompanhamento e avaliação. Paralelo a isso, imputava à Secretaria de Juventude a tarefa de coordenar a produção de informações, de centralizar e compartilhar dados sobre as ações desenvolvidas por diferentes setores governamentais. Recomendação endossada na proposta de formação do sistema nacional de pesquisa apresentada pela câmara temática do desenvolvimento integral.

Como inscrito na literatura sobre políticas públicas, a demanda por produção de conhecimento sobre juventude contribui com as políticas públicas, tendo presente a sua finalidade de compreender as relações de poder e buscar mecanismos para resolver, de forma pacífica, os conflitos quanto a bens públicos (RUA, 1998; DYE, 2009). Da mesma forma, diagnósticos auxiliam no processo de decisão e ação, sintetizado por Celina Souza (2006) como dinâmica central da política pública (RUA, 1998; SOUZA, 2006). A aplicação de tais noções à temática de juventude vem da necessidade de não segmentá-la e de superar a característica de fragmentação das políticas para a juventude, o que ocasiona sobreposição e ineficiência nas ações (IPEA, 2008).

Na esteira desse debate, o grupo GLBTTT elege como recomendação da câmara temática da vida segura para as PPJs o fomento de estudos acerca da juventude identificada com a condição de GLBTTT. A intersecção de raça e juventude, segundo os conselheiros, também exige mais investigações específicas sobre as gerações mais jovens de quilombolas, a fim de promover reconhecimento desta cultura. Nesse sentido, consideram que “deve ser prioridade dos governos e da sociedade brasileira fomentar diagnósticos e pesquisas que possam dar visibilidade a esse sujeito de direitos, além de possibilitar a implantação de políticas públicas mais qualificadas para a juventude quilombola” (NOVAES et al, 2006, p. 96).

A câmara do desenvolvimento humano, por seu turno, considera parte do aperfeiçoamento da Política Nacional de Juventude melhorar o adensamento conceitual de qualidade de vida em contextos juvenis, o que implica em conhecer melhor as características de territorialidade. Aspecto especialmente valorizado na segunda câmara temática por propiciar a aproximação e o conhecimento das realidades locais, em específico, das carências de suas políticas públicas. Assim, esta se qualifica na medida em que se consegue apreender a situação “dos jovens nos seus respectivos espaços sociais/territórios locais identificando desejos e demandas e a presença/ ausência de equilíbrio ambiental e equipamentos de saúde, esporte, lazer que eles/elas têm direitos enquanto cidadãos e cidadãs” (NOVAES et al, 2006, p. 70).

O relatório Conselho de Juventude: natureza, composição e funcionamento, expressa as dificuldades enfrentadas pelo organismo em cada um desses quesitos. Quanto ao funcionamento do CONJUVE, a escassez de diagnósticos que contemplem as diferentes etapas do ciclo da Política Pública de Juventude é vista como ponto crítico para a sua eficácia. Um problema gerado por essa carência é a dificuldade de medir o impacto de diversos programas e ações, por exemplo. “Esse tem sido, segundo conselheiros, um elemento bastante nevrálgico (falta de diagnóstico sobre as PPJs), que dificulta inclusive o avanço do debate e a busca de mecanismos de formação, informação e atualização da sociedade” (FREITAS, 2007, p. 27).

Outro impedimento é o fato da atuação do Conselho ficar mais agregada à legitimação das ações governamentais. Limite apontado como um dos responsáveis pela representação deficitária da sociedade no órgão, o que ocorre mesmo que em sua composição a maior parte dos conselheiros seja oriunda da sociedade civil. O caráter consultivo evocado às atribuições dos conselheiros também é tido como limite para sua atuação. No entanto, existe a perspectiva do Conselho tornar-se um órgão deliberativo, o que ampliaria seu leque de ação e incidência na formulação, monitoramento e avaliação das PPJs. Cabe lembrar que tal atribuição do órgão encontra correspondência com o identificado pela literatura pertinente de que as políticas públicas podem estar sujeitas a um viés que acompanha seu ciclo desde o processo de formulação até o de avaliação (SOUZA, 2006). Nesse sentido, mostra-se oportuno registrar a manifestação dos conselheiros ao aludirem que:

- a) iniciativas dirigidas a jovens estão em diferentes políticas setoriais e o Conjuve ainda não influi sobre todas elas, ainda não se configura como instância de consulta sobre as iniciativas;
- b) não há consensos suficientemente maduros entre os conselheiros de quais são os nortes das

políticas de juventude no Brasil; c) não há um fundo sob responsabilidade do órgão (FREITAS, 2007, p. 29).

Ao lado disso, importa notar o caráter intergeracional da composição do CONJUVE, o que não o caracteriza como instância de representação da juventude do ponto de vista da presença juvenil. Nas afirmações dos conselheiros em relação à natureza do órgão, composição, procedimentos de trabalho, participação em conferências etc., transparece o anseio de que a incorporação das questões de juventude na agenda pública democratize procedimentos, estimule a mobilização de novos atores e que, com isso, mais jovens venham a integrar o Conselho, reforçando o pressuposto participativo das PPJs.

Por um lado, essa discussão leva à constatação de que é necessária a construção de espaços mais plurais de discussão de questões relacionadas aos jovens e das políticas públicas dirigidas a moças e rapazes, mas também da necessidade de contribuir para a reunião dos segmentos para os quais as políticas são dirigidas, influenciando a formação de novos atores sociais que queiram disputar e participar das decisões tomadas pelo Estado e também nos conselhos existentes no interior das gestões públicas (FREITAS, 2007, p. 22).

No trecho das propostas sobre o aperfeiçoamento do Conselho, as conferências são entendidas como espaços que garantem participação e autonomia dos jovens no processo de debate das políticas públicas e da renovação na composição do mesmo, “Indica-se o sistema de organização de conferências que discutam as políticas públicas de juventude, onde participem representantes de movimentos juvenis, entidades de apoio e gestores” (FREITAS, 2007, p. 35).

A referência à participação nas políticas públicas também é identificada no conteúdo do *site* da Pastoral da Juventude. O Projeto, desenvolvido pela instituição, “A juventude quer viver”, propõe a reflexão de temas entendidos como ameaçadores da condição de vida da juventude, tais como genocídio, violência, prostituição, drogas, etc., e, em contraposição a essas realidades, o projeto enfatiza a formação do jovem para a definição e controle de políticas públicas, para que elas sejam sensíveis às vulnerabilidades da juventude. A instituição propõe-se, então, a preparar os jovens para “acompanhar, propor e participar dos espaços de definição de políticas públicas de juventude e do controle social” (PASTORAL DA JUVENTUDE).

A Ação Educativa, por sua vez, expressa como fim último das suas ações a contribuição às políticas públicas de juventude, entendendo-as como um processo articulado entre participação, educação e conhecimento da realidade juvenil.



A Ação Educativa acredita que a participação da sociedade em processos locais, nacionais e globais é o caminho para a construção de um país mais justo. Por isso, alia a formação e a assessoria a grupos nos bairros, escolas e comunidades com a atuação em articulações amplas, a pesquisa e a produção de conhecimento com a intervenção nas políticas públicas.

O pressuposto participativo também é apoiado pelo CONJUVE para a concepção das PPJs brasileiras. No documento Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas, a importância da participação dos jovens em programas e ações; no âmbito da gestão, do monitoramento e da avaliação dessas políticas é frequentemente reforçada.

É importante que a gestão dos equipamentos voltados para os jovens seja feita em contínua relação com seu público principal. Especificamente quanto à educação, há uma contínua reivindicação pela gestão democrática da escola, o apoio às organizações estudantis, a ampliação da participação dos estudantes nas instâncias deliberativas de universidades públicas e particulares, a presença de jovens nos conselhos de educação, em todos os entes federativos, e considerando também instâncias como os conselhos referentes à pós-graduação na CAPES e no CNPq (NOVAES et al, 2006, p. 37).

A interlocução da gestão das políticas com os movimentos organizados de juventude também compõe o entendimento de participação manifestado pelo CONJUVE no trecho a seguir:

A juventude é uma dimensão social que articula movimentos de vários tipos e com distintas práticas discursivas e de organização. De acordo com essa realidade, o poder público deve ser criativo no desenvolvimento de metodologias e oportunidades que ampliem as condições de participação de um conjunto cada vez maior de jovens, assegurando a pluralidade de manifestação da juventude (NOVAES et al, 2006, p. 37).

No desenvolvimento da argumentação sobre as etapas das PPJs, os conselheiros do CONJUVE demonstram dialogar com perspectivas geracionais que implicam participação dos jovens e outros elementos comentados a seguir. Mas alertam para a possibilidade das juventudes serem utilizadas como massa de manobra para legitimar as iniciativas governamentais: “O jovem não deve ser chamado apenas a homologar as decisões previamente tomadas pelos governos. Esses, porém, devem promover o direito de todos à participação” (NOVAES et al, 2006, p. 38).

O preparo do jovem para a participação ativa, no âmbito das ações governamentais, é problematizado pela câmara do desenvolvimento humano: meio ambiente, saúde, esporte e lazer. Os conselheiros avaliam os processos de socialização, proporcionados pelas políticas estruturais direcionadas aos jovens, como despreocupados com o estímulo a práticas cidadãs.

Comentam, então, o desestímulo à formação de uma cultura participativa junto às instituições e às comunidades.

O desafio é grande se pensamos na precariedade no processo de socialização do/a jovem na sociedade (com foco no trabalho e na educação); nos mecanismos inadequados e insuficientes de inserção do jovem (na sociedade, no mundo do trabalho, no estudo, etc.); na ausência (ou não apropriação) de espaços/opções de sociabilidade (com foco na esfera política, religiosa e do esporte e lazer) para o/a jovem e, finalmente, na carência de espaços de participação da juventude em políticas voltadas à qualidade de vida (NOVAES et al, 2006, p. 69).

E, na sequência, reafirmam as Políticas Públicas de Juventude, de acordo com o proposto pela UNESCO (2004), relacionando participação dos jovens, perspectiva geracional e dinâmica de implementação e gestão no seguinte teor:

Democratizar os espaços públicos (e serviços oferecidos), tornando-os efetivamente acessíveis às diferentes juventudes, instituindo mecanismos que comportem a atuação dos jovens no controle social de políticas relacionadas ao tema da qualidade de vida em nível territorial. A consolidação da Política Nacional de Juventude só será possível através da transversalidade do enfoque geracional juvenil, da integração interministerial e da complementaridade entre Programas e Ações (NOVAES et al, 2006, p. 70).

Sobre a configuração da agenda pública de juventude, a pluralidade dos atores e das opiniões é uma característica frequentemente comentada nos registros do CONJUVE e que se reflete na organização da temática nos órgãos do governo federal. Essa pluralidade é entendida ora positiva ora negativamente, “Se é verdade que os gestores públicos ainda não dialogam entre si para articular uma Política Nacional, também é verdade que a sociedade civil, na arena de discussão sobre juventude, caracteriza-se por uma pluralidade bastante grande de opiniões” (FREITAS, 2007, p. 19). Isso equivale dizer que “há uma pluralidade de atores envolvidos no debate de juventude e não há uma única sociedade civil, um bloco uniforme no debate sobre os jovens e as políticas de juventude (FREITAS, 2007, p. 21). Em determinado momento, isso seria o motivo a justificar o caráter consultivo do conselho, mesmo considerando as suas limitações. Também, no relatório Conselho Nacional de Juventude: natureza, composição e funcionamento, fica evidenciada a pluralidade a envolver algumas ações do CONJUVE.

Ter a presença de atores muito diferentes contribuiu para a construção de uma agenda bastante plural, que se expressaria no conjunto de trabalhos (moções, cartas, resultados das câmaras temáticas e grupos de trabalho) do Conjuve. A pluralidade de questões, segundo os conselheiros, foi fruto de uma aprendizagem coletiva que se deu sem, necessariamente, um embate de opiniões (FREITAS, 2007, p. 24).

A Articulação Brasileira de Jovens Feministas discorda dessa afirmação do CONJUVE e, no Posicionamento político sobre as eleições do CONJUVE, em 2009, denuncia a falta de representação das jovens feministas:

Denunciamos que a composição do CONJUVE tem descumprido o compromisso assumido pelas juventudes no marco da construção das políticas públicas de Juventude de assegurar a pluralidade e diversidade de representações juvenis nos processos de elaboração, implementação e monitoramento das políticas públicas de juventude (DIÁLOGO JOVEM, 2009).

Assim como contestam a ausência da perspectiva de gênero nas Políticas Públicas de Juventude, alertam que “as políticas públicas de juventude no Brasil têm se orientado por uma perspectiva universalista que desconsidera as particularidades das jovens mulheres e têm contribuído para agravar e aprofundar as desigualdades de gênero, principalmente entre gerações” (DIÁLOGO JOVEM, 2009).

Outro ponto fundamental na discussão sobre as PPJs é o enfoque geracional juvenil a orientar tais políticas. Esse compreende a equação entre ações no campo da educação e da assistência social. As primeiras, promovidas pelas políticas universais, de forma transversal, e essas, pelas setorializadas. Tendo presente a natureza destas ações, busca-se a igualdade de oportunidade e a valorização das singularidades culturais, respectivamente (UNESCO, 2004). Ainda em tal referência, os pressupostos da perspectiva geracional juvenil e das PPJs são o empoderamento, a participação e a autonomia. Regina Novaes e Cristina Vital (2005), ao posicionarem-se favoráveis à construção dessa perspectiva, enfatizam a necessidade de um diálogo intergeracional e intrageracional, de forma a valorizar as culturas, valores e participações juvenis, incluindo tal segmento no espaço público.

No mesmo sentido, o CONJUVE evoca a perspectiva do reconhecimento geracional contrapondo-o à desarticulação característica das políticas direcionadas aos jovens. Isso implica que “o reconhecimento de seus direitos (juventude) deve estar alicerçado em uma perspectiva ampla de garantia de uma vida social plena e de promoção de sua autonomia. Portanto, seu desenvolvimento integral é legítimo e de interesse de todo o conjunto da sociedade” (NOVAES et. al., 2006, p. 6). Trata-se, nesse sentido, de imprimir à Política Nacional de Juventude uma orientação política que permita criar e avaliar ações direcionadas à juventude.

Os termos “vida social plena” e “autonomia” remetem à necessidade de políticas cujos objetivos sejam promover ações concebidas a partir da integralidade dos direitos civis,

políticos, sociais, econômicos e culturais, visando à formação de um sujeito autônomo. Percebe-se, ainda, a recorrência da ideia de interesse comum e de diálogo intergeracional nas questões relativas à juventude. Ocorre que a exclusão dessa população impacta as demais gerações, seja pelo acréscimo dos índices de violência urbana entre jovens, seja pela dificuldade de sua inserção no mundo do mercado (REGUILLO, 2003). Situações nas quais os jovens aparecem à margem das instituições políticas, econômicas, sociais e culturais, encontram correspondência com o processo descrito por Dalia Szulik e Silvia Kuasñosky (2008). Para elas, os jovens, acima de tudo, pertencem a dinâmicas sociais pautadas pelos conflitos, dilemas e integração. Desta forma, promover novas formas de integrá-los apresenta-se como uma demanda não somente dos segmentos mais jovens, mas da sociedade como um todo.

A Carta aberta à presidenta Dilma Rousseff (2011) apresenta uma defesa da perspectiva geracional e das PPJs. O documento pontua algumas políticas de integração no campo do trabalho e da educação, redução da violência e acesso à internet mais facilitado. O combate a discriminações de ordem étnico/racial, gênero, orientação sexual a partir de universos mais localizados de convivência dos jovens também foram referenciados por movimentos e organizações juvenis.

Faz-se necessário fortalecer a perspectiva geracional juvenil nas políticas públicas setoriais assegurando a transversalidade do tema; priorizar políticas públicas voltadas para a integração educação e trabalho, focando na reestruturação do Ensino Médio aproximando-o da realidade juvenil; reduzir a letalidade juvenil por homicídios ou por acidentes de trânsito; preparação para os cenários de Olimpíadas, Copa do Mundo, Pré-sal; e estruturação do serviço de banda larga. Sempre aprofundando a linha de investir e valorizar a diversidade juvenil combatendo o racismo, machismo e homofobia e impulsionar as políticas de inclusão social referenciadas no território (CARTA Á PRESIDENTA, 2011).

Já o Projovem Urbano situa a escola como espaço principal para a integração de jovens excluídos.

Os resultados da avaliação do Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária – ProJovem oferecem indicações no sentido de que, sem desconsiderar a perspectiva intersetorial, a escola seja o locus obrigatório de funcionamento do Projovem Urbano (PROJOVEM, 2007).

A aplicação do enfoque geracional às diretrizes das PPJs, concepção fundamental para distinção dessa política das demais ações voltadas à juventude é o foco das reflexões e das propostas consensuadas pelo CONJUVE, no documento Política Nacional de Juventude:

diretrizes e perspectiva. Tendo isso em vista, cada câmara temática deteve-se nas “particularidades das juventudes rurais e urbanas, assim como na diversidade de gênero, étnica e racial, de orientação sexual e dos/as jovens com deficiência” (NOVAES et. al., 2006, p. 12). O enfoque geracional é representado nos três eixos temáticos do CONJUVE, lembrando: 1) desenvolvimento integral (educação, trabalho, cultura e tecnologias de informação); 2) qualidade de vida (meio ambiente, à saúde, esporte e lazer; 3) vida segura (diversidade e respeito aos Direitos Humanos). Cada eixo foi responsabilidade de uma câmara temática, composta por conselheiros. Antes de organizarem o documento, de acordo com as discussões das três Câmaras temáticas, registrou-se a justificativa sobre essa estrutura:

[...] estas dimensões (desenvolvimento integral, qualidade de vida e vida segura) são inter-relacionadas e interdependentes. Mas, a articulação proposta busca evitar a clássica divisão temática em grandes áreas que não dialogam entre si e, também, sugere caminhos para efetivar a transversalidade do tema juventude através da integração de políticas estruturais, emergenciais e específicas (NOVAES et al, 2006, p. 12).

A primeira câmara temática distingue políticas estruturais, programas e ações, as primeiras enfatizando a importância da transversalidade das questões de juventude. Comumente, a perspectiva de juventude está presente nos dois últimos e, por isso, observa-se a ineficiência das políticas estruturais do ponto de vista da geração de bem-estar social e integralidade dos direitos humanos de juventude. Como expressa o seguinte conteúdo: “Em geral, apenas os Programas e algumas Ações têm sido considerados políticas de juventude, isto é, políticas governamentais que, em sua elaboração, demonstram preocupação com a singularidade da condição daqueles nascidos entre 15 e 24 ou 29 anos atrás” (NOVAES et al, 2006, p 22).

A transversalidade é a aplicação da perspectiva geracional, principalmente nas políticas estruturais de largo alcance entre a juventude, haja vista o predomínio desta em programas setorializados.

Seria um equívoco limitar a abrangência de todo esse movimento em torno da temática juvenil à elaboração de programas pontuais e mais circunscritos, em que pese à importância destas experiências. É imprescindível que a preocupação com a transversalidade e com a manutenção em longo prazo de políticas de caráter estrutural ocupe espaço na elaboração de políticas governamentais que têm como destino o jovem (NOVAES et al, 2006, p. 24).

Outro ponto crítico é a dificuldade de universalização das políticas estruturais para a juventude. Por exemplo, os índices de ingresso no ensino médio são de 60% para jovens em

idade escolar, e a evasão escolar nesse nível se aproxima dos 50%. Apenas 40% da população jovem conclui o ensino médio (NOVAES et al, 2006, p.23). Sobre a educação, os conselheiros entendem ser produtivo para a construção de uma agenda de discussões “a interação entre agentes sociais e políticos que elaboram as políticas educacionais e aqueles que têm construído um olhar diferenciado para a questão da juventude na atualidade” (NOVAES et al, 2006, p. 24). Em linhas gerais, O CONJUVE recomenda que

[...] as políticas estruturais devem dialogar com todo o acúmulo de debate e análise sobre quais são as particularidades desta atual experiência geracional. Ou seja, trata-se de fazer com que a temática da juventude possa compor a agenda educacional e pedagógica do Ministério da Educação, que haja uma preocupação com a juventude que adentra ou busca adentrar no mercado de trabalho, nas ações do Ministério do Trabalho e Emprego, que o Ministério da Cultura construa, com os jovens, políticas continuadas que garantam a fruição e elaboração cultural (NOVAES et al, 2006, p. 24).

Nesse sentido, pautar a transversalidade da perspectiva geracional-juvenil nas políticas universais é um compromisso assumido pelo CONJUVE, apesar das dificuldades do conselho em acompanhar o trabalho dos ministérios que desenvolvem programas e políticas de juventude, como já comentado.

Embora se destaquem os campos de políticas dos setores de educação, trabalho e cultura, há que se considerar que os jovens são afetados e sujeitos de cidadania em todos os setores sociais aos quais correspondem pastas ministeriais e secretarias especiais. É importante que o Conjuve analise e acompanhe tais setores do poder público (NOVAES et al, 2006, p. 21).

A perspectiva da transversalidade também é identificada entre as recomendações da câmara temática da qualidade de vida, cujo aporte à Política Nacional de Juventude é incorporar o tema em questão nos programas já existentes para jovens. Sua função é “[...] estabelecer, de forma mais direta, o diálogo com as quatro áreas (saúde, esporte, lazer e meio ambiente) para assegurar subsídios para que políticas e programas em andamento tenham interrelação com o tema Qualidade de Vida” (NOVAES et al, 2006, p. 70).

Já, na câmara da vida segura, a transversalidade de geração é reivindicada nas políticas para as mulheres desenvolvidas pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM). Assim, registram os conselheiros:

É louvável a iniciativa de políticas públicas para as mulheres realizadas pela SPM, no entanto, é necessário que estas, além do recorte de gênero, também apresentem recorte geracional, pois, até o momento, a SPM não possui políticas especificamente voltadas para as mulheres jovens (NOVAES et al, 2006, p. 93).

Na área da violência contra a mulher, especificamente, no que se refere à implementação e ao monitoramento da Lei Maria da Penha “a Câmara 3 recomenda a criação de mecanismos institucionais de controle social (monitoramento) da implementação da Lei, considerando essencial nos mesmos a participação das mulheres jovens” (NOVAES et al, 2006, p. 93) e o preparo das Delegacias de Defesa da Mulher para atender as jovens.

As delegacias, inclusive as Delegacias de Defesa da Mulher, e os diversos equipamentos de saúde devem estar preparados para o atendimento de mulheres jovens, especialmente quando estas são vítimas de agressões físicas, de violência sexual e/ou estão em processo de abortamento (NOVAES et al, 2006, p. 93).

No mesmo sentido, o Posicionamento político da Articulação Brasileira de Jovens Feministas sobre as eleições do CONJUVE, em 2009, faz algumas considerações sobre as Políticas Públicas de Juventude, desde a perspectiva de gênero.

Relembramos que o II Plano Nacional de políticas para as mulheres, em seu capítulo 10, que trata do enfrentamento das desigualdades geracionais que atingem as mulheres, reconhece que as temáticas geracionais voltadas às jovens mulheres não pode ser tratada de maneira isolada, devendo ser incorporada por cada setor responsável pela execução das políticas em seu trabalho cotidiano (DIÁLOGO JOVEM, 2009).

A transversalidade aparece como recomendação para garantir a participação dos jovens portadores de deficiência nas ações governamentais por meio de orçamentos destinados ao aperfeiçoamento técnico e humano de políticas, programas e projetos. Isso implica em “garantir que as políticas, os programas e projetos do poder público, nas três esferas (municipal, estadual e federal), tenham previsão no orçamento para ajudas técnicas que contribuam para o pleno desenvolvimento das potencialidades dos jovens com deficiência” (NOVAES et al, 2006, p. 110).

As propostas de políticas esboçadas pelas três câmaras temáticas e os projetos desenvolvidos pela CONAJE foram organizados, neste segmento, em Políticas Universais e Programas Setoriais, aproveitando a discussão realizada pelo CONJUVE sobre o alcance dos dois tipos de ações, tendo em vista a construção das PPJs. Entretanto, muitas vezes, esses dois tipos de ações são considerados complementares, registrando propostas dos dois tipos. Essa compreensão é sintetizada pela câmara da vida segura, pela defesa de que “não há cisão entre as políticas universais e as políticas específicas de enfrentamento e prevenção da violência; ao contrário, há um processo de interdependência” (NOVAES et al, 2006, p. 83).

Sobre os portadores de deficiência, os conselheiros acreditam que a atenção a eles não consta nas políticas públicas e que pouco se conhece das demandas dessa população. A

câmara temática da vida segura registrou tal problemática nas políticas universais, “As políticas públicas ditas universais nas áreas de educação, trabalho, saúde, seguridade social, etc. discriminam a população de pessoas com deficiência (NOVAES et al, 2006, p. 110). E essa lógica se reproduz nas políticas públicas de juventude”. Visando à garantia do direito à participação desses jovens em projetos, programas e políticas de governo em diferentes áreas (educação, saúde, emprego e renda), enfatizam os investimentos em acessibilidade. “A acessibilidade em todas as suas dimensões (arquitetônica, comunicacional, atitudinal etc.) não é implementada, e questões relativas à deficiência são tratadas pelas políticas públicas, na maioria das vezes, sob aspectos apenas assistenciais, protecionistas e caritativos” (NOVAES et al, 2006, p. 109).

A Confederação Nacional dos Jovens Empresários (CONAJE), por seu turno, pauta seus objetivos nas políticas públicas de desenvolvimento, enfatizando a necessidade de priorizar os micros e pequenos empresários nas estratégias de desenvolvimento econômico do país. Para a CONAJE, as políticas públicas devem estimular e facilitar a atuação dos empresários no mercado de trabalho como empreendedores. Nesse particular, não definem o perfil do jovem empreendedor visando ter suas demandas atendidas nas políticas universais de desenvolvimento do país.

Entre os objetivos principais da entidade, está à articulação e divulgação de práticas capazes de fortalecer a disseminação de novos e sólidos negócios no país. Além disso, buscamos o estabelecimento de políticas públicas e práticas institucionais que incluam os micros e pequenos empreendedores nas primeiras categorias de estratégias de desenvolvimento do país (CONAJE).

Frequentemente, as propostas de simplificar a inserção do jovem ao mundo do trabalho são atreladas às políticas estruturantes da educação. Por exemplo, aliando a educação básica à profissionalização ou incluindo temáticas aos currículos escolares. Uma das diretrizes propostas pelos membros da câmara temática do desenvolvimento integral é a educação profissional como política universal. Assim, o CONJUVE revela-se favorável ao “estímulo à educação formal profissional e tecnológica, na qual não existem restrições de acesso a esta ou àquela camada populacional específica, ou seja, não são focalizadas” (NOVAES et al, 2006, p. 29).

No âmbito da inclusão digital, o argumento central é a necessidade de superar a desigualdade no acesso e conhecimento das tecnologias, que vem se configurando como mais uma face da exclusão dos jovens de classes sociais mais baixas. Por isso, defendem que



“políticas de inclusão digital se articulem às políticas estruturais da área da educação” (NOVAES et al, 2006, p. 33), conjugado-as ao investimento em “formação e capacitação para o domínio dos recursos e dos equipamentos” (NOVAES et al, 2006, p. 34). Um dos caminhos é via inserção de conteúdos de informática no currículo escolar da educação básica.

Mais adiante, os conselheiros comentam algumas iniciativas no âmbito da educação que são mencionadas como avanço na redução das desigualdades de jovens negros em relação aos brancos. Um exemplo é o da lei nº 10639/2003, que institui a história e a cultura da África e dos povos afro-brasileiros no currículo escolar e a política de formação de professores e produção de materiais sobre a questão de raça/etnia. Da mesma forma, a implementação de cotas para negros/as provenientes de escolas públicas para ingresso em universidades públicas foi impulsionada nos últimos anos no âmbito do governo federal.

Também o comitê temático sobre a questão GLBT, sustentado na especificidade da condição de jovem *gay* e nas discriminações por ele sofridas, propôs “Desenvolver iniciativas de caráter formativo para professores/as e demais profissionais da educação, bem como o desenvolvimento de materiais educativos, para que o tema seja objeto de discussão em escolas públicas e particulares” (NOVAES et al, 2006, p. 105). Da mesma forma, é mencionada a importância da escola lidar adequadamente com a gravidez precoce, promovendo “[...] iniciativas que estimulem melhor acolhimento e atenção às jovens grávidas e mães” (NOVAES et al, 2006, p. 93).

Já a juventude rural reivindica uma educação voltada para os seus contextos e vivências, de forma a auxiliar no desenvolvimento de projetos ligados ao trabalho.

Introduzir metodologias, conteúdos e práticas educativas diferenciadas na educação destinada aos/às jovens do campo, de modo a atender suas necessidades, preservar e valorizar suas culturas, projetos de vida e promover empreendimentos associativos, cooperativos e economicamente solidários, que viabilizem o desenvolvimento econômico de forma sustentável e ecologicamente responsável (NOVAES et al, 2006, p. 114).

E os jovens indígenas manifestam a necessidade de política pública de juventude que alie educação ao combate a problemas de saúde que afetam esta população.

Desenvolver iniciativas de formação para professores/as indígenas em questões como saúde, prevenção de DSTs/Aids, alcoolismo, bem como o desenvolvimento de materiais educativos, para que o tema seja objeto de discussão em escolas indígenas e não indígenas, ajudando a desmistificar a problemática (NOVAES et al, 2006, p. 107).

A terceira câmara temática, que versa sobre a relação entre vida segura e a valorização das diversidades e respeito aos direitos humanos, inicia a explanação fazendo uma crítica às políticas da segurança pública. Acredita-se que é fundamental a garantia de direitos básicos, proporcionados pelas políticas universais; evitando que ações nessa área contribuam para o fenômeno da violência entre os jovens e a insegurança na sociedade, visto que eles são os principais protagonistas de eventos violentos (sequestros, assaltos etc.).

[...] a experiência nacional em segurança pública e combate à violência já comprovou que a prática do encarceramento prisional, sem que sejam garantidos os direitos básicos, somente reforça as desigualdades e acirra os conflitos internos à sociedade. Vivemos, hoje em dia, um paradoxo: ao mesmo tempo em que a sociedade, influenciada pela sensação de medo e insegurança, legitima medidas e políticas extremamente repressoras e violentas para conter a violência e a criminalidade, reconhece que o sistema penal não dá conta de resolver o problema, seja porque não consegue ressocializar e incluir sua população no conjunto da sociedade, seja porque, como vimos recentemente, não consegue manter segura a população que está fora do sistema prisional (NOVAES et al, 2006, p. 83).

Entre as políticas universais, a criação de ações na área da educação e do trabalho é especialmente defendida para os jovens sob tutela do sistema prisional.

Aos jovens privados de liberdade no sistema prisional, se faz urgente a implementação de políticas de incentivo à educação e ao trabalho, não sob a égide da pena, como uma forma alternativa de punição, mas sim na perspectiva da garantia de direitos e da emancipação do jovem encarcerado (NOVAES et al, 2006, p. 84).

A educação e o trabalho também são relacionados pela CONAJE, mas com o objetivo de fortalecer uma cultura de empreendedorismo. Por isso, a instituição parte do pressuposto que “o Brasil precisa preparar seus jovens para o primeiro negócio, não apenas para o primeiro emprego, uma vez que o mercado de trabalho não comporta mais a tradicional relação entre empregador e empregado”. Além disso, tem o objetivo de “insistir com os governos e agentes privados para fortalecerem a educação, capacitação profissional e treinamento, como forma de orientar o espírito empreendedor” (CONAJE).

Quanto aos projetos desenvolvidos pela CONAJE, destacam-se ações cuja prioridade é estimular o empreendedorismo entre os jovens para o sucesso no mercado de trabalho, seja no espaço urbano ou rural. As propostas são no âmbito do aperfeiçoamento técnico e do investimento em novos empreendimentos, conforme a demandas de mercado identificadas. No trecho a seguir, eles fundamentam a relação entre empreendedorismo e educação:

Empreendedorismo é uma expressão que vem do mundo dos negócios. O termo, porém, tem tudo a ver com educação. Afinal, um dos objetivos da

escola, desde a educação infantil, é formar alunos autônomos. Cabe aos professores desenvolver nos alunos um conjunto de competências que os torne capazes de tomar decisões, traçar planos e organizar os recursos necessários para chegar ao sucesso. A Conaje, em parceria com a Secretaria da Juventude do Governo Brasileiro, tem o intuito de criar, desenvolver e acompanhar o módulo de empreendedorismo para alunos do ensino médio e técnico. Além disso, tem como foco educar e treinar os jovens para o mercado empreendedor, transformando-os em pessoas qualificadas para gerir negócios próprios ou aprender a ter visões empreendedoras que possam colaborar com o crescimento das empresas em que trabalham ou venham a trabalhar (CONAJE).

No âmbito das políticas de trabalho, a juventude negra propõe políticas regulatórias e distributivas, com o intuito de promover a igualdade em relação aos brancos no mercado. Para tanto, sugerem a criação de “mecanismos de fiscalização do mercado de trabalho, para garantir a igualdade de direitos e oportunidades, bem como políticas contra a discriminação na busca, acesso e permanência e promoção dos/das jovens negros/as no mercado de trabalho” (NOVAES et al, 2006, p. 99).

Com outra conotação e visando facilitar a atuação dos empresários, a CONAJE propõe a alteração da política regulatória das relações de trabalho/aposentadoria e impostos/prestação de serviços. Para tanto, mostram-se dispostos a “apoiar todas as iniciativas que visem a acabar com a exclusão empresarial, o que exige medidas de simplificação nas áreas trabalhista, tributária e previdenciária”.

No âmbito da saúde, jovens mulheres, homossexuais e do campo, representados no CONJUVE, acreditam imperativo preparar os profissionais para atender e compreender as suas especificidades. Tendo isso em vista, os conselheiros pontuam algumas iniciativas, quais sejam “equipar os sistemas de saúde para o acompanhamento dessas jovens (grávidas), respeitando o direito de escolha de ser ou não mãe” (NOVAES et al, 2006, p. 93), proporcionar formação de “profissionais de saúde para se relacionarem de forma respeitosa e adequada com homossexuais, além de identificar demandas de atendimento específicas dessa população” (NOVAES et al, 2006, p.105). Ainda citam a ampliação e qualificação do Programa Saúde da Família e sugerem o desenvolvimento de “formação continuada para os agentes comunitários para o atendimento às demandas específicas dos/das jovens no campo da saúde, o estímulo à medicina alternativa e o cultivo de plantas medicinais” (NOVAES et al, 2006, p.115).

Em relação aos programas setoriais, uma das iniciativas avaliadas positivamente pelos conselheiros é a da inclusão digital, dado o seu encaminhamento, desde 2004, na promoção do

acesso às Novas Tecnologias da Informação. “Os telecentros, infocentros e espaços do gênero têm democratizado o acesso da população, especialmente a de baixa renda e/ou vulnerabilizada, às tecnologias de informação e comunicação” (NOVAES et al, 2006, p. 34).

Na área da educação, a câmara temática do desenvolvimento integral propõe ações focalizadas de educação e trabalho para jovens de baixa renda. Os conselheiros recomendam “cursos de formação rápida, não formal, vinculados geralmente ao recebimento de uma bolsa/incentivo”, a fim de “proporcionar melhores oportunidades de inserção no mercado de trabalho a jovens oriundos de setores populacionais que possuem condições sócio-econômicas desfavoráveis” (NOVAES et al, 2006, p. 29). A proposta central de programas dessa natureza, para eles, é “encontrar mecanismos que vinculem de maneira mais efetiva o aumento dos níveis de escolarização, a educação profissional e o acesso ao trabalho” (NOVAES et al, 2006, p. 29). Porém, sobre esse tipo de iniciativa, alertam para problemas na etapa da implementação, pois, seguidamente, são conduzidos, no nível local, por instituições despreparadas para trabalhar com juventude.

Quanto às propostas da redução de violência, os conselheiros valorizam experiências localizadas e exitosas na ressocialização dos jovens e redução da violência. Complementarmente, postulam que elas devem ser identificadas e ampliadas para outros contextos, haja vista que:

[...] a situação emergencial da violência urbana, somada ao acúmulo de experiências focalizadas e que foram bem sucedidas no enfrentamento dessa questão no país, mostram que parte significativa do fenômeno pode ser reduzida com ações marcadamente específicas, tais como campanhas pelo desarmamento civil dos jovens, programas de socialização de jovens envolvidos em ações criminosas (em especial nos campos do trabalho e da educação), programas de prevenção e redução de violências em escolas e em bairros mais vulneráveis, além do treinamento de policiais para a melhoria de sua relação e formas de lidar com a população jovem (NOVAES et al, 2006, p. 84).

A par disso, os conselheiros chamam atenção para a falha na operacionalização de medidas do Estatuto da Criança e do Adolescente, defendendo que sua implementação adequada poderia contribuir para melhorar a assistência aos jovens em conflito com a lei.

A superação da violência juvenil passa pelos avanços conquistados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e pelas medidas progressistas da legislação atual<sup>27</sup>. Nesse sentido, se o ECA fosse implementado adequadamente, as próprias medidas previstas de proteção e socioeducativas – na lei seriam suficientes e eficientes para a garantia de um convívio social

---

<sup>27</sup> Legislação atual o documento refere-se ao Estatuto do Desarmamento.

pleno a adolescentes e jovens que cometem atos infracionais. Na prática, isso significa, por exemplo, destinar recursos para programas socioeducativos e construir instalações adequadas para receber os/as adolescentes e jovens que cometem infrações graves (NOVAES et al, 2006, p.84).

Por fim, é recomendado o desenvolvimento de campanhas voltadas a romper com diferentes naturezas da cultura da violência, como expressa o seguinte conteúdo: “Todas as esferas de governo e de poder devem promover e incentivar campanhas públicas e contínuas que disseminem uma cultura de paz (contra a violência) e de solidariedade” (NOVAES et al, 2006, p. 85).

Consoante às questões de gênero, as mulheres jovens demandam políticas no âmbito dos direitos sexuais e reprodutivos, gravidez na adolescência, reconhecimento e violência contra as jovens. Por exemplo, sugerem investimentos voltados a “Ampliar programas, ações e projetos em torno da temática gravidez na adolescência, considerando as pesquisas e recomendações já existentes sobre a temática” (NOVAES et al, 2006, p. 93).

No âmbito da intersecção juventude e raça, a câmara temática adota a perspectiva de que as políticas devem amenizar as dívidas históricas do Estado e da sociedade brasileira em relação à população negra, valorizando a sua contribuição para o país e fomentando a igualdade de oportunidades. Algumas sugestões de caráter redistributivo foram feitas, tais como “Criar programas e projetos destinados, especificamente, à promoção dos direitos econômicos dos/das jovens negros/as, de modo a garantir renda e a ocupação de cargos e postos de trabalho destinados exclusivamente à população branca” (NOVAES et al, 2006, p. 99).

As demandas das juventudes rurais consistem em temas ligados ao acesso ao crédito rural, ao esporte, à cultura, ao lazer, à comunicação e à saúde. Quanto ao primeiro, sugerem “Ampliar, diversificar e melhorar programas de oferecimento de linhas de crédito e subsídio agrícola para os/ as jovens rurais” (NOVAES et al, 2006, p 114). Sobre saúde, os conselheiros acreditam no fomento ao diálogo das organizações da juventude rural e identificam a alternativa de prevenção de DST/Aids e o consumo de drogas lícitas e ilícitas nos programas de promoção à saúde focalizados no segmento jovem. Numa visão ampliada, a câmara temática entende que é indispensável:

Criar programas destinados a atender as demandas de esporte, cultura, lazer e comunicação nos assentamentos rurais, comunidades quilombolas, ribeirinhos, comunidades de agricultura familiar, entre outros, de modo a diversificar as possibilidades de acesso à informação, produção de bens culturais e trabalho (NOVAES et al, 2006, p. 115).

Alguns desses temas apresentam acúmulo de experiências em políticas públicas, pois vêm recebendo atenção de programas governamentais, tais como Pronaf Jovem, Nossa Primeira Terra, Consórcio Social da Juventude Rural, concentrados no Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Em linhas gerais, os debates promovidos por diferentes atores em relação às Políticas Públicas de Juventude revelam insuficientes definições conceituais, para que as ações possam ser desenhadas de maneira mais precisa na reconhecida diversidade que compõe a população jovem no Brasil. Esse fato decorre do recente reconhecimento da juventude, como tema de pesquisa nas universidades e centros de pesquisa e público de políticas públicas específicas. Até, então, o comum era a temática ser atendida por um conjunto de ações fragmentadas.

As institucionalidades constituídas para atender a juventude ainda são frágeis, o que provoca falta de planejamento a longo prazo e dificuldade de tornar as ações executadas pelo governo federal um conjunto articulado, dessa forma, avançando na consolidação das políticas públicas de juventude. Mesmo se assim fosse, seria uma Política Nacional de Juventude constituída por uma lógica incrementalista, ou seja, o foco está em remodelar-se as políticas já existentes aos objetivos almejados, evitando o desenho e a implementação de políticas novas (DYE, 2009). Esse foi o caso do Projovem integrado em 2007, no qual O Projovem adolescente originou-se do Agente jovem, e o Projovem Rural, do Saberes da Terra, O Projovem Urbano é a reformulação da primeira versão do Projovem, e o Projovem trabalhador é a integração do Consórcio Social da Juventude, Juventude Cidadã e Escola Fábrica (CASTRO; AQUINO, 2008).

Já as reivindicações dos movimentos circundam, principalmente, a perspectiva geracional-juvenil às políticas universais. Essas são fundamentais para o sucesso das PPIs e precisam ser fortalecidas e adequadas às necessidades dos diferentes segmentos juvenis para, de fato, atingi-los. Aumentar a participação na sua gestão pode ajudar, mas tão importante é preparar os jovens para essa participação. As esferas comunitárias são uma possibilidade de geração de oportunidades de ampliação de cidadania.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho dedicou-se a analisar a abordagem dos conteúdos referentes à questão da cidadania e dos direitos humanos expressas por organismos governamentais e não governamentais envolvidos com a juventude brasileira. Para tal, utilizaram-se os sítios na internet de sete organizações, tendo em vista a importância que as novas tecnologias têm conquistado como espaço de manifestação política e social, pela rapidez em disseminar informações. Entretanto, fazem-se presente as limitações dos *sites* e *blogs* em captar os conflitos institucionais e entre as organizações que compõem a sociedade civil. Na maior parte dos casos, os conteúdos disponíveis expressam um posicionamento unívoco, sem espaços para divergências. Mesmo assim, as possibilidades oferecidas pelo ambiente virtual permitiram à pesquisa captar as reflexões e demandas que integram a agenda pública de juventude, no que tange as políticas públicas e a justiça social.

Primeiramente, sobre a realidade da população juvenil brasileira, os conteúdos denunciam a exclusão e a desigualdade e, de outro lado, demandam reconhecimento e políticas públicas. A cidadania social apareceu relacionada a propostas no âmbito da educação, profissionalização, saúde, centros de referência de serviços básicos, no que se refere à criação, universalização e melhoria da qualidade no atendimento. A cidadania social, como assessora da liberdade de agir e se associar (civil), também foi mencionada por uma instituição (CONAJE). A cidadania política parece ser frágil para algumas realidades juvenis, assim as capacitações sobre políticas públicas, participação e eleição são sugeridas para evitar manipulações da parte de candidatos e gestores públicos. A participação cidadã é referida, inclusive no PROJovem Urbano, em ações comunitárias, como aspecto importante na ampliação da cidadania dos jovens.

Os termos de direitos humanos são mais presentes que a cidadania. Os conteúdos dizem respeito ao processo de constituição dos direitos de juventude, orientados conforme as demandas de contextos sociais e políticos a partir do pós-guerra e, atualmente, influenciados por referências normativas internacionais. O paradoxo entre elementos constituintes da globalização e das desigualdades estruturais da sociedade brasileira também é mencionado nos *sites*. Os primeiros referem-se, principalmente, à facilidade de comunicação e formação de identidades orientada mais pela possibilidade de diferenciar-se que de pertencer a alguma coisa para além do seu grupo (REGUILLO, 2003). Ainda, neste momento histórico de

globalização, fazem parte das temáticas de reflexão e políticas públicas, as concepções ligadas à juvenilização da cultura e ao reconhecimento das culturas juvenis (gênero, raça/etnia, religião). Já a disseminação de acordos, tratados e plataformas de ação subsidia a noção de sujeito de direitos, a qual se diferencia do cidadão cuja identidade é conformada pelos valores de uma nação. Da mesma forma, as políticas públicas têm uma conotação diferenciada dos ideais de bem-estar social. Embora as políticas universais sejam fundamentais na garantia de qualidade de vida da população, elas devem ser sensíveis às demandas de grupos diferenciados. Esses posicionamentos demonstram influenciar os eixos de trabalho das organizações e os consensos sobre a condição de juventude e as políticas públicas a serem defendidas para ela que a sociedade civil vem buscando estabelecer. Também defendem que a integralidade dos direitos seja comprometida pelo porte das instituições. Normalmente, os projetos comportam linhas de ação que articulem trabalho, educação e profissionalização, ou cultura e participação.

Quanto às desigualdades, elas mostram-se presentes nas recentes bandeiras de luta da juventude. As mobilizações juvenis em torno das temáticas que conformam hoje a agenda pública de juventude, têm como marco inicial a conquista de direitos civis, com o Estatuto da Criança e do Adolescente. A exclusão social e política é representada, nas reivindicações e projetos das organizações e resultados de pesquisas, nos campos da educação, cultura, trabalho, segurança, saúde, preconceitos de gênero, raça/etnia, etc., bem como na defesa do referido estatuto no cumprimento das medidas de proteção aos jovens em vulnerabilidade. Ao que se soma a necessidade de aprovação do Estatuto e o Plano Nacional de Juventude para efetivar ações de promoção dos direitos humanos de juventude,

Sobre o entendimento de juventude, a literatura utilizada no presente trabalho a define como um período de vida no tempo presente, rejeitando a ideia de etapa transitória da vida. Os conteúdos enfatizam os jovens como sujeitos de direitos e sua necessidade de romper com estereótipos sobre o caráter revolucionário, apático, consumista, individualista, conservador, alienado ou problemático, pela promoção de campanhas e debates. No entanto, mais do que os estereótipos, as exclusões citadas entre o foco de atuação dos programas e projetos das organizações que compõem o CONJUVE conformam as marcas da geração jovem atual. Segundo Regina Novaes e Cristina Vital (2005), o medo de sobrar, em função das dificuldades de integração no mundo do trabalho; o medo de morrer, por conta da violência urbana a atingir mais a juventude; e o sentir-se desconectado em um mundo conectado, referindo-se à exclusão digital.



No que se refere às Políticas Públicas de Juventude percebe-se a sua recente atenção à agenda pública e política. As questões tratadas, principalmente a partir dos conteúdos do CONJUVE, relacionam-se ao desenho institucional da política, evidenciando a necessidade de criar e fortalecer institucionalidades responsáveis, especificamente, por este tipo de política. Entidades que sejam capazes de promover o diálogo interministerial e envolvem os entes federativos nos programas. Alguns desses pontos também são abordados nas informações do PROJovem Urbano e da carta aberta à Presidenta Dilma. Tais atores e o conselho justificam que esse desenho facilita a produção de diagnósticos, a criação, a implementação, a execução e a avaliação das políticas públicas. Ou seja, existe a preocupação com o ciclo da política pública nos termos identificados por Celina Souza (2006). Nesse âmbito, é referenciada, com frequência, à dimensão do controle social, inclusive pelo CONJUVE quando propõe uma análise crítica sobre a sua própria atuação no monitoramento das PPs. Assim, eles esboçam os limites do caráter consultivo do conselho com o tento de torná-lo deliberativo, igualmente questionam o modo como são eleitos/designados os representantes desse órgão.

Ressalte-se que acordos e tratados internacionais prevêm a intervenção da sociedade civil no acompanhamento e avaliação de políticas públicas, por meio de mecanismos permanentes de monitoramento do cumprimento de agendas, incluindo a do Ciclo Social das Nações Unidas. Isso, no entanto, não se verifica em relação ao CONJUVE e as organizações que o compõem. Dito de outra maneira, os instrumentos de proteção dos direitos humanos em âmbito planetário não são acessados.

Identifica-se o pressuposto participativo (Políticas Públicas com a Juventude) nos conteúdos dos *sites* para garantir o envolvimento da juventude, respeitando a pluralidade de opiniões. Regina Novaes e Cristina Vital (2005) identificaram esse posicionamento, em outras oportunidades, e acreditam haver, da parte da sociedade civil, mais preocupação com a pluralidade da população jovem que desenvolver uma perspectiva geracional e buscar o que há de comum na juventude atual.

Observou-se, também, a divergência entre estudiosos, que ocupam espaços representativos e militantes dos movimentos de juventude. Desacordo correspondente ao que observa Jan Bitoun (2005) a respeito do estranhamento inicial entre acadêmicos e segmentos populares no âmbito de observatórios de políticas públicas. A oposição entre os dois universos e a cobrança de jovens da periferia – ávidos por conhecimento – para que a

universidade use linguagem mais inteligível e trate de questões mais próximas do universo popular.

Outro aspecto registrado como possibilidade de avanço nas Políticas Públicas de Juventude é o da transversalidade da perspectiva geracional-juvenil nas políticas universais de educação, segurança pública, trabalho e saúde, visando à integração do jovem a sociedade. Propósito consoante à recomendação da UNESCO (2004) para a construção de uma Política Pública de Juventude. Da mesma forma, políticas setoriais que reconheçam os preconceitos disseminados, busquem eliminá-los e valorizem a diversidade da juventude brasileira são reivindicadas nas áreas mencionadas e no tocante à inclusão digital, aos direitos sexuais e reprodutivos, aos direitos econômicos, ao esporte, à cultura, ao lazer e à comunicação.

Quanto à relação entre os referenciais normativos de direitos humanos e as Políticas Públicas de Juventude no Brasil, um Guia ONU sobre essa temática permite algumas considerações que podem ser extraídas dos conteúdos investigados. O guia, comentado por Chaves Júnior (1999, s/p), pontua a definição “do lugar e do papel da juventude na sociedade e a responsabilidade de cada setor para com a juventude”. Nesse ponto, o governo federal implementou a Secretaria e o Conselho Nacional Juventude, embora pouco institucionalizada, na tentativa de superar a fragmentação das políticas para juventude. Alguns estados e municípios seguiram a mesma tendência, ao que se somam alguns marcos legais ainda em tramitação, como o Plano Nacional e o Estatuto da Juventude. O segundo item refere-se a “formas e maneiras de reunir os jovens para permitir que eles expressem suas necessidades e aspirações, e tomem parte nas decisões sobre as atividades que os atingem”. Nesse âmbito, as Conferências de Juventude nacional e regionais estiveram presentes entre os conteúdos analisados.

A terceira recomendação é a “reorientação do processo político, tanto dos agentes governamentais como dos não-governamentais, para conceder aos jovens seu lugar como beneficiários e contribuintes para todos os aspectos do desenvolvimento nacional”. Aqui, o avanço obtido foi a aprovação da PEC da Juventude que teve intensa movimentação do CONJUVE e de parlamentares. Já, partindo-se do entendimento que o desenvolvimento nacional exige políticas direcionadas para tal, observou-se, nos conteúdos, a crítica a redução da perspectiva juvenil à criação de programas e ao pouco investimento para incluí-las na qualidade de políticas de Estado. Ao que se soma o PROJovem, que apresenta uma dinâmica incrementalista na sua composição, conforme definição de Celina Souza (2006), pois constituído a partir de programas herdados da gestão anterior. No mesmo sentido, o

Programa de Ação da ONU para a Juventude até o Ano 2000 estabelece as premissas para a existência de uma Política Pública de Juventude. São elas: “Existência de mecanismos de consulta e participação; Disseminação adequada de informação para diversas esferas juvenis; Monitoramento e avaliação das ações”. Esses três elementos aparecem nos conteúdos como processos incompletos e pouco consolidados, haja vista a fragilidade manifestada sobre o papel de controle social e a falta de representação de alguns movimentos no CONJUVE. Da mesma forma, a dificuldade em informar grupos de jovens que não participam do conselho e não têm acesso ao Portal da Juventude é evidenciada a partir dos conteúdos examinados.

Entre os que acessam essa página e as demais referidas no trabalho percebe-se, em muitos casos, que a informação pode ser traduzida, circulada, avaliada na sua utilidade pelos atores sociais (ou usuários). Considerações na forma de *feedback* eventualmente aparecem inclusive como a possibilidade de reforçar determinados temas e incorporar novos na agenda pública de juventude. Alguns canais investigados apresentam possibilidades de participação da juventude (Conaje, Pastoral da Juventude, Diálogo Jovem e E-jovem). No entanto, com raras exceções, as organizações ficam limitadas a produzir prognósticos na internet, como argumenta Gustavo Beuttenmuller (2007). Mesmo assim, oferecem visibilidade e permitem mapear como a questão da juventude está posta na agenda pública brasileira. A afinidade dos mais jovens em circular em ambientes virtuais, evidencia a pertinência de que futuros estudos dimensionem como tais espaços podem ser aproveitados pelas políticas públicas, no sentido de fomentar a participação cívica entre o público em questão.

Acerca da efetividade e eficácia do PROJovem URBANO, houve dificuldade em identificar os pontos de divergência entre os atores. No entanto, pode-se perceber que a iniciativa do ponto de vista programático parece dar conta de uma necessidade da juventude, qual seja aliar educação formal, profissionalização e participação cívica. Porém, várias demandas manifestadas pelos conselheiros e organizações não são contempladas pelo programa, principalmente no campo do reconhecimento. Também, foi afirmada pelo CONJUVE e por outros atores a diferença da transversalidade da perspectiva geracional nas políticas estruturantes e nos programas com tal orientação. Pelas demandas de reconhecimento registradas, identifica-se a necessidade de investimentos voltados a qualificar o atendimento às juventudes no primeiro tipo de ação. Mapear quais as ações possíveis para promover o enfoque geracional juvenil nas políticas é uma proposta que extrapola os limites deste trabalho e constitui-se em objeto para pesquisas futuras.

Por fim, observam-se avanços e desafios em relação à justiça social da juventude, no sentido proposto por Nancy Fraser (2009). Na dimensão cultural do reconhecimento há um processo de definição de agenda e interlocução das demandas com órgãos do Estado, ainda que pouco venha se traduzindo em políticas públicas de juventude. Já na representação, o espaço do conselho e das conferências possibilitou incluir as demandas de diferentes grupos no conteúdo da Política Nacional de Juventude. A redistribuição econômica é identificada na modalidade de bolsas mediante a inserção do jovem em programas e linhas de crédito para a juventude rural. No entanto, estas se limitam aos jovens excluídos, além disso, ainda existem setores juvenis que não são atingidos por esses programas. Parafraseando Ellen Sousa Parrela, corrobora-se o pensamento da autora para enunciar que a eficácia das políticas públicas de juventude no Brasil “está a depender da afirmação de uma cultura de eticidade, baseada no reconhecimento do outro como sujeito de direitos, para se caracterizar, efetivamente, como sinal da transferência do poder regulatório do Estado para a Sociedade Civil” (PARRELA, 2005, p.10).

Tal diagnóstico conduz ao imperativo de fortalecer as instituições políticas de juventude da União, Estados e Municípios, haja vista a reconhecida contribuição que vêm oferecendo a ampliação da cidadania e dos direitos humanos da população jovem. Da mesma forma, os atores do Estado e da sociedade civil carecem de apropriar-se dos conteúdos das referências normativas internacionais, o que fortaleceria a juventude como segmento central para o desenvolvimento humano, social, econômico e cultural do país. Os paradigmas de direitos humanos implicam em mudanças de valores, atitudes e comportamento, ampliando a compreensão e o respeito entre as gerações e a atenção das políticas públicas à qualidade de vida e à justiça social.

## REFERÊNCIAS

ABAD, Miguel. Las Políticas de juventud desde la perspectiva de la relación entre convivencia, ciudadanía y nueva condición juvenil. In: *Última Década*, Viña del Mar, CIDPA, n. 16, p. 117-152, mar. 2002.

AÇÃO EDUCATIVA. Quem somos e Programas. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org/>>. Acesso em: 21 jan. 2011.

AGGIO, Alberto. Maio de 1968: repercussões no Brasil. *Blog seja realista: peça o impossível*. 2008. Disponível em: <<http://sejarealistapecaoimpossivel.blogspot.com/2008/05/maio-de-1968-repercusses-no-brasil.html>>. Acesso em: 19 out. 2010.

ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. *The civic culture*. Political attitudes and democracy in five nations. Boston Little Brown, 1965.

ALVES, J. A. Lindgren. A agenda social da ONU contra a desrazão “pós-moderna”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, ano 11, n. 30, p. 62-82, fev.1996.

ALVES, J. A. Lindgren. *Os direitos humanos na pós-modernidade*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

ARDAILLON, Danielle. A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (CEDAW): Alicerce da cidadania das Mulheres. Colóquio de Direitos Humanos, 2, 2002. *Biblioteca*. São Paulo. Disponível em <[http://www.observatoriosocial.org.br/arquivos\\_biblioteca/conteudo/1208convencao\\_formas\\_de\\_discriminalizacao\\_da\\_mulher.pdf](http://www.observatoriosocial.org.br/arquivos_biblioteca/conteudo/1208convencao_formas_de_discriminalizacao_da_mulher.pdf)>. Acesso em: 17 mar. 2011.

BALARDINI, Sérgio. Políticas de Juventud: conceptos y la experiencia Argentina. *Última década*, Viña Del Mar, CIDPA, n.10, p. 1-16, maio. 1999.

— ¿Qué hay de nuevo, viejo? Una mirada sobre los cambios sobre La participación política juvenil. *Nueva Sociedad*, Santiago do Chile, n. 86, p. 96-107, ago. 2005.

BANGO, Julio. Políticas de juventude na América Latina: identificação e desafios. In: FREITAS, Maria V. de F.; PAPA, Fernanda de C. (Org.). *Políticas públicas: juventude em pauta*. São Paulo: Cortez, 2003. p. 33-55

BAQUERO, Marcello. Um caminho “alternativo” no empoderamento dos jovens: capital social e cultura política no Brasil. In: BAQUERO, Marcello (Org.). *Democracia, Juventude e Capital Social no Brasil*. 1. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004. p. 120-146.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRAGATTO, Rachel P. Oportunidade de participação democrática nos portais dos executivos nacionais dos seus maiores países sul-americanos. In: Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política, 3, dez. 2009, São Paulo. *Anais eletrônicos do III*

*Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política*. São Paulo: COMPOLITICA, 2009. Grupo de trabalho Internet e Política. Disponível em: <[http://www.compolitica.org/internas/pdfs/3Congresso/rachel\\_bragatto.pdf](http://www.compolitica.org/internas/pdfs/3Congresso/rachel_bragatto.pdf)>. Acesso em: 12 dez.2010.

BENEVIDES, Maria Victoria de M. Cidadania e Democracia. *Lua Nova*, n. 33, p. 5-16. 1994.

BEUTTENMULLER, Gustavo. *Os Observatórios Locais: O Papel na Produção de Informações e na Transparência das Políticas Públicas*. 2007. 207f. Dissertação. (Mestre em Administração Pública e Governo), Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, SP, 2007.

BITOUN, Jan. Universidades e movimentos sociais: experiências e desafios da prática pedagógica. In: SANTOS JÚNIOR, Orlando. A. et al. (Orgs.). *Cidade, cultura e democracia participativa*. Metodologias e experiência de educação política. Rio de Janeiro: FASE, 2005. p.161-168.

BROTTO, Marcio. E. Cultura política: críticas, expressões e influências. *Revista ComUnigranrio*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 1-18, 2009. Disponível em: <<http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/comuni-granrio/article/view/701>>. Acesso em: 19 mar. 2011.

CAMPOS, Claudinei J. G. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 27, n. 5, p. 611-614, 2004.

CARTA ABERTA À PRESIDENTA Dilma Rousseff. Notícias. Disponível em: <<http://www.bienaldaune.org.br/?p=603>>. Acessado em: 28 fev. 2011.

CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CASTRO, Jorge Abrahão; AQUINO, Luseni. *Juventude e Políticas Sociais*. Brasília, abr. 2008. Acesso em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 17 mar.2007

CASTRO, Mary Garcia. O que dizem as pesquisas da Unesco sobre juventudes no Brasil: leituras singulares. In: NOVAES, Regina Reys; PORTO, Marta; HENRIQUES, Ricardo (Orgs.). *Juventude, Cultura e Cidadania, Comunicações*. Rio de Janeiro: ISER, 2002. p. 63-90.

CASTRO, Mary G.; VASCONCELOS, Augusto. C. In: Abramovay, Miriam et al. (Orgs.). *Juventudes: outros olhares sobre a diversidade*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Brasília: UNESCO/MEC, 2009. p. 81-118.

CEPÊDA, Vera A.; MAGRINI, Flávia M. A Teoria do Reconhecimento e o novo desenho institucional brasileiro – uma leitura sob a perspectiva da questão de gênero. *Fazendo Gênero – Corpo, Violência e Poder*, 8, 2008. *Anais eletrônicos Fazendo Gênero 8*. Florianópolis: UFSC, 2008. Seminário Temático 62 Direitos humanos, democracia e violência. Disponível

em: <[http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST62/Cepeda-Magrini\\_62.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST62/Cepeda-Magrini_62.pdf)>. Acesso em: 17 mar.2011.

CHAVES Jr. Políticas de Juventude: evolução histórica e definição. In: *Cadernos de Juventude, Saúde e Desenvolvimento*. Brasília: Ministério da Saúde, 1999. p. 41-48.

CONFEDERAÇÃO Nacional dos Jovens Empresários. Institucional e Projetos. CONAJE Disponível em: <<http://www.conaje.com.br/>>. Acesso em: 18 jan. 2011.

CORREA, Silvio M de S. O lugar do jovem no Brasil. In: Ministério da Saúde, Fundação Osvlado Cruz. *Um olhar sobre o jovem no Brasil*. Brasília: Ministério da Saúde, 2008. p. 11-27.

COSTA, Jean Carlo de Carvalho; SOARES, Swamy de Paula Lima. Reconhecimento, redistribuição e participação: o ProJovem e a teoria social pós-crítica. Congresso Brasileiro de Sociologia, 14, 2009. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009. Grupo de trabalho, 3º Sessão - Multiculturalismo, desigualdade e políticas sociais. Disponível em: <[http://starline.dnsalias.com:8080/sbs/arquivos/15\\_6\\_2009\\_22\\_18\\_27.pdf](http://starline.dnsalias.com:8080/sbs/arquivos/15_6_2009_22_18_27.pdf)> Acesso em: 17 mar. 2011.

CUNHA, Patrícia R. C. O debate em torno das políticas públicas: o caso da política nacional de juventude no Brasil. Seminário Nacional de Ciência Política, 1, 2008. Porto Alegre: UFRGS, 2008. Grupo de Trabalho Cultura Política e Opinião Pública.

DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: Dagnino, E. (Org.). *Anos 90 - Política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 103-115. Disponível em: <<http://confrriadacidadania.blogspot.com/2009/10/os-movimentos-sociais-e-emergencia-de.html>>. Acesso em: 16 mar.2011.

DIÁLOGO JOVEM. Posicionamento político da Articulação Brasileira de Jovens Feministas sobre as eleições do CONJUVE. Arquivos. 2009. Disponível em: <<http://dialogoj.files.wordpress.com/2007/08/posiciona.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2011.

DIÁZ, Arceli M. As Atitudes Políticas na Espanha, segundo uma estrutura dimensional indutiva. *Opinião Pública*, Campinas, v. 10, n. 1, p. 139-161, mai. 2004.

DYE, Thomas R. Mapeamento dos modelos de análise de políticas públicas. In: Heidemann, Francisco G.; Salm, José F. (Orgs.). *Políticas Públicas e Desenvolvimento. Bases epistemológicas e modelos de análise*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009. p. 99-129.

EASTON, David. *Modalidades de Análise Política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

FIORI, José Luís. Estado de bem-estar social: Padrões e crises. *Physis*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2. p. 129-147, dez. 1997. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-73311997000200008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73311997000200008&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 20 out. 2010.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. A emergência da Ciência Política acadêmica no Brasil: aspectos institucionais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 12, n. 35, p. 101-

120, out. 1997. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69091997000300007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091997000300007&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 18 out. 2010.

FRASER, Nancy. Reconhecimento sem ética? *Lua Nova*, São Paulo, n. 70, p. 101-138, 2007a.

FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 291-308, aug. 2007b. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2007000200002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2007000200002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 19 out. 2010.

FRASER, Nancy. Reenquadrando a justiça em um mundo globalizado. *Lua Nova*, São Paulo, n.77, p. 11-39, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n77/a01n77.pdf>>. Acesso em: 16 mar.2011.

FREITAS, Maria Virgínia de (Org.). *Conselho Nacional de Juventude: natureza, composição e funcionamento*, agosto de 2005 / março de 2006. Brasília, CONJUVE: Fundação Frederich Hebert, 2007. Disponível em: <<http://conjuve.org/wp-content/uploads/2010/10/3-Livro-II-do-CONJUVE.pdf>>. Acesso em: 21 dez.2011.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. *Planejamento e Políticas Públicas*, Brasília, n. 21. p. 211-259, jun. 2000. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/89/158>>. Acesso em: 16 mar.2011.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. 51. ed. rev. São Paulo: Global, 2006.

FUNDO de População das Nações Unidas. *Direitos da população jovem: um marco para o desenvolvimento*. 2. ed. Brasília: UNFPA, 2010.

GARBIN, Elisabete Maria. *Cultur@s juvenis, identidades e internet: questões atuais*. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 23, p. 119-135, maio/ago. 2003.

GOMES, Wilson. Internet e participação política em sociedades democráticas. *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, n. 27, p. 58-78, ago. 2005.

GOMES, Wilson et al. "Politics 2.0": a campanha online de Barack Obama em 2008. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, v. 17, n. 34, 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-44782009000300004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782009000300004&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 16 dez. 2010.

HABERMAS, Jürgen. *Teoría de la acción comunicativa*. Madrid: Taurus, 1987.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na Pós-Modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

HOLANDA, Sérgio B de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INGLEHART, Ronald. *Modernization and Postmodernization*. Cultural, Economic and Political Change in 43 societies. Princenton: Princenton University Press, 1997.



INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ESTATÍSTICAS; INSTITUTO POLIS. *Pesquisa sobre Juventudes no Brasil*. IBASE/POLIS, 2008. Disponível em: <<http://www.juventudesulamericana.org.br/index.php/pesquisas/34-juventude-sulamericana/109-juventudes-sul-americanas-dialogos-para-a-construcao-da-democracia-regional>> Acesso em: 16 mar.2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo demográfico 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 16 mar.2011.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS. *Informe Políticas sociais – acompanhamento e análise*. Brasília: IPEA, 2008. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bpsociais/bps\\_15/16\\_completo.pdf](http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bpsociais/bps_15/16_completo.pdf)>. Acesso em: 16 mar.2011.

JACCOUD, Luciana et al. A política de assistência social e a juventude: um diálogo sobre vulnerabilidade social. In: CASTRO, Jorge A. de; AQUINO, Luseni M. C. de; ANDRADE C. C. de (Orgs.). *Juventude e políticas sociais no Brasil*. Brasília: IPEA, 2009. p. 169-189. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/pdf/20100119JUVENTUDE.pdf>>. Acesso em: 17 mar.2011.

JAGUARIBE, Hélio de M. *Sociedade, Mudança e Política*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

JELIN, Elizabeth. Construir a cidadania: Uma visão desde baixo. *Lua Nova*, São Paulo, n. 32, p. 39-57, 1994.

JELIN, Elizabeth. *Las Mujeres y la cultura cidadana em América Latina*. Trabajo preparado dentro del programa Women in the service of civil peace de la División de Cultura, UNESCO. Argentina. mar. 1996.

JUVENTUDE EM MARCHA. Início. Disponível em: <<http://www.juventudeemmarcha.org/>>. Acesso em: 19 jan.2011.

KEINERT, Fábio Cardoso; SILVA, Dimitri Pinheiro. A gênese da ciência política Brasileira. *Tempo Social*, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 79-98, jun. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v22n1/v22n1a05.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2010.

KRISCHKE, Paulo J. Juventude e socialização no Sul do Brasil: revisando a teorias de Ronald Inglehart sobre mudança cultural. In: KRISCHKE, Paulo J. (Org.). *Ecologia, juventude e cultura política nos países do Cone Sul*. Florianópolis: Editora UFSC, 2000. p. 59-82.

LAGOS, Marta. A Máscara Sorridente da América Latina. *Opinião Pública*, Campinas, v.6, n.1, p.1-16, 2000.

LECHNER, Norbert. Os novos perfis da política: um esboço. *Lua Nova*, São Paulo, n. 62, p. 5-20, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n62/a02n62.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2010.

LEON, Alessandro L. P. de. Avaliação de Capacidades Institucionais das Organizações e Movimentos de Juventude do Mercosul Projeto Celaju - Unesco - Banco Mundial. Informe Brasil 2004. Disponível em: <[www.joveneslac.org](http://www.joveneslac.org)>. Acesso em: 22 out. 2010.

LEÓN, Oscar D. Da agregação programática à visão construtiva de políticas de juventude. In: FREITAS, Maria V. de F., PAPA, Fernanda de C. (Org.). *Op. Cit.* p. 77-96

LIPSET, Seymour; SEONG, Kyoung-Ryung; TORRES, John. Une analyse comparative des prérequis sociaux de la démocratie. *Revue Internationale des Sciences Sociales*, Paris, n. 136, p. 181-200, maio, 1993.

MACHADO, Amanda S. *Marcos da cidadania de gênero e juventude. Entre o público e o privado*. 2007. 46f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Ciências Sociais). Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2007.

MARGULIS, Mario; URRESTI, Marcelo. La juventud es más que una palabra. In: MARGULIS, Mario (Org.). *La juventud es más que una palabra*. Buenos Aires: Biblios, 2008. p. 13-30.

MARSHALL, Thomas H. *Class, citizenship and social development*. New York: Anchor Books, 1965.

MATTOS, Patrícia. O reconhecimento entre a justiça e a identidade. *Lua Nova*, n. 63, p.143-161, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n63/a06n63.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2010.

NAZZARI, Rosana K. Capital Social, Cultura e socialização política: a juventude brasileira. In: Baquero, Marcelo; Cremonese, Dejalma (Orgs.). *Capital Social: Teoria e Prática*. Ijuí: Editora Unijuí, 2006. p. 123-140.

NEGRÃO, Telia; PRÁ, Jussara R. Mulheres, direitos humanos e políticas públicas de gênero. In: Rio Grande do Sul. *Relatório Azul 2004: garantias e violações de direitos humanos*. ed. comemorativa. Porto Alegre: Assembléia Legislativa, 2004. p. 216-231.

NOVAES, Regina. Juventude, Exclusão e Inclusão Social: aspectos e controvérsias de um debate em curso. In: FREITAS, Maria V. de F., PAPA, Fernanda de C. *Op. Cit.* p.121-141

NOVAES, Regina; VITAL, Cristina. A juventude de hoje: (re) invenções da participação social. In: THOMPSON, Andrés A. (Org.). *Associando-se a juventude para construir o futuro*. São Paulo: Petrópolis, 2005. p. 109-147.

NOVAES, Regina et al. (Orgs.). *Política nacional de juventude: diretrizes e perspectivas*. Brasília, CONJUVE: Fundação Friedrich Ebert, 2006. Disponível em: <<http://conjuve.org/wp-content/uploads/2010/10/2-Livro-I-do-CONJUVE.pdf>>. Acesso em: 21 jan.2011.

O'CONNOR, James. *USA: A crise do estado capitalista*. São Paulo: Paz Terra, 1977.

ORGANIZAÇÃO das Nações Unidas para a Ciência, a Educação e a Cultura. Políticas públicas de/para/com as juventudes. Resumo Executivo. Brasília: UNESCO, 2004.

PAIS, José M. As correntes teóricas da sociologia da juventude: alguns atributos. In: PAIS, José Machado. *Culturas Juvenis*. Lisboa, v.25, n. 105/106, 1993.

\_\_\_\_. *Culturas juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2003.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Participação dos direitos e participação social. In: PANDOLFI, Dulce et al. (Orgs.). *Cidadania, Justiça e Violência*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1999. p. 45-48.

PARRELA, Ellen de Cássia Sousa. *Possibilidades e limites da relação estado-sociedade civil na proposição de políticas públicas: o caso SCV*. 2005.228f. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Belo Horizonte, 2005.

PASTORAL DA JUVENTUDE. Projetos e Vídeos. Disponível em: <<http://www.pj.org.br/>>. Acesso em: 19 jan.2011.

PIOVESAN, Flávia. A Constituição Brasileira de 1988 e os Tratados Internacionais de Proteção dos Direitos Humanos. In: PIOVISAN, Flávia (Org.). *Temas de Direitos Humanos*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. p. 319-338.

PITANGUY, Jacqueline. Gênero, cidadania e direitos humanos. In: BRUSCHINI, Cristina et al (Org.). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. 1. ed. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2002. p. 109-119

PORTAL DA JUVENTUDE. Disponível em: <[www.juventude.gov.br](http://www.juventude.gov.br)>. Acesso em: 08 fev.2010.

PRÁ, Jussara. Políticas Públicas, Direitos Humanos e Capital Social. In: BAQUERO, Marcelo; CREMONESE, Dejalma. *Op. Cit.* p. 275-297.

PROCOPIUCK, Mario; FREY, Klaus. Redes de políticas públicas e de governança e sua análise a partir da websphere analysis. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, v. 17, n. 34, p. 63-83, out. 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-44782009000300006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782009000300006&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 16 dez. 2010.

PROGRAMA das Naciones Unidas para el Desarrollo. Inovar para incluir: jóvenes y desarrollo humano: informe sobre desarrollo humano para o Mercosur. 1. ed. Buenos Aires: Libros del Zorzal: Programa das Naciones Unidas para el Desarrollo – PNUD, 2009.

PROGRAMA Nacional de Inclusão de Jovens Urbano. Programa. Secretaria Nacional de Juventude, PROJOVEM, 2007. Disponível em: <<http://www.projovemurbano.gov.br/site/>>. Acesso em: 21 dez.2010.

RAGO, Margareth. Adeus ao feminismo? Feminismo e (Pós) Modernidade no Brasil. *Cadernos AEL*, n. 3/4, p. 11-43, 1995/1996. Disponível em: <[http://www.ifch.unicamp.br/ael/website-ael\\_publicacoes/cad-3/Artigo-1-p11.pdf](http://www.ifch.unicamp.br/ael/website-ael_publicacoes/cad-3/Artigo-1-p11.pdf)>. Acesso em: 27 out.2010.

REGUILLO, Rossana. Las Culturas juvenis: un estudio de campo; agenda breve parágrafo la discusión. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 23, ago. 2003. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782003000200008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782003000200008&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 01 out. 2010.

RENNÓ, Lúcio. Teoria da cultura política: vícios e virtudes. *BIB*, Rio de Janeiro, n. 45, p. 71-92, 1º semestre. 1998.

RIBEIRO, Deco. *Conheça as 4 prioridades – Especial: Conferência da juventude*. Conferências de Juventude. Grupo e-jovem de adolescentes gays, lésbicas e aliados. Disponível em: <<http://www.e-jovem.com/>>. Acesso em: 22 de jan. 2011.

RIBEIRO, Deco. *JOVENS GAYS. Militância é uma coisa complicada. Mas vale a pena?* Juventude. Grupo e-jovem de adolescentes gays, lésbicas e aliados. Disponível em: <<http://www.e-jovem.com/>>. Acesso em: 22 de jan. 2011.

RUA, Maria das G. Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos. In: RUA, Maria das G.; CARVALHO, Maria Izabel Valadão de (Orgs.). *O Estudo da Política: tópicos selecionados*. Brasília: Paralelo 15, 1998. p. 231-261. Disponível em: <[http://vsites.unb.br/ceam/webceam/nucleos/omni/observa/downloads/pol\\_publicas.PDF](http://vsites.unb.br/ceam/webceam/nucleos/omni/observa/downloads/pol_publicas.PDF)>. Acesso em: 30 out. 2010.

SANTOS, Boaventura de S. Uma concepção multicultural de direitos humanos. *Lua Nova*, n. 39. p.105-124, 1997.

SCHIMIDT, João P. Os jovens e a construção do capital social no Brasil. In: BAQUERO, Marcelo; CREMONESE, Dejalma. *Op. Cit.* p. 147-179.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Revista Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

SPOSITO, Marília P. Estudos sobre juventude em educação: anotações preliminares. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 5-6, p. 37-52, maio/ dez. 1997.

SPOSITO, Marília. Trajetórias na construção de Políticas Públicas de Juventude no Brasil. In: FREITAS, Maria V. de F.; PAPA, Fernanda de C. (Orgs.). *Op. Cit.* p. 57-75.

SPOSITO, Marília. Estado da Arte sobre juventude: uma introdução. In: SPOSITO, Marília P. (coord.). *O Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999-2006)*. Belo Horizonte: Argumentvm, v. 2, 2009. p.11-15. Disponível em: <[www.observatoriojovem.org](http://www.observatoriojovem.org)>. Acesso em: 10 dez. 2009.

SZULIK, Dalia e KUASÑOSKY, Silvia. Jóvenes en la mira. In: MARGULIS, Mario (Org). *Op. Cit.* p. 221-231.

TELES, Nair e FREITAS, Rafael. Políticas públicas e juventude no Brasil. In: Ministério da Saúde; Fundação Osvaldo Cruz. *Op. Cit.* p. 189 -209.

WAISELFISZ, Julio J (Coord.). *Relatório de desenvolvimento juvenil 2007 - Rede de Informação Tecnológica Latino Americana - RITLA*. Brasília, DF, MCT, 2007.

WEFFORT, Francisco C. *Formação do Pensamento Político Brasileiro*. São Paulo: Ática, 2006.

YOUNG, Iris. Representação política, identidades e minorias. *Lua Nova*, São Paulo, n. 67, p. 139-190, 2006.

ZANETI, Hermes. *Juventude e revolução: uma investigação sobre a atitude revolucionária juvenil no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

**ANEXOS**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

Prezados/as Senhores/as

Sou aluna do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Estou elaborando uma dissertação sobre Políticas Públicas de Juventude, intitulada Juventude, Reconhecimento e Justiça Social nas Agendas de Políticas Públicas do Brasil. Entro em contato porque estou utilizando o site da sua instituição como fonte de pesquisa e necessito da informação sobre o número de visitas recebido pelo site da E-jovem, visto que não está disponível na página.

Desde já agradeço a colaboração.

Atenciosamente

Amanda Machado

## Projovem Urbano

Projovem Urbano - Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Windows Internet Explorer

http://www.projovemurbano.gov.br/site/

Presidência da República  
Secretaria Geral

**PROJOVEM**  
CONHECIMENTO E OPORTUNIDADE PARA TODOS  
**URBANO**

HOME | INICIAR | NOTÍCIAS | SERVIÇOS | CONTATO | AJUDA | LEGAL | ACESSIBILIDADE | PRIVACIDADE | FEEDBACK

O Programa  
O Curso  
Supervisão e Avaliação  
Material Didático  
Como Participar  
Unidades Prisionais  
Quem é Quem

Para quem  
Finalidade  
Gestão Compartilhada

Sexta-feira, 21 de janeiro de 2011

**Invisibilidades**

O livro *Mostra, Jovem! - Rompendo Invisibilidades* traça um panorama dos alunos que participaram da exposição *Mostra, Jovem!* - veja os comentários das organizadoras e da coordenadora do Programa e assista também ao vídeo oficial da mostra [saiba mais >](#)

http://www.projovemurbano.gov.br/site/#

Internet | Modo Protegido: Ativado

14:47  
21/01/2011

## CONJUVE

Conjuve - Windows Internet Explorer

http://www.juventude.gov.br/biblioteca/conjuve/

Presidência da República  
Secretaria Geral

**CONJUVE**  
CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE  
www.juventude.gov.br

Pesquisa

HOME INSTITUCIONAL QUEM SOMOS NOTÍCIAS BIBLIOTECA MÍDIAS CONTATO

**Conjuve**

Aqui você encontra:

Documentos e produções do Conselho Nacional de Juventude.

- **Conjuve: Natureza, composição e funcionamento**  
Conjuve / 2005-2007
- **Política Nacional de Juventude: Diretrizes e Perspectivas**  
Conjuve / 2006
- **Caderno da campanha pela PEC da Juventude**  
Conjuve / 2010
- **Conselhos de Juventude. Fortalecendo diálogos, promovendo direitos.**  
Guia de Conselhos. Conjuve / 2010
- **Revista da Conferência**  
1ª Conferência Nacional de Juventude / 2008
- **Guia de Políticas Públicas de Juventude**  
Conjuve / 2006
- **Guia de Políticas Públicas de Juventude**  
Conjuve / 2010
- **Trabalho Decente**  
Moção aprovada na 22ª reunião ordinária - out/2010
- **Juventude e Participação Institucional**  
Conjuve / 2009

Aumentar texto  
Diminuir texto  
Texto tamanho original

Rede de Conselhos  
Indique esse site  
Add no Facebook  
Siga-nos no Twitter  
Assine o nosso rss

juventude  
conjuve

Concluído

Internet | Modo Protegido: Ativado

14:42  
21/01/2011

## Confederação Nacional dos Jovens Empresários (CONAJE)

CONAJE - Windows Internet Explorer  
 http://www.conaje.com.br/

GRUPO BRASILCRED

Home Institucional Projetos Notícias Agenda Imprensa Contato

Bem-vindo(a), Internauta  
 Login  
 Senha? | Usuário?

2º Líder Centro-Oeste  
 Cobertura do evento

receba nossos Saíu a Agência Oficial para o 2º Líder Sudeste agenda

Internet | Modo Protegido: Ativado 14:45 21/01/2011

## Pastoral da Juventude

Pastoral da Juventude - Windows Internet Explorer  
 http://www.pj.org.br/

PASTORAL DA JUVENTUDE  
 www.pj.org.br

Busca interna no site Digite uma palavra Buscar Receba notícias da PJ Digite seu e-mail Cadastrar

Quem Somos Organização Projetos Grupos de Base Informação Materiais Multimídia Liturgia Contato

ASSINATURA FÁCIL redemoinho  
 A revista Redemoinho é uma publicação trimestral da ONG Trilha Cidadã destinada aos assessores e educadores interessados no trabalho com a juventude.

Seja um assinante da revista redemoinho

FOTOS [ver todas]

Concluído Internet | Modo Protegido: Ativado 14:46 21/01/2011



## Ação Educativa

Ação Educativa - Início - Windows Internet Explorer

http://www.acaoeducativa.org.br/portal/index.php?option=com\_frontpage&Itemid=1

Favoritos Sites Sugeridos Obtenha mais comple...

Ação Educativa - Início

**ação educativa**

sexta, 21 de janeiro de 2011

**Ponto de Cultura Periferia no Centro**

Confira a programação mensal com oficinas, exposições, saraus, eventos, cursos e muito mais.

**WORLD SOCIAL FORUM 2011**

**Ação em Rede**  
**Dacar recebe Fórum Social Mundial 2011**  
 A edição centralizada acontecerá de 6 a 11 de fevereiro, em Dacar (Senegal). Dia da África e da Diáspora está reservado para 2o dia do Fórum. Leia informações sobre o encontro e inscrições.

**Cultura**  
**Curso Elaboração de Projetos Culturais: conceito, prática e financiamento**  
 Confira informações sobre atividade que será realizada pela Ação Educativa. Lista dos participantes confirmados será divulgada no dia 26/01.

**Ação Educativa realiza workshops de elaboração de projetos para o programa VAI**  
**Edital 2011 do Fundo Brasil recebe projetos de direitos humanos**

**Ação na Justiça**  
**Fórum EJA instiga Promotorias a investigar queda drástica nas matrículas de EJA**  
 Foram instaurados cinco inquéritos – Osasco, Santo André, Santos, Diadema, e Mauá – para analisar as irregularidades no processo de redução de matrículas.

**Observatório da Educação**  
**Educação no governo Lula: leia balanço produzido pelo Observatório**  
 Durante os dois mandatos do governo Lula, o Observatório monitorou áreas como educação de

conheça o

Curso Cidadania e Direito à Educação

Biblioteca

Eventos

Concluído, mas contém erros na página.

Internet | Modo Protegido: Ativado

17:14 21/01/2011

## Jovens Feministas de São Paulo / Diálogo Jovem

Documentos importantes - Windows Internet Explorer

http://dialogoj.wordpress.com/artigos-e-apresentacoes/

Favoritos Sites Sugeridos Obtenha mais comple...

http://dialogoj.files.wordpress.com/ Jovens Feministas de SP Documentos importan... x

Blog da Articulação Brasileira de Jovens Feministas

Feeds: Posts Comentários

**Diálogo Jovem**  
 Uma agência de notícia jovem e feminista

**Documentos importantes**

*Convocamos todas as mulheres organizadas no Movimento Feminista, em coletivos de jovens, núcleos universitários, organizações de pesquisas, organizações comunitárias e de base, sindicatos, partidos, de povos tradicionais, organizações educacionais e culturais, em organizações de trabalho e renda. Todas as mulheres, onde quer que estejam organizadas, a disputarem o CONJUVE, pois este é um espaço que carece de intervenção feminista para a garantia dos direitos humanos das jovens mulheres.*

**Posicionamento político da Articulação Brasileira de Jovens Feministas sobre as eleições do CONJUVE 2009**

**QUEM SOMOS**

O Blog Diálogo Jovem foi pensado durante a Semana da Mulher Jovem com a proposta de visibilizar a Articulação Nacional de Jovens Feministas para a Conferência Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres. A Semana da Mulher Jovem é uma idealização das Jovens Feministas de São Paulo e contou com a participação de integrantes de

Internet | Modo Protegido: Ativado

23:33 21/01/2011

## E-Jovem

GRUPO E-JOVEM de Adolescentes Gays, Lésbicas e Aliados - Windows Internet Explorer

http://www.e-jovem.com/

**E-JOVEM** socialismo + gay + adolescente Versão 43.0  
janeiro de 2011

**ADEUS 2010**  
**O fim da Era Lula**  
Assim como o presidente, Chesler Moreira também se despede do Conselho Nacional da Juventude.

"Já com saudades," afirma. Afinal, 2010 foi o ano em que, pela primeira vez, uma drag queen foi nomeada Conselheira da Presidência da República. Foi também o ano de criação da **Escola Jovem LGBT**, a primeira escola gay do país, e o ano do Censo, que pela primeira vez contou casais homossexuais. Casais estes que, pela primeira vez, puderam declarar seus parceiros como no imposto de renda.

Sem falar também na eleição de **Dilma**, uma mulher na presidência. Pela primeira vez.

E-JOVEM PELO BRASIL ESCOLA GAY 1 ESCOLA GAY 2

Internet | Modo Protegido: Ativado 16:29 22/01/2011

## Carta aberta à presidenta Dilma Rousseff

Juventude lança "Carta aberta à presidenta Dilma Rousseff" - Bienal da UNE - Windows Internet Explorer

http://www.bienaldaune.org.br/?p=603

Google Carta aberta à presidenta Dilma Rousseff Pesquisar Compartilhar Verificar Traduzir Autopreencher Cartas abertas à presidenta Dilma Fazer login

Favoritos Múvies - Conserto, Refor... Múvies - Conserto, Refor... Sistema Pesquisa - Aluno http://home.tiscali.nl... Sites Sugeridos Obtenha mais comple... Redirecionando para servi...

(2036 mensagens novas) Y... Juventude lança "Carta ... X

**7 BIENAL DA UNE**  
BRASIL, NO ESTABANANTE, O SANGRA E MELH COMBATE

★ MANIFESTO ★ 7BIENAL ★ NOTICIAS ★ CUCA DA UNE ★ 13 CONEB ★ CONTATO ★ DOWNLOADS

★ REDES SOCIAIS

**JUVENTUDE LANÇA "CARTA ABERTA À PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF"**

Durante as atividades da 7ª Bienal da UNE, o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), em conjunto com a Coordenadoria da Juventude do Município do Rio de Janeiro e outras organizações do movimento social realiza o "4º Diálogo Nacional de Movimentos e Organizações Juvenis". A atividade fez parte da programação da manhã do penúltimo dia da 7ª Bienal da UNE.

À mesa o secretário geral da juventude do PDT, Darcy Gomes, a professora da Universidade Católica de Salvador, Mary Castro, o presidente do Conjuve, Gabriel Medina, o presidente do CPC da UMES, Gabriel Alves, a antropóloga, pesquisadora e professora da UFRJ, Regina Novais. O vice-presidente da UNE, Tiago Ventura e dirigentes de juventudes partidárias também estiveram no debate, que tinha como missão elaborar uma carta aberta à presidência da república com as reivindicações da juventude para o próximo período.

"Queremos um lugar para a juventude no plano nacional de desenvolvimento para o Brasil", afirmou o presidente do Conjuve ao iniciar os trabalhos. A construção da 2ª Conferência Nacional de Juventude, a proposta da UNE no Plano Nacional de Educação (10% do PIB para a área de ensino) estiveram na pauta do "Diálogo".

Esteve em destaque, a necessidade de que a Secretaria Nacional de Juventude tenha status de ministério, ganhando mais respaldo e financiamentos para a execução das Políticas Públicas de Juventude (PPJs). "É preciso avançar com a Política Nacional de Juventude", pontuou Darcy Gomes, que representa a juventude partidária no Congresso e sabe bem o que significam as conquistas no legislativo.

Usuário: Senha: Login  
Registrar-se Esqueceu sua senha?

★ BUSCA

★ GOOGLE MAPS

Concluído Internet | Modo Protegido: Desativado 23:47 29/03/2011